



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOÃO PAULO AGUIAR DE SOUSA

**PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA.**

**CACHOEIRA – BAHIA
2018**

PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA.

João Paulo Aguiar de Sousa
Graduado em Serviço Social, 2015.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Profº. Dr. Nilson Weisheimer

**CACHOEIRA – BAHIA
2018**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S725p Sousa, João Paulo Aguiar de
Projetos profissionais de jovens agricultores familiares
no Município de Valença-BA / João Paulo Aguiar de
Sousa. – Cachoeira, 2018.
139 f.: il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e
Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras,
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Jovens. 3. Valença (BA).
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de
Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 338.10981

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

JOÃO PAULO AGUIAR DE SOUSA

**PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA.**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 05 de 06 de 2018.

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Nilson Weisheimer (UFRB – Orientador)

Nilson Weisheimer

Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB – Examinador)

Diogo Valença de Azevedo Costa

Prof^a. Dr^a Maria Inês Caetano Ferreira (UFRB – Examinadora)

Maria Inês Caetano Ferreira

CACHOEIRA/BA
2018

Decido este trabalho aos meus pais e a minha irmã, “ouro de mina”, meus melhores amigos, meus maiores amores. E aos jovens, razões de meus sonhos, que dão contornos e sentido a esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

“Não há no mundo exagero mais belo que a gratidão” (JEAN DE LA BRUYERE). Por isso queria aqui deixar meus agradecimentos a todos e a todas que fizeram desta dissertação possível, com gestos, palavras, carinhos, consolos e alegrias. Sou grato:

A Deus, o autor da Vida, que nos momentos de mais difíceis e felizes me acolheu debaixo de Suas Asas;

Aos meus pais, João Barreto de Sousa e Valderês Aguiar de Sousa, tesouros incalculáveis, agricultores familiares, que sonharam e lutaram para que essa e tantas outras conquistas fossem alcançadas;

A minha amada irmã/companheira/amiga, Paloma Aguiar, que sonhou comigo e sem ela esta dissertação não teria sabor;

Ao meu cunhado/amigo Valdir, companheiro nessa jornada;

À minha querida família, em nome das Matriarcas Vó Zizinha e Vó Georgina e meu Vô Florêncio e Vô Pedro (*in memoriam*). As minhas queridas tias: Loura, Moza, Kel, Maura, Noélia, Gerturdes, Maria Marta, Beatriz, Valdelice e Melânia. De modo especial, aos meus queridos tios e amigos Júlio, Alaíde, Juceli e Nice.

Aos meus primos (as) de “A” a “Z” são tantos não é? Então sintam se abraçados/as.

Aos padrinhos e madrinhas, que moram no meu coração: Florêncio, Roberto, Eraldo, Cida e Neide

Aos meus afilhados, presente de inestimado valor.

A minha família PJoteira de Ontem, hoje e Sempre, de modo especial, Vanilza, Leide, Bruno, Nivea, Diones, Fátima, Dadaí, Claudino, Rosângela, Evilásio, Cris, os amigos do Grupo Força Jovem Católica com quem partilhei os últimos 10 anos de minha vida, aos amigo da CDPJ e das diversas paróquias da Diocese de Amargosa e do Regional Nordeste 3, solo fecundo de minha militância e serviço. Em fim, aos amigos de minha comunidade e Paróquia.

Às minhas queridas amigas, que me ensinam tanto com seu jeito de ser e viver e que sempre me incentivaram nesta caminhada acadêmica, Branca, Dete, Roselita, Josélia e Ir Lene.

Aos amigos e amigas que o Serviço Social e a UFRB me presentearam, Andrea Queiroz, Bárbara, Camila Menezes, Camila Borges, Haiana Andrade,

Michele Dórea, Natália Dourado, Camila Borges, Rosana, Wagner, Taysa, Ricardo, Fernanda Letícia, Fernanda Santana, Queila Patrícia, Fábio Cintra, Luana Gabriele e Rose.

Aos primeiros mestres que me ensinaram com paciência a reconhecer as primeiras letras, vogais e números, Prof^a Valdelice, Prof^a Simone, Prof^a Patricia e Professora Joíres e todos os professores do Colégio Municipal de Serra Grande e do CEFET/ IFBA- Valença, no qual sou fruto de seus ensinamentos.

Aos mestres que tive a honra de apreender na minha trajetória acadêmica, de modo especial: Prof^a Msc. Márcia Clemente, Prof. Msc. Henrique Rozendo , Prof^a. Dr^a. Rosenária Ferraz, Prof. Dr. Luiz Flávio Godinho, Prof. Dr. Antônio Eduardo, Prof. Dr. Wilson Penteado e o Prof. Dr. Kabengele Munanga;

Às minhas amigas Deise Lúcia e Débora Pereira, com quem partilhei minhas angústias, tristezas e alegrias deste processo investigativo e com carinho e cuidado me incentivaram a preservá-las.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia por me conceder a bolsa de pesquisa, na qual essa dissertação tornou-se possível.

A Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), que me acolheu nos últimos sete anos de minha vida. De modo especial ao Centro de Artes Humanidades e Letras e ao Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais, bem como seu corpo técnico e coordenação.

Ao Presidente Luís Inácio LULA da Silva e a Presidenta Dilma Rousseff, pela ousadia de investir na interiorização e democratização do ensino superior gratuito, possibilitando o título de Mestre aos jovens agricultores familiares, como eu, *crias* da escola pública multisseriada.

Grato aos professores que contribuíram com este trabalho, participando da minha banca de qualificação e defesa, Prof^o. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa e Prof^a. Dr^a. Maria Inês Caetano Ferreira.

Ao meu Orientador Prof^o. Dr. Nilson Weisheimer, que me proporcionou projetar voos mais altos.

Por fim, gostaria de agradecer a Lilian Souza, Mayse Andrade e Maria Helena, companheiras, amigas, irmãs que tive o prazer de compartilhar esta vivência no PPGCS e que carrego no meu coração com imensa gratidão por tudo.

“O que a memória ama, fica eterno” (PRADO, 1993. p. 99.)¹.

“Você se torna responsável para sempre por aquilo que cativa” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.113)².

¹ PRADO, Adélia. Do livro *Bagagem*. São Paulo: Siciliano, 1993.

² SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. Luiz Miguel Duarte (tradução). Rio de Janeiro: Paulus, 2015.

RESUMO

O estudo em tela objetivou analisar a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA, considerando a sua condição material e socialização, comparando o gênero desses jovens. Com base nos dados fornecidos pelo IBGE e pela SEI-BA, foi possível construir uma amostra representativa da população juvenil rural, estratificada por faixa etária e gênero. A *posteriori*, realizou-se entrevistas estruturadas com 138 jovens, obedecendo às cotas por sexo e faixa etária. Os dados provenientes do trabalho de campo permitiu caracterizar os jovens agricultores familiares do município de Valença-BA segundo as suas condições materiais (condição fundiária e Renda Familiar), processos de socialização (no trabalho familiar agrícola e na educação formal) e gênero; conhecer seus projetos profissionais e estabelecer as relações entre as condições materiais, processos de socialização e gênero para explicá-los. Com o processo investigativo, constatamos que os jovens agricultores familiares do gênero masculino, mais socializados no trabalho familiar, tendem a elaborar seus projetos profissionais no sentido de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola. Por outro lado, as jovens mulheres com maior socialização escolar inclinam-se a projetos direcionados aos trabalhos não agrícolas.

PALAVRAS CHAVES: Agricultura familiar; Projetos profissionais; Situação juvenil;

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the construction of the professional projects of young family farmers in the city of Valença-BA, considering their material condition and socialization, comparing the gender of these young people. Based on data provided by IBGE and SEI-BA, it was possible to construct a representative sample of the rural youth population, stratified by age group and gender. Subsequently, structured interviews were conducted with 138 young people, obeying the quotas by sex and age group. The data from the field work allowed to characterize the young family farmers in the municipality of Valença-BA according to their material conditions (land and family income) and socialization processes (in family farm work and formal education) and gender, to know their professional projects and establish relationships between material conditions of socialization processes and gender to explain them. With the investigative process, it was found that young male family farmers, more socialized in family work and tended to elaborate their professional projects in the sense of reproduction of the agricultural family labor process. On the other hand, young women with greater school socialization are inclined to projects directed to non-agricultural work.

KEYWORDS: Family farming; Professional projects; Juvenile situation;

LISTA DE SIGLAS

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFRs- Casas Familiares Rurais
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT- Central Única dos Trabalhadores
CVI- Companhia Valença Industrial
EFAs- Escolas Familiares Agrícolas
EPI- Equipamentos de Proteção Individual
FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAGs- Federações de Trabalhadores na Agricultura
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB- Lei de Diretrizes de Bases
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
MST- Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OLDESA- Indústria Óleo de Dendê Ltda.
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDU- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTFA- Processo de Trabalho Familiar Agrícola
RFAT- Renda Familiar Anual Total
SCIELO- *Scientific Electronic Library Online*
SEI-BA- Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UPF- Unidade Produtiva Familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fórmula amostral para população finita	26
Tabela 2: Amostra estratificada por Gênero.....	26
Tabela 3: Números da Pecuária Municipal em 2013.....	59
Tabela 4: Produção Agrícola Municipal 2013.....	59
Tabela 5: Estado civil dos jovens entrevistados por faixa etária	62
Tabela 6: Você tem Filhos? (por faixa etária).....	63
Tabela 7: Qual é a sua origem étnica?.....	63
Tabela 8: Qual é a sua escolaridade?.....	66
Tabela 9: Cruzamento da pergunta sua família é proprietária da terra em que trabalha? por sexo e faixa etária (<i>f /%</i>).....	73
Tabela 10: Qual a forma de uso da terra? (<i>f /%</i>)	75
Tabela 11: Tabulação cruzada da pergunta “Tenho área de terra em meu nome?” por sexo e faixa etária (<i>f /%</i>).....	77
Tabela 12: Renda Familiar Total / R\$ Ano (<i>f /%</i>).....	78
Tabela 13: Cruzamento da pergunta: Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola? Por faixa etária e sexo dos entrevistados (<i>f /%</i>).....	79
Tabela 14: Cruzamento da pergunta como é feita a divisão das rendas provenientes das atividades agrícolas? por sexo (<i>f /%</i>).....	80
Tabela 15: Cruzamento da pergunta No que você gasta o dinheiro recebido pela atividade agrícola? Por faixa etária (<i>f /%</i>).....	81
Tabela 16: participação dos jovens no trabalho familiar agrícola (<i>f /%</i>)	84
Tabela 17: Cruzamento da pergunta “qual é sua participação dos jovens no trabalho familiar agrícola?” por sexo (<i>f /%</i>).....	85
Tabela 18: Cruzamento da Jornada diária de trabalho na UPF por sexo e faixa etária dos entrevistados (<i>f /%</i>).....	86
Tabela 19: Cruzamento da pergunta o quanto você gosta de trabalhar na agricultura? Por sexo e faixa etária dos entrevistados (<i>f /%</i>)	90
Tabela 20: cruzamento da pergunta “que frase se aproxima mais do que você pensa sobre o trabalho familiar agrícola?” pelo sexo dos entrevistados (<i>f /%</i>)	91
Tabela 21: Cruzamento da pergunta “você esta estudando atualmente?” por sexo e faixa etária dos entrevistados (<i>f /%</i>)	93
Tabela 22: Cruzamento da pergunta “você esta estudando atualmente?” pelo grau de escolaridade dos entrevistados (<i>f /%</i>)	95
Tabela 23: Cruzamento da jornada diária de trabalho na UPF por condição de estudo e sexo dos entrevistados (<i>f /%</i>)	96
Tabela 24: Cruzamento da pergunta “na sua opinião, o que é melhor como jovem na agricultura familiar, ser homem ou ser mulher?” por sexo dos entrevistados (<i>f /%</i>)	100
Tabela 25: Cruzamento da pergunta “você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?” por sexo dos entrevistados (<i>f /%</i>).....	108
Tabela 26: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” e áreas de abrangência (<i>f</i>)	110
Tabela 27: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” por sexo (<i>f %</i>)	111
Tabela 28: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” por faixa etária (<i>f %</i>)	112
Tabela 29: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por sexo e faixa etária (<i>f %</i>)	114
Tabela 30: Cruzamento da pergunta “que profissão você acha que provavelmente terá no futuro?” por sexo e faixa etária (<i>f %</i>)	115

Tabela 31: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por acesso familiar a terra e por sexo (<i>f</i> %)	117
Tabela 32: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por acesso do jovem a terra e por sexo (<i>f</i> %)	118
Tabela 33: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por renda familiar total anual e por sexo (<i>f</i> %)	119
Tabela 34: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela participação semanal no PTFA e por sexo (<i>f</i> %).	121
Tabela 35: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela escolaridade e por sexo (<i>f</i> %).....	122
Tabela 36: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela pergunta “se você pretende continuar ou voltar a estudar até quando?” e por sexo (%).	124
Tabela 37: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pelas justificativas (% do total).....	126
Tabela 38: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pelas justificativas segundo o sexo (% do total)	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População por situação de residência e sexo.....	55
Gráfico 2: Ocupação das terras por lavouras permanentes no município de Valença-BA	57
Gráfico 3: Quais destas categorias melhor descreve como você se autodefine?	65
Gráfico 4: O tamanho da propriedade familiar dos jovens entrevistados	74
Gráfico 5: Origem da propriedade familiar (%).....	76
Gráfico 6: Idade em que os entrevistados iniciaram o trabalho na agricultura (%)...	83
Gráfico 7: Tarefa que mais gosta de fazer (%).....	88
Gráfico 8: Tarefa que menos gosta de fazer (%).....	89
Gráfico 9: Qual o seu projeto profissional? (%).....	109
Gráfico 10: Sobre a pretensão de se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar (%).....	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I. Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa	17
II. Objetivos e Hipótese	21
III. Percurso Metodológico	22
IV. Estrutura da Dissertação	31
1. Os jovens agricultores familiares	32
1.1. A categoria agricultura familiar no Brasil	34
1.1.1. Breve panorama da Agricultura familiar no Brasil.....	39
1.2. O conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola.....	41
1.3. Os jovens agricultores familiares brasileiros.....	46
2. Os jovens agricultores familiares no município de Valença-BA	51
2.1 Caracterização do município de Valença-BA	52
2.2. A importância da agricultura familiar para o município	56
2.3 Perfil dos jovens agricultores familiares: uma caracterização a partir das análises das entrevistas quantitativas	60
2.3.1 Perfil dos jovens entrevistados: análise dos dados na perspectiva do gênero e faixa etária.....	61
2.3.2 Síntese do perfil dos jovens entrevistados (Idade, gênero, estado civil, autoidentificações, raça/cor/etnia e escolarização).....	67
3. Caracterização dos jovens agricultores familiares, segundo as condições fundiárias, processos de socialização e gênero	69
3.1 As condições materiais dos jovens agricultores familiares.....	70
3.1.1 O acesso dos jovens agricultores familiares à terra	71
3.1.2 A renda familiar dos jovens agricultores familiares.....	77
3.2 A socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola.....	82
3.2.1 A avaliação dos jovens do processo de trabalho familiar agrícola	87
3.3 A socialização dos jovens na educação formal	91
3.4 A questão do gênero no Processo de Trabalho Familiar Agrícola.....	97
4. Os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA.	102
4.1 O que é o projeto?.....	103
4.2 Os projetos juvenis	105
4.3 Os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares	107
4.4 As relações entre as condições materiais, processos de socialização e gênero para explicar os projetos dos jovens agricultores familiares.....	116
4.4.1 As condições materiais e os projetos profissionais dos entrevistados	116

4.4.2	Processos de socialização e os projetos profissionais dos entrevistados	120
4.4.3	As opiniões dos jovens sobre as escolhas de seus projetos profissionais	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFÊRENCIAS.....	133

INTRODUÇÃO

I. Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa

O presente trabalho dissertativo versa sobre a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares. Tem como *lócus* o município de Valença no Estado da Bahia, considerado um município de médio porte, situado na região da Costa do Dendê ou Baixo Sul baiano. Em 2010, Valença tinha a população residente estimada em 88.673 habitantes³ segundo os dados censuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), deste total, aproximadamente um terço da população, cerca 24.305 pessoas viviam no meio rural, sendo 6.953, jovens.

De início cabe evidenciar o chão em que esta Dissertação de Mestrado é desenvolvida. Nasce como fruto do tempo, da minha história e trajetória de vida, das memórias, dos anseios pessoais e coletivos, das minhas vivências escolares, acadêmicas, sociais e políticas. É ainda, uma necessidade vislumbrada a partir da minha participação na Pastoral da Juventude (PJ), do cotidiano de um jovem agricultor familiar e das trocas com os professores, familiares, amigos e os jovens deste universo.

As reflexões aqui esboçadas é a maturação de um trabalho constante de “estranhar o familiar” (DA MATTA, 1978). É ainda um fazer pesquisa evidenciando as vozes dos jovens que se colocaram à disposição deste estudo, sem deixar de lado o que é universal a outras realidades juvenis. A pretensão deste estudo é antes de tudo, contribuir de algum modo com as produções/sistematizações de conhecimentos que ajudem em futuros trabalhos sobre esse território ou sobre a temática em tela, somando no tensionamento da agenda das políticas públicas e governamentais que deem respostas às realidades sociais dos jovens do meio rural.

Salientamos que esta será uma segunda aproximação com a realidade dos jovens agricultores familiares do município de Valença. Anteriormente, realizamos

³ Segundo o IBGE em 2017 a população de Valença está estimada em 98.749 habitantes.

um estudo exploratório no trabalho de conclusão do curso de graduação⁴ em Serviço Social no ano de 2015.

Neste estudo delineamos conhecer as particularidades de uma categoria específica, dentro do universo juvenil rural que são os jovens agricultores familiares. Os jovens agricultores familiares são “membros de uma unidade doméstica, que é ao mesmo tempo, uma unidade de produção agrícola” (WEISHEIMER, 2004, p.12). Portanto, falaremos aqui de um contexto próprio das pequenas e médias propriedades, onde predomina a agricultura familiar.

O estigma social de que o rural é um lugar historicamente *atrasado*, já nos diz muito, para situarmos a produção de conhecimento sobre os jovens que vivem no meio rural brasileiro. As pesquisas sobre as juventudes rurais no País ganhou relevância recentemente (WEISHEIMER, 2005; CASTRO et al., 2009). Houve um crescimento acentuado de produções nas últimas duas décadas, tendo seu maior quantitativo registrado no ano de 2006, com 40 trabalhos publicados (CASTRO et al. 2009, p. 46).

Em um levantamento realizado por Sposito (2009), nas produções de discentes de programas de pós-graduação que tinham como tema a juventude no Brasil, com recorte em três áreas do conhecimento: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, entre 1999 e 2006, concluiu que do total de 1.427 trabalhos, somente 52 (menos de 4%) deles trataram de jovens do meio rural. Esses números reafirmaram o privilégio dado pelos pesquisadores às juventudes urbanas e suas problemáticas. Noutra face, revelam a condição de invisibilidade social e acadêmica imposta aos jovens do meio rural. A respeito disso concluem Leão e Rocha (2015, p.17):

Pode-se, então, inferir que o desinteresse social e acadêmico pelo tema está vinculado a uma compreensão de que no campo não há jovens ou a uma visão de que os que ainda lá permanecem podem ser considerados como integrantes de um grupo social que não precisa ser identificado a partir do seu contexto socioterritorial.

A situação de invisibilidade que por muito tempo foi relegada aos jovens rurais “[...] se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de

⁴ O trabalho tem como título “as perspectivas políticas dos jovens rurais no município de Valença-BA”, realizado em 2015. Caracteriza-se como estudo exploratório de cunho qualitativo, com aporte na técnica de entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 07 jovens residentes em duas comunidades rurais do município de Valença.

políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão” (WEISHEIMER, 2005, p. 8). É importante enfatizarmos que não queremos negar a subalternidade dos jovens em outro contexto sociais/ territoriais, mas apenas situar a face perversa desta negação aos jovens rurais.

Para Weisheimer (2015) não basta apenas investir no quantitativo de estudos sobre o tema para superar a situação de invisibilidade, “é preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais se inserem os jovens e que fazem da própria categoria “juventude” uma construção social em disputa” (p. 31). Portanto, é preciso romper com o ciclo vicioso que naturaliza e não questiona a realidade social deste grupo social. Segundo o autor “[...] enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Recorrendo às obras que versam sobre as juventudes rurais no Brasil, duas temáticas são abordadas com maior relevância pelos seus autores: “o problema da migração do campo para a cidade” (CASTRO, 2009, p.182) e a sucessão/reprodução social do trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER, 2005, p.14). A questão da migração aparece nos trabalhos como a principal alternativa ou imposição social colocada aos jovens do meio rural ou vista ainda como processo esperado dada a inserção capitalista no campo ou ainda, uma “decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981). Neste sentido alguns dos estudos concluem que os processos migratórios dos jovens para o meio urbano indicariam o fim da agricultura familiar, por não possibilitar mais a reprodução do Processo de Trabalho Familiar Agrícola (PTFA).

Ainda no que tange os processos migratórios dos jovens para o meio urbano, acompanhamos, por muitas vezes, um discurso de que não haveria mais jovens no meio rural, e os que ainda lá residiam, desejavam migrar para as cidades. Entretanto, pesquisas recentes vêm desconstruindo essa visão superficial, tal como o estudo realizado por Castro, que os resultados provam que há “um percentual significativo de jovens que expressa o desejo de “querer” ficar no campo” (CASTRO et al., 2009, p. 132).

Por outro lado, estas pesquisas revelam as distâncias entre o “querer” e o “poder”, enquanto possibilidade efetiva de continuar no meio rural. A dificuldade de acesso à renda e/ou à terra constitui-se, entre outras problemáticas, barreiras nesse

processo. Outro fator é a autonomia material dos jovens, na maioria das vezes os jovens agricultores familiares além de não serem os donos das terras em que trabalham, não são remunerados, nem possuem poder decisório “de onde, como e o que produzir”. As relações familiares não comportam, outras vezes, os projetos individuais dos jovens. Acabam herdando a terra somente após a morte de seus progenitores.

Outra questão relevante neste contexto são as relações de gênero, as mulheres, por exemplo, historicamente, são vítimas de uma socialização cultural patriarcal, por conseguinte têm menos acesso à herança. Na agricultura familiar, o trabalho feminino ainda é tido como ajuda e as jovens possuem condições materiais piores que os jovens do gênero masculino. A respeito disso constata Weisheimer (2009, p. 306):

[...] verificou-se que as entrevistadas mulheres e os jovens adolescentes acessam, em proporção menor, essa renda do que os entrevistados homens e jovens adultos. Com base em um conjunto de sete indicadores correspondentes a recursos acessados pelos jovens, pôde-se avaliar o seu grau de autonomia material. Eles apresentam uma baixa autonomia material, situação que se revelou ainda mais aguda entre os jovens adolescentes e mulheres. Com isto, pôde-se demonstrar que situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades. São a partir destas condições materiais que se realizam os processos de socialização dos jovens agricultores.

Neste sentido, a antítese ao discurso do senso comum de que haveria uma negação dos jovens em sucederem seus pais no trabalho agrícola perpassa as condições existentes nesta sociabilidade, que os possibilitem forjar projetos de permanência na agricultura familiar, devido, de modo especial às condições materiais entre as quais o acesso à terra. Nas palavras de Molina (2015, p. 13): “ficar ou sair não é simplesmente uma escolha ao bel-prazer dos jovens, mas uma difícil decisão permeada por condicionantes estruturais sobre as quais individualmente não conseguem incidir no sentido de superá-las”.

Em outras palavras, os jovens que desejam continuar na agricultura familiar “enfrentam um tempo histórico no qual os horrores da sociedade capitalista se intensificaram profundamente no campo brasileiro” (MOLINA, 2015, p13). Assim pensar os projetos juvenis na agricultura familiar hoje, é ir além da fronteira das “escolhas”, emergem das próprias desigualdades que este modelo societário impõe, nos quais os reflexos são mais visíveis nos jovens. Por essa razão, entendemos a centralidade nesta análise de questões como a posse dos meios de produção, o

acesso do jovem à terra, as condições materiais e as relações trabalhistas para entendermos como são forjados os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares.

Dito isto, a problemática que aqui aspiramos analisar perpassa pelo pressuposto que os jovens inseridos na agricultura familiar, elaboram seus projetos profissionais levando em conta as condições materiais e o acesso à terra nas quais são socializados. Pensando no meio rural hoje como espaço heterogêneo (PUNTEL et al., 2011), vamos encontrar uma diversidade de situações, que pode abrigar, ou não, possibilidades dos jovens constituírem projetos profissionais não agrícolas, sem necessariamente condicionar a saída deles do meio rural.

Partindo do entendimento que “o projeto não é um mero recorte de um contexto social maior, nem uma escolha no vazio, mas uma forma de manipular e dar direção a conjuntos de símbolos existentes em uma cultura” (VELHO, 2004, p.108). Assim, objetivamos com o estudo dos projetos de profissionais dos jovens agricultores familiares, compreender a própria teia social de que eles são partes.

Destarte, a problemática que motiva este trabalho pode ser expressa na seguinte indagação. Como podem ser sociologicamente explicados os projetos profissionais formulados por jovens agricultores familiares no município de Valença-BA?

Na tentativa de responder ou aproximar dialeticamente desta questão foram perseguidos os seguintes objetivos na realização da pesquisa.

II. Objetivos e Hipótese

Constitui-se o objetivo geral deste trabalho: analisar a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA, considerando a sua condição material e sua socialização, comparando o gênero desses jovens.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar os jovens agricultores familiares do município de Valença-BA segundo condições materiais (condição fundiária e Renda Familiar) e

- processos de socialização (no trabalho familiar agrícola e na educação formal) e gênero;
2. Conhecer os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA;
 3. Estabelecer as relações entre as condições materiais (condição fundiária e Renda Familiar), processos de socialização (no trabalho familiar agrícola e na educação formal) e gênero para explicar os projetos dos jovens agricultores.

Hipótese:

Tomando como norte os estudos anteriormente realizados, a revisão da literatura específica que versa sobre os jovens que residem no meio rural e com base na problemática aqui colocada deduzimos que há uma dualidade no que tange os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares na realidade de Valença-Ba. Os jovens agricultores familiares do gênero masculino, em família com melhores condições materiais e mais socializados no trabalho familiar, tendem a elaborar seus projetos profissionais no sentido de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola. Por outro lado, as jovens mulheres com baixa condição material e maior socialização escolar inclinam-se a construir seus projetos direcionados aos trabalhos não agrícolas.

III. Percurso Metodológico

“Todo começo é difícil em qualquer ciência” (MARX).

Na concepção de Kosík (1976) para compreendermos um fenômeno social devemos atingir a sua essência, deixando de lado o mundo da *pseudoconcreticidade*. Para o autor a realidade não é dada de imediato ao homem. Por essa razão precisamos ir além das pré-noções e “desnaturalizar o que se coloca como natural” (RICHTER, 2012). “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSÍK, 1976, p. 12).

Ainda segundo o autor, o fenômeno se apresenta de imediato e com maior frequência, já a essência é o que se esconde, cabendo assim ao homem buscar caminhos que levem a sua compreensão (KOSÍK, 1976). Assim captar um dado fenômeno perpassa pela capacidade de “indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo, nele se esconde” (KOSÍK, 1976, p.12), daí concluímos que o conhecimento é dialético. Neste sentido descreve o autor:

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; *o conhecimento é que é a própria dialética em uma das formas*; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto compreender a coisa ([*itálico não original*], KOSÍK, 1976, p. 12).

Por esse ângulo, na concepção dialética a abstração é a “capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (NETTO, 2011, p. 44). Segundo Karl Marx, “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo” (NETTO, 2011 p. 43). Portanto, na perspectiva materialista dialética conhecer é reproduzir no nível do pensamento o que existe concretamente, mas que não está dado imediatamente na sua totalidade.

Neste contexto a categoria da totalidade, “[...] extraída pela razão teórica da estrutura do real” (NETTO, 1987, p. 78), “[...] categoria fundamental da realidade” (LUKÁCS, 1947, apud NETTO, 1987, p. 78), “[...] significa, antes, a realidade como um todo estruturado dialético [...]” (KOSÍK, 1947, apud NETTO, 1987, p. 78). Conhecer, assim sendo, perpassa pela capacidade de partimos em busca da essência do fenômeno, ao mesmo tempo, requer um caminho de volta que seria a síntese do concreto pensado.

Segundo Guerra (2009) o conhecimento precisa ser tomado como algo aproximativo e historicamente situado, nesta via, a síntese é aqui entendida como provisória. Noutras palavras, objeto é algo multável, produto de um contexto histórico, social, político e temporal específico, por conseguinte, deve ser apreendido na perspectiva materialista histórico-dialética.

Nesta direção para conhecermos os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares, requer antes um esforço aproximativo e não tomá-los na aparência do fenômeno. Isso requer conhecer os aspectos da socialização e as condições materiais dos jovens para a reconstrução de seus projetos.

No nosso percurso investigativo, partimos da realidade concreta dos jovens agricultores familiares em suas condições materiais de acesso à terra e de renda familiar e dos processos de socialização no trabalho agrícola e na educação formal, na particularidade do município de Valença-Ba.

Dito isto, cabe caracterizar o trajeto metodológico constitutivo desta Dissertação e as razões para tais escolhas. Trata-se de um estudo em que optamos pelo uso da pesquisa quantitativa e qualitativa. Configura-se pelo caráter descritivo explicativo, dado a escassa produção existente sobre a realidade estudada, ao passo que se constitui uma segunda aproximação do campo em *lócus* a fins de pesquisa.

No intuito de respondermos a problemática posta, o estudo contempla algumas das técnicas e instrumentos muito recorrentes atualmente nos estudos sociais. Dentre as técnicas na perspectiva quantitativa, abarcamos como instrumento de coleta a pesquisa amostral com aplicação de um questionário estruturado, e a análise dos dados secundários fornecidos pelo IBGE e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). Os resultados foram transformados em gráficos e tabelas, por meio de um *software* específico para esta função, muitos deles contidos nesta Dissertação.

Os dados quantitativos subsidiaram a análise do comportamento das variáveis-chaves do estudo, permitindo uma caracterização factual dos jovens agricultores familiares do município de Valença-Ba relativos à condição fundiária, à renda familiar, à participação no trabalho familiar agrícola, à escolarização, gênero e idades. No que tange a abordagem qualitativa, destacamos em nosso percurso de pesquisa: a revisão da literatura, a observação participante e o diário de campo.

A pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1999, p. 70), “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações,

quanto no tratamento delas por meios de técnicas estatísticas [...]”. Segundo o autor esta abordagem “[...] representa, em princípio, a intensão de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação [...]” (*idem*, p. 70). Justifica-se o uso da perspectiva quantitativa neste trabalho, pela possibilidade de “explicar e prever o comportamento humano” (LEVIN; FOX, 2004, p. 1), por permitir constituir análises mais generalistas, podendo fazer “previsões construtivas” e por abarcar um grupo mais representativo da realidade.

Tal escolha leva em conta ainda, o trabalho realizado em 2015, supracitado anteriormente, dele extraímos algumas categorias e variáveis⁵ importantes que nos comportou a aplicação de um questionário, abarcando um universo mais amplo de pesquisados. O questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que visam levantar opiniões dos entrevistados sobre a temática pesquisada, são perguntas ou afirmativas objetivas, suscitando respostas ou opiniões também objetivas (LEVIN; FOX, 2004). A técnica do questionário nos subsidiou dados quantitativos, dimensionando a realidade de um número maior de jovens entrevistados, podendo ser utilizado em estudos comparativos em outras realidades no futuro.

No meio rural de Valença são aproximadamente 6.953 jovens residentes, segundo o IBGE (2010). Para este trabalho usamos o universo rural juvenil total, dada à inexistência de dados específicos⁶ sobre a população na faixa de idade de 15 a 29 anos, por condição de ocupação na agricultura familiar no nível municipal.

Optamos por construir uma amostra aleatória simples, onde todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Para o cálculo da amostra estabelecemos os seguintes parâmetros: o nível de confiança de 95% e a margem de erro de 5%. Chegamos ao quantitativo amostral de 138 entrevistas, conforme a fórmula apresentada a baixo:

⁵ As chamadas variáveis são “características que diferem ou variam de um indivíduo para outro [...], ou de um instante para outro no decorrer do tempo” (LEVIN; FOX, 2004, p. 1). Podem ser classificadas como variável dependente ou variável independente.

⁶ Contatamos com os principais órgãos e agências de pesquisa do/ou presentes no Estado da Bahia (SEI-BA e o IBGE) que nos ofereceram somente os dados equivalentes à esfera estadual.

Tabela 1: Fórmula amostral para população finita⁷

$$n = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 \times (N-1) + Z^2 \times P \times Q}$$

Onde:

Z = Nível de Confiança

P = Quantidade de Acerto esperado (%)

Q = Quantidade de Erro esperado (%)

N = População Total

e = Nível de Precisão (%)

(n) = Tamanho da amostra. Fonte: Paraná (2017);

Dentro da quantidade amostral estratificamos mais uma vez proporcionalmente ao gênero dos jovens, sendo dividida em 76 do gênero masculino e 62 do gênero feminino. Conforme acompanhamos na tabela a baixo:

Tabela 2: Amostra estratificada por Gênero

Amostra	Homens	Mulheres
Total	76	62
15 a 19 anos	31	24
20 a 24 anos	24	20
25 a 29 anos	21	18
Total: 138 entrevistas		

Com base nas pesquisas realizadas por Weisheimer (2009, 2012) sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Rio Grande do Sul e no Recôncavo da Bahia utilizamos o instrumental elaborado pelo autor, conforme consta, nos anexos desta dissertação. O uso deste questionário permitiu compararmos alguns elementos desses estudos com a realidade de Valença, além das importantes variáveis que constam neste instrumental, nos permitindo assim conhecer em diversas dimensões os jovens agricultores familiares.

O questionário foi testado com um grupo inicial, o que nos permitiu avaliá-lo, revisá-lo e fazendo os ajustes necessários. Os dados foram agrupados em uma planilha no programa de estatísticas “IBM SPSS”, posteriormente, geraram-se os gráficos e as percentagens para cada variável.

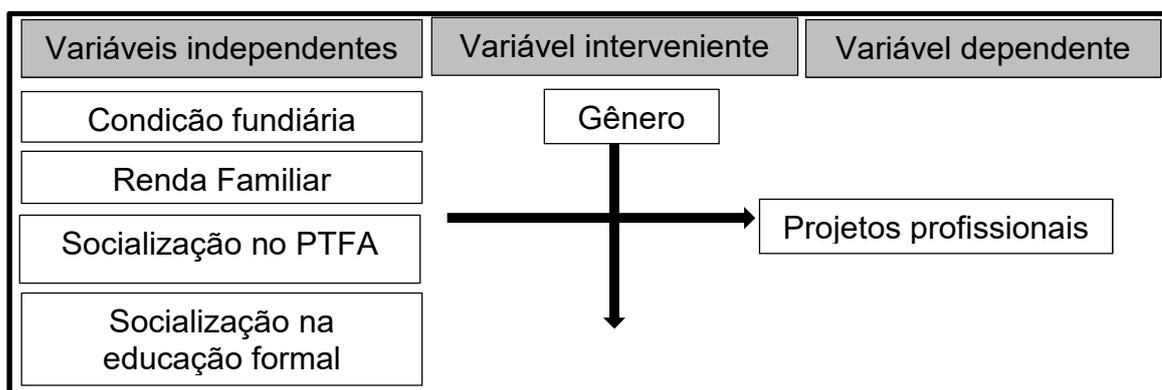
Trabalhamos ainda com os dados demográficos subsidiados pelo IBGE e pela SEI-BA, disponibilizados em plataformas virtuais de acesso público. As consultas aos bancos de dados possibilitaram a caracterização dos principais índices

⁷ A amostra finita diz respeito à população composta por até 100 mil pessoas.

socioeconômicos do município, a comparação com os resultados desta pesquisa e cruzamento de dados.

Levando em conta as dimensões analíticas deste trabalho, presente em seus objetivos e visando a construção de um perfil dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA por meio da aplicação dos questionários. Obtivemos as seguintes relações entre as variáveis:

Quadro 01: Relações entre as Variáveis



Deste modo, em nossa análise pretendemos explicar os projetos profissionais (variável dependente) dos jovens agricultores familiares por meio das suas condições fundiárias e rendas familiares, a socialização no processo de trabalho agrícola e sua escolarização (Variáveis independentes), tomando o gênero (Variável interveniente) como elemento comparativo.

A pesquisa qualitativa

A abordagem qualitativa é adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999, p. 79). Segundo Richardson (1999), mesmo nos casos em que a pesquisa quantitativa é predominante, podem apresentar alguns limites ao tentar explicar questões complexas, cabendo assim aprofundar com técnicas qualitativas. A escolha da perspectiva qualitativa neste estudo advém da necessidade de lidarmos com categorias subjetivas e que merecem maior aprofundamento, com as falas dos próprios atores sociais.

Observação participante

Pensar a observação participante enquanto instrumento de coleta de dados perpassa pelo entendimento do que é o campo na pesquisa. Há no imaginário social que para realização de uma pesquisa deve haver um deslocamento físico para regiões distantes ou “exóticas”. Esse é um dos modos possíveis de investigação científica. O campo por sua vez pode ser concebido “[...] como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada” (MINAYO, 1992, *apud* NETO, 1994, p.53). “Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre o pesquisador e o grupo estudado, propiciando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 1994, p.54).

Na pesquisa participante ou observação participante “o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades” (SEVERINO, 2007, p. 120). A predileção por este instrumento nesta pesquisa, “reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas” (NETO, 1994, p.54). Neste intento, imerso no campo, observando as manifestações no cotidiano dos atores sociais e registrando descritivamente, o pesquisador tem em mãos um rico acervo da realidade.

Dada à experiência no cotidiano, sendo parte desta realidade e o envolvimento com movimentos sociais e juvenis do campo, aqui já elucidada. A observação participante deu-se em diversos âmbitos, nas reuniões com os grupos de jovens, nas rodas de amizades, nos eventos sociais. Sendo que a observação de modo sistemático ocorreu desde março de 2016 até agora na construção da Dissertação.

O Diário de campo

O diário de campo é um instrumento imprescindível em qualquer investigação, ali são anotadas as impressões do pesquisador, os fatos e características que lhe

chamaram a atenção na sua imersão no campo, permitindo inventariar subsídios que posteriormente serão importantes na análise dos dados e na sua sistematização.

Revisão da literatura

Na pesquisa “a forma como a consciência apreende a realidade é processual, aproximativa, acumulativa e socialmente determinada” (COELHO, 2010, p. 24). Em concordância com Dayrel e Carrano, partimos do entendimento que “a produção de conhecimento, [...] não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência” (2009, p. 7). Nessa acepção, buscamos como primeiro passo, um levantamento minucioso dos principais trabalhos que versam sobre os projetos dos jovens rurais ou do campo e a reprodução do trabalho familiar agrícola. Tendo como principal mecanismo de pesquisa o banco de Teses e dissertações da CAPES, a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), livros e artigos disponíveis virtualmente e impressos.

O material colhido foi selecionado de acordo com a sua relevância em coerência com orientação metodológica aqui seguida, por conseguinte realizamos a leitura e o fichamento dos textos que subsidiaram a construção deste trabalho.

Notas sobre o trabalho de campo

As entrevistas aconteceram durante dois meses em 20 comunidades rurais do território e contamos com o apoio de líderes comunitários, professores, agente comunitários de saúde, lideranças religiosas, amigos e familiares. Os encontros ocorreram em diversos espaços, dentre eles, duas escolas municipais, uma escola de ensino médio, um posto de saúde da família, encontros informais, residências dos jovens, Igrejas e campos de futebol. Os contatos iniciais foram com essas lideranças comunitárias, diretores, professores e um grupo inicial formado pelo pesquisador em um aplicativo de redes sociais. A partir dessas pessoas fomos

organizando uma agenda de visitas às localidades, por conseguinte, foram indicados outros entrevistados que obedeciam aos critérios da pesquisa.

Rotineiramente, nas pesquisas acadêmicas é comum alguns dos entrevistados se recusarem em responder ao questionário, mas dado o envolvimento comunitário do pesquisador, foi bem aceito. O mais difícil neste processo de campo foi encontrarmos jovens para as cotas de ambos os sexos na faixa etária de 25 a 29 anos. Por outro lado, as cotas de 15 a 19 anos, terminamos na terceira semana de pesquisa.

A maioria das entrevistas foram efetivadas nos sábados, domingos e nos finais das tardes durante a semana, entre as 17 às 19 horas, por conta da rotina de trabalho e estudos dos jovens, muitas vezes trabalhavam fora do domicílio restando esses finais de tarde para conversarmos. Durante as entrevistas colhemos expressões, gestos e falas que foram registradas no diário de campo e possibilitaram nossas análises. Algumas entrevistas foram acompanhadas de perto pelos pais dos jovens e os presentes no local, por curiosidade, que contribuiu ainda mais para compreender as relações de dependência e independência ali postas.

As entrevistas foram acompanhadas da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os padrões éticos de pesquisas com seres humanos. Além do TCLE, elaboramos um ofício para as escolas solicitando a realização dos encontros com entrevistados nestas instituições. As entrevistas foram digitalizadas no programa SPSS, gerando as tabelas e gráficos.

Durante este processo tive a possibilidade de retornar à escola que havia cursado o ensino fundamental, os estranhamentos e a auto identificação com os jovens entrevistados foi um dos aspectos importante nesta construção. Outrora, eu estava ali na construção de meus projetos de escolarização e profissional. Vê-se nos rostos desses jovens fez-me indagar o papel da escola na construção de projetos profissionais, a teia de possibilidades numa realidade de baixa autonomia material, a final a maioria deles também foram socializados numa realidade de pouca valorização do trabalho familiar agrícola, em uma escola pública localizada no meio rural e ainda as diferenças de gerações em um contexto próprio que se relacionam.

Vale ainda salientar, como a presença do pesquisador traz os seus impactos (negativos e positivos), mesmo sendo familiar em diversos aspectos (pela proximidade, pela identidade, pela auto identificação etc.), deixar o entrevistado confortável para responder as perguntas sem receios é um desafio constante, até

pelo cunho particular das perguntas, requerendo assim o estabelecimento de um elo de confiança, primordial no ofício do pesquisador.

IV. Estrutura da Dissertação

A dissertação está organizada em quatro capítulos mais as considerações finais. No primeiro capítulo tratamos da categoria agricultura familiar, suas características e algumas particularidades no Brasil. Abordamos o processo de trabalho familiar agrícola, baseados em Marx e nos trabalhos desenvolvidos por Weisheimer sobre a situação juvenil na agricultura familiar. Por fim, definiremos quem são os jovens agricultores familiares.

O segundo capítulo é subdividido em dois eixos. No primeiro trazemos uma caracterização do município de Valença, com um breve histórico do município, os dados mais generalistas que permitem caracterizar a agricultura familiar do município. No segundo eixo, revelamos o perfil dos jovens agricultores familiares de Valença-BA com base nos dados censuários e fontes primárias.

O terceiro capítulo tem como objetivo descrever as condições materiais dos jovens agricultores familiares e o processo de socialização, por meio das variáveis do acesso à terra, renda familiar, a socialização no processo de trabalho agrícola e na escolarização formal, buscando tecer uma comparação por gênero.

Já no quarto capítulo, versaremos sobre os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA. No início definiremos os conceitos de projetos e projetos profissionais, apresentaremos a distribuição dos projetos profissionais elaborados pelos jovens agricultores. Na segunda parte deste último capítulo, analisaremos as relações entre as condições materiais, processos de socialização e gênero para explicar os projetos dos jovens agricultores familiares combinando a correlação entre variáveis e as opiniões dos jovens. Findando, abordaremos as opiniões dos jovens sobre as escolhas de seus projetos profissionais.

Nas considerações finais costuraremos os principais resultados deste trabalho, trazendo uma síntese das questões centrais abordadas na Dissertação e algumas hipóteses advindas deste percurso que podem ser maturadas noutros estudos.

1. Os jovens agricultores familiares

Nesse capítulo objetivamos apresentar uma discussão sobre uma das categorias de análise centrais desta Dissertação: os jovens agricultores familiares. Neste intuito, abordaremos os conceitos de agricultura familiar e de processo de trabalho familiar agrícola, dois conceitos fundamentais para a compreensão da situação juvenil na agricultura familiar brasileira. Partimos das características constituintes da agricultura familiar, ao passo que vamos demarcando a heterogeneidade deste modelo de produção agrícola, inserido no contexto de dominação capitalista. Em seguida realçaremos alguns dados das dimensões da agricultura familiar no País.

No segundo item nos aproximaremos do conceito de processo de trabalho em Marx, para explicar o processo de trabalho na agricultura familiar. Tal processo é descrito no estudo de Weisheimer (2009), no qual faremos uso de suas reflexões para caracterizar essa singularidade. Na última parte deste primeiro capítulo trataremos os principais elementos do debate a respeito do conceito de jovens agricultores familiares, as características que os diferenciam dos demais jovens e ao mesmo tempo apresentar a sua heterogeneidade.

Antes de prosseguirmos, pontuaremos subsidiados na revisão da literatura específica, que falar de juventude implica inserir-se em um debate muito complexo, controverso, e ainda pouco unânime. Entretanto, como nos diz Weisheimer (2015, p.34), “reconhecer a complexidade de um fenômeno sociológico não equivale a negar a possibilidade de compreensão e sistematização por meio de conceitos gerais e válidos para múltiplas realidades”.

Há nas ciências, de modo especial nas ciências sociais e humanas, um esforço teórico que se propõe conceituar as juventudes, que se traduz em uma diversidade de perspectivas. Neste trabalho optamos em não desenvolvermos esse debate por questões metodológicas e que fogem aos nossos objetivos. Entretanto, pontuamos que o conceito de juventude é “uma construção social em disputa” (WEISHEIMER, 2005, p.28). Por essa razão, em nosso entendimento, cabe ao pesquisador em estudos que tomem os jovens como objeto, estar atento que a

juventude é uma categoria heterogênea e que merece uma reflexão que a conduza nesta direção. Nas palavras de Esteves e Abramovay (2007, p.21):

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Adotando essa perspectiva como aporte, ganha-se relevo o conceito de situação juvenil. No ponto de vista de Sposito (2003) a situação juvenil é a tradução das diversas configurações vividas pelos jovens em certas circunstâncias sociais (WEISHEIMER, 2015). A situação juvenil pode ser definida como a descrição das experiências vivenciadas pelos jovens em suas diversas conjunturas e contextos sociais, ou ainda nas palavras de Schmidt e Durand (2004, p.1) “a situação que traduz os diferentes percursos que estes jovens experimentam com base nos mais diversos recortes: de classe, gênero e etnia”.

No meio rural brasileiro, onde residiam cerca de 8 milhões de jovens, segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Nem todos os jovens rurais estão ligados à agricultura, nem todos os agricultores são agricultores familiares e nem todos os jovens que estão inseridos na agricultura familiar contam as mesmas condições materiais. É essa diversidade que caracterizará a situação juvenil no meio rural. Logo, neste estudo, a nossa atenção está voltada aos jovens inseridos na agricultura familiar, compreendendo-os como um grupo heterogêneo, mas que possuem uma unidade que nos permite singularizá-los em alguns aspectos de sua socialização, conforme descreveremos a seguir.

1.1. A categoria agricultura familiar no Brasil

Antes de seguirmos, cabe apresentarmos alguns dos estudos clássicos acerca da agricultura de base familiar, objetivando compreender o uso atual na sociedade brasileira do termo agricultura familiar. Tendo em vista que outros termos como campesinato, pequena produção, antecederam essa denominação aqui no Brasil.

O termo campesinato é abordado ao menos em dois textos clássicos⁸ de Karl Marx. O primeiro é “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, escrito em 1852, Marx ao relatar o golpe de estado impetrado por Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) na França, menciona a situação de pobreza dos camponeses na França do pós-Revolução Burguesa.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação, de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família: ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (MARX, 2016, p. 54).

Do fragmento anterior pode-se extrair algumas das características do campesinato francês, onde a família é quase autossuficiente, produtora da maior parte do que consome e têm nas trocas um meio de subsistência e intercâmbio social. Vale salientar que Marx no “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” trata do campesinato e suas frações de classe. Já o segundo texto intitulado de “A Chamada Acumulação Primitiva”, capítulo XXIV do Livro I de O capital, Marx realça a forma violenta como o modo de produção capitalista avançou no meio rural, expropriando

⁸ A situação camponesa está presente em outros textos como o “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels (1848).

os pequenos produtores e colocando-os em condição de desempregados, migrantes para os centros urbanos.

Marx vai considerar o camponês como uma categoria que tenderia a ser extinta com o avanço do capitalismo na agricultura. Engels, em um artigo de 1894, afirmou que o "nosso camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário." (ENGELS, 1981, p. 63).

Vladimir Lênin, Alexander Chayonov e Karl Kautsky estão entre os clássicos do debate relativo à "exploração familiar". Ambos são estudiosos da questão agrária na Rússia. Segundo Carneiro (2009):

"O primeiro autor estudou a diferenciação social do campesinato russo, em função da introdução do trabalho assalariado. O segundo defendeu a dinâmica não capitalista da economia camponesa. O terceiro enfatizou a subordinação da agricultura à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado".

Aqui no Brasil a perspectiva de Chayonov influenciou diversos trabalhos acadêmicos. Na década de 1970 acompanhando o debate europeu (Tepicht, Shanin, Amin e Vergopoulos) destacam-se trabalhos de Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Lopes, Afrânio Garcia, entre outros (PICOLOTTO, 2014). Na obra de Chayonov "a unidade de análise fundamental era a família camponesa, considerada como uma totalidade cujo trabalho ele percebeu como indivisível" (WEISHEIMER, 2009, p. 97). Complementa Weisheimer (2009, p. 97) sobre o estudo de Chayonov,

Percebe-se que o eixo central de sua abordagem consiste na afirmação de que essa unidade econômica – a família camponesa – exerce a gestão de sua unidade produtiva, pautando sua orientação por princípios provenientes de seu funcionamento interno, buscando equilibrar a capacidade de trabalho da família com suas necessidades de consumo.

No Brasil o estudo sobre a categoria agricultura familiar é algo recente, emerge na década de 1990 (WEISHEIMER, 2009; BONI e BOSETT, 2013 PICOLOTTO, 2014). Nasce das reivindicações de sindicatos e movimentos sociais do meio rural, que se contrapunham às visões pejorativas atribuídas, historicamente, a este modelo de agricultura (PICOLOTTO, 2014).

Dentre os movimentos sociais que atuaram neste processo, de modo mais expressivo, se destacam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) que reivindicam o termo agricultura familiar.

Doutro lado, os setores discordantes, criaram, por exemplo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em fins da década de 1990 se organiza no Brasil a Via Campesina (PICOLOTTO, 2014). Esses últimos grupos, “rompem com o projeto da agricultura familiar e fortalecem a identidade política de camponês, associada à perspectiva de um projeto de resgate e realização da autonomia camponesa no tempo presente” (PICOLOTTO, 2014, p.9).

Com o uso do termo agricultura familiar, objetivou-se o estabelecimento de políticas públicas específicas para este segmento (tais como: créditos, subsídios, capacitações técnicas etc.) e do reconhecimento “[...] enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores” (PICOLOTTO, 2014, p.2). Os termos anteriores usados para designar os agricultores familiares, em sua maioria, tinham cunho diminutivo, como: “[...] pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda” (SCHNEIDER; NEIDERLE, 2008, p.36). Noutras palavras, o termo agricultura familiar vai criar na perspectiva valorativa, uma visão positiva que reconhece importância social desta categoria, portanto, as políticas sociais devem ter um olhar que privilegie essas especificidades.

Em 1994, Carlos Guanzioli coordena uma pesquisa encomendada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), comparando a agricultura familiar e a agricultura patronal. O relatório dessa pesquisa serve de base para elaboração no ano de 1996⁹ do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), processo que é consolidado com criação de uma Lei da Agricultura Familiar, Lei n. 11.326, de 2006 (WEISHEIMER, 2009; PICOLOTTO, 2014).

Segundo Weisheimer, “atualmente, a agricultura familiar emerge como categoria a partir dos processos de modernização agrícola e de plena articulação dos produtores familiares com os mecanismos de mercado” (2004, p.78). Portanto, com a adoção do termo agricultura familiar “[...] busca-se demonstrar como esta categoria é adequada para interpretar a produção familiar no contexto de domínio do modo de produção capitalista na agricultura” (WEISHEIMER, 2009, p.89).

⁹ O programa é criado 1995 durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, mas sua institucionalização ocorreu em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28.07.96.

Dito isto, na construção do conceito teórico para a agricultura familiar na contemporaneidade, há duas vertentes bem difundidas no cenário nacional, a primeira defendida por Wanderley e a segunda expressa nos trabalhos Abramovay e Weisheimer.

No texto *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade* de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, a autora destaca duas abordagens presentes no debate sobre a construção do conceito para a agricultura familiar no Brasil. A primeira, é a concepção “clássica” que a agricultura familiar “trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento” (WANDERLEY, 2003, p.44). Já na segunda, o agricultor familiar seria “[...] um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos [...]” (*ibid.*);

A autora ressalta que “não é mais aceitável explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”” (WANDERLEY, 2003, p.48). Na concepção de Wanderley (*ibid.*) no agricultor familiar “de uma certa forma, permanece camponês [...] na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão”. Ou ainda nas palavras da autora:

É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, parece-me importante sublinhar - e o formularia como uma terceira hipótese - que estes “novos personagens”, ou pelo mesmo uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade. (WANDERLEY, 1996, p. 7-8, grifo nosso).

Na perspectiva de Wanderley as transformações vividas no campo com a inserção capitalista que dá vida ao chamado agricultor familiar moderno, “não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Em outra vertente Abramovay explica que na agricultura familiar como temos nos países desenvolvidos, “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (2007, p.33). Em sua tese, o

autor considera incompatível a permanência do camponês nas relações econômicas que se situa a atual agricultura e o modo como opera as relações mercantis.

Segundo Ricardo Abramovay a agricultura familiar pode ser definida como aquela unidade produtiva em que “a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento” (ABRAMOVAY, 1997, p. 3). Para o autor mesmo que a definição não seja unânime na literatura, ao menos três atributos básicos estão presentes em todas elas: a gestão, a propriedade e o trabalho familiar (ABRAMOVAY, 1997).

Na óptica de Weisheimer “o campesinato pode ser entendido como uma forma particular da agricultura familiar, mas os agricultores familiares já não podem mais ser caracterizados exclusivamente como camponeses” (2009, p.102). O modo de produção capitalista acabou por condicionando aos agricultores novos padrões de tecnologia, por conseguinte, uma dependência na esfera financeira, “com efeito, a noção de agricultura familiar visa a enfatizar as mudanças que ocorrem com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (WEISHEIMER, 2009, p.102).

Na atualidade, convencionou-se no Brasil chamar de agricultura familiar o modelo presente nas pequenas e médias propriedades rurais, em que o próprio núcleo familiar é o responsável por todas as etapas da produção, desde o preparo da terra até a colheita e a venda dos produtos nos armazéns, feiras, cooperativas etc. Diferentemente, a agricultura patronal¹⁰, dentre outros aspectos, é caracterizada pelo uso de mão de obra assalariada, predomina nas grandes propriedades com produção em larga escala, desenvolvimento de atividades especializadas etc.

O Governo Federal (2016) caracteriza que na agricultura familiar, “a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda”. Neste sentido, corroborando com o pensamento de Kummer e Colognese (2013, p. 215), “as relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade” e de distinção do modelo familiar agrícola.

Conforme descreve o Governo Federal, alguns dos elementos marcantes dessa forma de socialização é que “o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia” (BRASIL, 2016) e “a diversidade produtiva” (*Ibid.*). Ainda nesta perspectiva, na lei que dispõe sobre as diretrizes para

¹⁰ O termo está presente nos textos oficiais do governo federal, mas pode ser correspondido sem alteração em seu sentido pelas palavras empresa agrícola ou agronegócio.

a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo terceiro, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural” e que atendam os seguintes critérios, simultaneamente, conforme descritos nos incisos a baixo:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~ III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011). IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. [*ipsis litteris*]

Antes de avançarmos, cabe evidenciarmos o que aqui tratamos como agricultura familiar. Nas palavras de Weisheimer (2004),

[...] as características centrais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção – mesmo que não necessariamente da terra – encontram-se sobre responsabilidade da família: grupo doméstico de trabalho e de consumo que realiza no seu interior a sucessão profissional e a transmissão do patrimônio.

Em síntese, compreende-se hoje o modelo que concebemos como agricultura familiar é um dos resultantes da intervenção capitalista no meio rural. Configura-se pela centralidade da família nas decisões que dizem respeito à produção e a execução do trabalho agrícola, realizado pelo próprio núcleo familiar. Deste modo a existência da agricultura familiar é condicionada pela sucessão dos filhos, senão, um dos filhos na administração e execução das atividades agrícolas, que, por conseguinte, constituirá uma nova família que reflete tal modelo.

1.1.1. Breve panorama da Agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil conforme já pontuamos anteriormente, é definida constitucionalmente pela Lei n. 11.326, de 2006. Esta legislação é importante, dentre outros aspectos, por estabelecer critérios no acesso às políticas

públicas e por reconhecer a luta histórica travada pelos trabalhadores da agricultura familiar em seus diversos movimentos sociais, que visa tirar do lugar de invisibilidade a situação de um expressivo contingente populacional desta nação. Contudo, em nossa concepção, parafraseando Schneider e Cassol (2017, p.86) “a existência de uma lei e a mudança de nome ou a adoção de nova terminologia, por si, não altera a condição real de vida dos agricultores familiares e menos ainda a sua identidade”.

O IBGE, a pedido do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), baseando-se nos critérios estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar, realizou pela primeira vez uma tabulação especial para os dados do Censo Agropecuário de 2006 (PICOLOTTO; MEDEIRO, 2007). Os dados advindos desta pesquisa revelaram aspectos importantes da realidade da agricultura familiar brasileira e geraram uma série de trabalhos e publicações, dentre eles, destacamos o livro *o censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil* lançado em 2009, elaborado por França, Grossi e Marques. Algumas das informações a seguir foram extraídas desta obra.

No Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2017). Constatou-se que os agricultores familiares possuíam uma área de 80,25 milhões de hectares, aproximadamente, 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Doutro lado, os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada (*ibid.*).

Estes dados confirmam as desigualdades históricas de distribuição de terras no Brasil, fruto da exploração colonial, que se reproduz na atualidade concentrando as riquezas nas mãos do agronegócio. Por outro lado a agricultura familiar apesar de ocupar mais de 80% das pessoas do meio rural, ainda permanece limitada a uma pequena fatia das terras nacionais. Há uma pauta dos movimentos sociais pela reforma agrária, que não podemos aprofundar aqui, mas que marca essencialmente a construção política dos agricultores familiares. “A reforma agrária poderia contribuir para a diminuição destas disparidades, entretanto ainda não foi acolhida com seriedade por nenhum dos governos até a contemporaneidade” (SOUSA, 2015, p.34).

O censo agropecuário 2006 apresenta a Região Nordeste do país como a que concentra o maior número de agricultores familiares. Nesse território encontra-se metade dos estabelecimentos familiares do país, 2.187.295 e 35,3% da área total deles. “Nela, os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total” (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2017, p.20). Na Bahia foram recenseados 761.528 estabelecimentos rurais de produção familiar, com 2.325.984 pessoas ocupadas (*ibid.*). Em Valença, “97% dos estabelecimentos rurais estão classificados como pequenas e médias propriedades enquanto, no Estado da Bahia, esse quantitativo é de 93%” (SOUSA, 2006, p.81).

A agricultura familiar é quem subsidia grande parte dos alimentos consumidos no País. Dados do censo agropecuário de 2006 constatam que a agricultura familiar “produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. A pecuária é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país” (BRASIL, 2016). Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, atrelada à Casa Civil do Governo Federal, a agricultura familiar possui importância econômica por vincula-se diretamente “[...] ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros” (BRASIL, 2016).

Já concluindo esta parte, salientamos a centralidade da agricultura familiar para compreendermos o meio rural brasileiro, as relações sociais e as perspectivas postas de continuidades e descontinuidades. É relevante apontarmos mesmo sendo este modelo extremamente importante para o País, ainda encontramos neste complexo uma diversidade de situações como pobreza, a ausência de terras produtivas, capacitação técnica e escassez de água, de modo preocupante na Região Nordeste, etc. O êxodo rural e migração para outras regiões ou centros urbanos ainda são reflexos das condições impostas à agricultura familiar no Brasil. Houve um avanço significativo de investimento em políticas públicas desde a criação do PRONAF, “contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado” (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011, p. 2-3).

1.2. O conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola

A agricultura familiar é uma atividade social e econômica que emerge do modo de produção capitalista, deste modo, singular, com características próprias que a define. Objetivando apresentar o processo de trabalho familiar agrícola tomaremos como aporte o conceito de trabalho e processo de trabalho em Marx. Partindo desta perspectiva Weisheimer vai caracterizar o processo de trabalho familiar agrícola com originalidade e com maior consistência teórica na Dissertação de Mestrado (2004) e na Tese de Doutorado em 2009. Partindo da óptica marxista o autor elabora uma caracterização importante para compreensão da agricultura familiar no contexto brasileiro, articulando os conceitos de processo de trabalho e agricultura familiar.

Para compreendermos o processo de trabalho recorreremos ao capítulo V do Livro 1 de *O capital* de Karl Marx, que trata do processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. Neste estudo o autor definirá o trabalho como o “processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p.211). Para Marx o trabalho é uma atividade unicamente humana, pois só o homem é capaz de projetar na mente uma ação antes de executá-la, que se denomina de capacidade teleológica.

Em Marx, a capacidade teleológica é o que vai distinguir o homem dos outros seres vivos. Segundo ele o homem quando realiza uma atividade tem uma intencionalidade ou objetivo anteriormente projetado na sua mente.

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2008, p.211-212).

O trabalhador ao projetar a atividade que irá executar, ele cria um modo específico de se chegar ao resultado desejado, consistindo em construir meios de operar um dado objeto por uma lei que o subordina a sua vontade. Esse método é repetido e reproduzido por outros, assim garante a sobrevivência daquele dado saber em gerações posteriores. Deste modo, o processo de trabalho pode ser definido como um caminho próprio pelo qual o homem alcança as suas projeções. Marx (2008, p. 212) pontua três elementos componentes do processo de trabalho: “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se

aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”.

Em síntese, o processo de trabalho torna possível que o homem execute uma transformação, subordinada a um fim já determinado antes mesmo da ação (Marx, 2008). O processo de trabalho é o que torna possível a reprodução da atividade. No exemplo palpável de uma atividade agrícola, tomamos, como exemplo, a colheita do cacau. Ali o homem primeiro projetou na mente um modo como alcançar o galho, onde o fruto maduro encontra-se e essa ação requer um instrumento capaz de ao contatá-lo com o fruto, romper a extremidade que o liga ao galho. Tal atividade foi repetida inúmeras vezes, assim a ação se reproduziu ao ponto de hoje ser parte do cotidiano de quem executa a dada tarefa, mesmo dezenas de gerações após o primeiro homem ter realizado daquele modo.

Entretanto, cabe ressaltarmos dois elementos importantes desse pensamento, o primeiro que as ferramentas e o modo de realizar a atividade mudaram com o passar do tempo, há um processo de sofisticação, que permite ao homem fazê-la em um tempo menor ou com maior precisão, por exemplo. E a segunda, que apreende-se da reflexão de Marx, que há uma necessidade do homem acessar a *posteriori* os mesmos produtos que possibilite existir, deste modo o processo de produção deve ser contínuo, portanto, condiciona a reprodução, conforme conclui Weisheimer (2009, 105):

[...] para Marx, o processo de produção contém em si o seu mecanismo de reprodução. Esta reprodução depende antes de tudo da maneira como os homens produzem: a maneira de produzir satisfaz não apenas suas necessidades imediatas, mas possibilita sua própria existência social, ou seja, possibilita sua reprodução social e não apenas sua reprodução biológica. Sendo assim, as condições de produção são simultaneamente as de reprodução.

No caso específico do processo de trabalho familiar agrícola o que vai subsidiar a reprodução social deste modo singular de trabalho, é a simultaneidade de abrigar no núcleo familiar a responsabilidade pelo trabalho e o consumo (WEISHEIMER, 2009). Desde cedo na agricultura familiar os filhos são socializados num ambiente que o trabalho é gerido pela família e há uma transmissão dos saberes de cada tarefa para as gerações posteriores. “A reprodução social consiste no processo de manter, repor e transmitir os mecanismos sociais de geração para geração, no interior do processo de produção constituído” (LEFEBVRE, 1994, *apud* WEISHEIMER, 2009, p.106).

No trabalho familiar agrícola é o agricultor familiar quem gerencia todos os processos que envolvem a produção, desde as decisões: o que produzir, onde produzir e/ou como produzir, até na efetivação em todas as suas fases. Em alguns casos, apenas os adultos participam das decisões, em outros, somente o pai ou mãe direciona as atividades e num terceiro caso não há uma hierarquia estabelecida, todos participam. Em todos estes modelos existem um caminho no qual um leque de responsabilidade vai sendo atribuída às novas gerações conforme o nível de maturidade.

É comum observarmos, os filhos de agricultores familiares, ainda criança, participando do cultivo ou do cuidado com os animais, mesmo que não executem nenhuma tarefa e só as observem. Quando jovens eles vão assumindo aos poucos essas responsabilidades e na fase adulta em seu novo núcleo familiar, reproduzem o mesmo processo com seus descendentes.

Destarte, essa reprodução é o que permite a sobrevivência deste modelo familiar. Por essa razão, há uma preocupação grande, como apontam alguns estudos, sobre a saída ou negação dos jovens em sucederem seus pais na agricultura familiar. Nas palavras de Weisheimer (2009, p.109):

Percebe-se que a transmissão deste saber-fazer específico – que permite o reconhecimento dos sujeitos como agricultores – realiza-se, principalmente, através das interações intergeracionais que se estabelecem no próprio processo de trabalho. Este fator é uma das condições necessárias à formação das novas gerações de agricultores, possibilitando a reprodução social desta categoria.

Portanto, para a sobrevivência do trabalho familiar agrícola é necessário que as gerações mais jovens reproduzam o modo de vida dos seus antecessores. Historicamente, quando adultos, os indivíduos herdavam o saber e a propriedade de seus pais e passavam, por conseguinte, aos seus filhos, é essa engrenagem que permitiu a continuidade da agricultura familiar. Vale salientar que essa continuidade não parte unicamente das questões subjetivas dos sujeitos (*querer*), mas das condições objetivas. O reproduzir neste contexto deve ser acompanhado da indagação: em quais circunstâncias?

No estudo realizado por Weisheimer (2009) o processo de trabalho familiar agrícola (PTFA) está caracterizado por seis aspectos fundamentais. No primeiro deles, o PTFA encontra-se subordinando ao modo de produção capitalista (produção simples de mercadoria). Ao contrário do campesinato, modo que resistia a

assimilação capitalista, a agricultura familiar em nosso contexto, se integra e é fruto das transformações do capital no meio rural.

Um segundo traço distintivo deste processo de trabalho “reside no fato de estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não em relações salariais, não havendo, assim, retenção interna de mais-valia” (WEISHEIMER, 2009, p.107). Diferente dos demais modos de agricultura, a familiar é único modelo que o núcleo familiar administra e executa o trabalho em todas as suas fases, ao passo que o trabalho irá implicar sua identidade, seu cotidiano e as relações sociais decorrentes. No PTFA há uma predominância de mão-de-obra não assalariada, todos os membros trabalham em prol da própria subsistência. Segundo Silva e Jesus (2010), uma das justificativas apontadas pelos jovens que deixam a agricultura familiar é pelo fato que no meio urbano há possibilidade de trabalhar numa atividade remunerada.

O PTFA caracteriza-se também, por objetivar a reprodução social da família e da unidade de produção familiar. Há na agricultura de base familiar uma transmissão de saberes desde cedo para as gerações mais jovens, de modo que os filhos são socializados para suceder seus pais. Conforme descreve Weisheimer, este processo de trabalho “[...] se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter socializador, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola” (2009, p. 107).

Um quarto aspecto, na visão de Weisheimer (2009, p.107), é que o “processo de trabalho familiar agrícola se caracteriza por atravessar fases distintas conforme a evolução do ciclo demográfico da família, alterando ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo”. Esse fato acontece em razão da sucessão dos filhos na unidade produtiva ou com a saída dos filhos via casamento ou migração.

O PTFA apresenta uma divisão do trabalho por gênero e gerações, essa é outra característica elencada por Weisheimer (2009). Nas palavras de Damásio (2014, p. 43-44), o PTFA “estabelece formas de divisão do trabalho por gênero culturalmente determinados, inconscientemente às gerações; cuja figura do homem (pai, marido) é o responsável e/ou chefe da produção”. Há uma tendência que a condição de gênero ou geração definam o papel do indivíduo no processo de trabalho, o homem adulto tende a gerenciar e executar os trabalhos no campo, enquanto as mulheres e os jovens realizam os trabalhos domésticos e o cuidado de

animais, essas atividades vão ser denominadas culturalmente como “ajuda”. A respeito disso conclui Brumer (2004, p.204):

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’ mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Por fim, Segundo Weisheimer (2009) o PTFA é um meio objetivo de inserção das novas gerações no trabalho, possibilitando a transmissão do saber agrícola de geração à geração, assim como do modo de vida singular dos agricultores familiares. Portanto, é um processo de socialização profissional, permite aos jovens que aprendam um determinado fazer no próprio núcleo familiar.

Estes aspectos presentes no processo de trabalho familiar agrícola nos permite identificar os jovens agricultores familiares como sujeitos históricos singulares (WEISHEIMER, 2009). São essas características que lhes diferenciam dos demais jovens do meio rural, eles carregam elementos de um modo de socialização, que historicamente é reproduzido por gerações. Por essa razão, quando os jovens elegem projetos profissionais no meio urbano, coloca em risco a continuidade da agricultura familiar. No tópico a seguir nos aproximaremos desse debate sobre os jovens agricultores familiares no Brasil.

1.3.Os jovens agricultores familiares brasileiros

Os estudos sobre a juventude no Brasil vão ganhar destaque nas últimas décadas do século XX, entretanto, majoritariamente, tratavam-se dos jovens no meio urbano. Os jovens do meio rural, como já realçamos ao iniciarmos este trabalho, ficaram por muito tempo às margens das pesquisas acadêmicas. Na literatura convencionou-se chamar de juventude rural toda a diversidade juvenil presente no meio rural brasileiro. O campo vai abrigar, conforme descreve Amaral et. al.,

[...] agricultores, criadores, quilombolas, pescadores, roceiros, hortifrutigranjeiros, caboclos, meeiros, porcentageiros, além de diferenças de gênero, etnias, religiosidades, espacialidades, temporalidades, histórias de vida, concepções de mundo, modos de viver, de resistir e de lutar” (2007, p. 222).

Baseados nesta diversidade, dois pressupostos são elementares nesta análise. O primeiro afirma que ao tomarmos um objeto para análise, “o fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais” (WEISHEIMER, 2007, p. 238). Já o segundo pressuposto nos alerta que os estudos sobre os jovens do meio rural devem ter o cuidado na escolha de “uma abordagem que não negligencie as diversidades identitárias, de gênero e das aspirações sociais que perpassam os dilemas juvenis no meio rural” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p.204). Corroborando com este pensamento, afirmam Amaral et. al.:

“As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência” (2007, p. 217-218).

Na revisão da literatura, constatamos que os jovens agricultores brasileiros, sob a ótica de classe social, encontram-se em diversas posições e lugares, dentro da esfera da produção. Com base na teoria marxiana a classe vai diferir dos demais tipos de estratificação em muitos aspectos, mas fundamentalmente a base deste sistema é a posse da riqueza e o lugar em que o sujeito ocupa na esfera da produção.

O modelo de divisão social em classes é fruto da sociedade burguesa, onde as relações de trabalho e os meios de produção se transformaram, “o trabalho se converte em trabalho assalariado e os meios de produção se convertem em capital” (MARX, 1959, apud CASTRO; DIAS, p.192). Na concepção de Marx “o capitalista e o trabalhador assalariado são os únicos agentes e fatores da produção cujas relações e cujo antagonismo emanam da própria essência do regime de produção capitalista” (1944, apud CASTRO; DIAS, p.193).

Neste sentido, a primeira classe é constituída pelos donos dos meios de produção (as máquinas, aparelhos, utensílios, necessários à produção), os capitalistas ou a burguesia. A segunda composta por aqueles sujeitos desprovidos dos meios de produção, que vendem suas forças de trabalho em troca de um dado salário, que é classe trabalhadora ou a classe que vive do trabalho, ou ainda o proletariado. Para Marx e Engels “a história de toda a sociedade até aqui (história escrita) é a história de lutas de classes” (1997, p.29) ou ainda nas palavras dos

autores: “toda a sociedade até aqui repousava, [...], na oposição de classes opressoras e oprimidas” (MARX; ENGELS, 1997, p. 40-41).

Constituindo assim diferentes estratos de classe, em sua maioria são filhos da classe trabalhadora, no caso específico dos jovens agricultores familiares, carregam o peso da hierarquia, de cunho patriarcal (CASTRO et.al., 2009), enfrentam um contexto de altos déficits de terras e condições financeiras que os impedem de construir, muitas das vezes, seus projetos neste universo.

Historicamente, o meio rural tem sido palco de divergências de interesses, em que a agricultura familiar tenta resistir aos constantes avanços do agronegócio. No Brasil, umas das maiores extensões agrárias e pecuárias do planeta, a agricultura familiar não têm como competir nem tecnologia, assistência técnica e cotação de preços sobre os produtos dos grandes latifúndios, por conseguinte, os pequenos agricultores acabam cedendo e expulsos do campo, sendo os jovens os primeiros a abandoná-lo.

Segundo Weisheimer (2009, p.110) há uma necessidade de compreensão dos jovens no contexto da agricultura familiar e isso se daria por meio de um constructo teórico que contemple a juventude e os processos sociais agrários, mas que sintetize a complexidade das suas mútuas implicações. Ainda no entendimento do autor, “[...] como nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades agrícolas, julga-se necessário demarcar a singularidade daqueles que estão inseridos no processo de trabalho familiar agrícola” (WEISHEIMER, 2009, p.110), por essa razão a categoria dos jovens agricultores familiares é importante por delimitar a especificidade juvenil no contexto próprio da agricultura familiar.

O jovem agricultor familiar, para Kummer e Colognese (2013, p.209), “é o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem”. Nesta perspectiva, o trabalho familiar agrícola é o que irá imprimir identidade aos jovens socializados neste meio. O caráter familiar está presente em diversas dimensões da constituição destes atores sociais, “é na família que o jovem rural tem o espaço de vida, de trabalho, de vivência e de sobrevivência” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p.215). No entendimento de Weisheimer os jovens agricultores familiares “[...] são membros de unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola” (2007, p. 239).

Em nosso entendimento o modo de ser jovem difere muito a depender do estrato de renda, “ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todas” (POCHMANN, 2004, p.231). Tomando a reflexão de Frigotto (2004), os jovens filhos da classe trabalhadora tendem a sofrer um processo precoce de adultização. Na agricultura familiar não é diferente, a socialização no trabalho é muito cedo, ainda na infância.

É comum nos relatos sobre suas trajetórias de vidas, os agricultores familiares narrarem que desde a infância, muitos deles já se dedicavam diretamente às diversas atividades produtivas. Em muitos casos a inserção na atividade agrícola é acompanhada pelo abandono escolar, de modo mais acentuado nas famílias mais pobres. Desde modo, queremos enfatizar, que mesmo entre os jovens agricultores familiares encontraremos desigualdades destes indivíduos no acesso à terra, às novas tecnologias, aos créditos ou financiamentos etc.

Alguns estudos recentes, realizados no Estado da Bahia que tratam da situação juvenil na agricultura familiar, dentre os quais destacamos os trabalhos de Weisheimer (2012) Damásio (2014) e Almeida (2017). Todos revelam a baixa autonomia material dos jovens agricultores familiares e a situação de inviabilidade da mulher no processo de trabalho familiar agrícola. Sobre este último aspecto Almeida (2017) constata que o acesso à renda na agricultura familiar no território de Irecê, as mulheres dispõem de renda inferiores aos dos homens.

“Com relação às condições materiais foi detectado que os jovens possuem pouco acesso aos recursos materiais, com revelação de alta dependência em relação aos adultos, o que caracteriza uma situação de baixa autonomia material” (DAMÁSIO, 2014, p.83). Conforme apontou Weisheimer em seu estudo com jovens do Recôncavo, “este processo é ainda mais severo do que se imaginava inicialmente. Isto porque tal condição se estende por todas as faixas etárias, não havendo uma ampliação da autonomia material com o avançar das idades dos jovens” (2012, p.156). Deste modo, os jovens agricultores familiares deste contexto tendem a migrar em busca de melhores rendas nos centros urbanos ou em atividades não agrícolas, ou ainda permanecem no meio rural em condições subumanas, com relações trabalhistas frágeis ou semelhantes à escravidão, como comumente presenciamos em nossos meios de comunicações sociais.

Assim, os projetos formulados pelos jovens do meio rural brasileiro estarão sempre condicionados na realidade social que estes sujeitos se inserem. Noutras

palavras, deveremos descrever de quais jovens e qual agricultura familiar estamos tratando. Esse é o esforço que faremos a seguir, na tentativa de caracterizarmos a agricultura familiar e construirmos um perfil dos jovens agricultores familiares na realidade de Valença-BA.

2. Os jovens agricultores familiares no município de Valença-BA

No segundo capítulo deste trabalho apresentaremos as particularidades dos jovens agricultores familiares no município de Valença do estado da Bahia. Partimos da caracterização mais generalista do município *lócus* da nossa pesquisa, por conseguinte traremos os dados da agricultura familiar municipal. Neste caminho tomamos como aporte a história de Valença, os dados sociais e econômicos disponibilizados pela SEI- BA e o IBGE, situando a realidade socioeconômica deste território. Depois com base nos dados estáticos e a pesquisa de campo realizada com 138 jovens, elaboramos um perfil dos jovens agricultores familiares de Valença.

A justificativa para escolha deste campo como recorte investigativo se constituiu em função da importância que a agricultura familiar tem neste território. Predominantemente, a agricultura familiar diversificada é um dos fatores característicos deste município, as lavouras permanentes como o cacau, coco e dendê sempre tiveram destaques para a subsistência local e relevância na produção estadual, sendo a agropecuária responsável por 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Município (IBGE/SEI-BA, 2013).

Em Valença é muito comum encontrarmos propriedades familiares com apenas dois hectares de terras ou ainda menos. Diversos entrevistados trazem em suas respostas essa realidade. Deste modo muitos dos jovens são obrigados a trabalhar fora do estabelecimento familiar, seja na condição de diarista ou migrar para centros urbanos. Noutra face, as terras mesmo pequenas, são férteis e rentáveis permitindo a subsistências das famílias e a possibilidade de investir em inúmeras lavouras.

Em linhas gerais, este capítulo objetiva trazer uma caracterização dos jovens agricultores familiares, em um contexto socialmente e historicamente localizado, no município de Valença-BA.

2.1 Caracterização do município de Valença-BA

O município localiza-se na região costeira, no litoral baiano, conhecida como Costa do Dendê, nomeada de Baixo Sul pelos critérios administrativos do Estado da Bahia. Valença é o maior entre os 15 municípios da Região¹¹, com uma população estimada pelo IBGE no ano de 2016 em 98.053 pessoas. Ocupa uma área de 1.124,66 km², distribuídos em cinco distritos¹². Faz divisas com sete municípios, sendo dois destes pertencentes ao vale do Jiquiriçá¹³ e os demais do Baixo Sul¹⁴.

Historicamente, este território em que predominava a mata atlântica, pertencia aos índios *tupiniquins*, foi ao longo do século XVI, palco dos enfrentamentos entre estes nativos, os colonos portugueses que chegaram por volta dos anos de 1557 a 1571 e os índios *aimorés* (PAIXÃO, 2006). Na época da colonização, Valença era parte da capitania de São Jorge dos Ilhéus e administrativamente, pertencia à Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu. Entre os primeiros colonos que chegaram ao atual território de Valença por volta dos anos de 1557, destacou-se o Português Sebastião Pontes dono de dois engenhos de açúcar na região do recôncavo.

Pontes se estabeleceu nas imediações da Ponta do Curral, possuía uma fazenda de gado e um engenho, ambos às margens do Rio Una. A chegada de Pontes atraiu novos colonos, que começaram a se instalar nas proximidades. Alguns anos depois, Pontes é afastado pela coroa e o território passa a sofrer ataques dos índios *aimorés*, obrigando um estagnamento da exploração portuguesa na região.

Valença por localiza-se na região de mata atlântica, a extração de madeira foi o principal alvo da colonização da coroa na região. Dada a proximidade com o mar e a foz do Rio Uma, foi facilitado o escoamento das madeiras para a Europa e a construção da base naval da coroa portuguesa aqui no Brasil, principalmente numa época de poucas estradas para ligação entre as demais vilas do território. “A área desmatada foi, aos poucos, ocupada por pequenos agricultores que plantavam mandioca, arroz, café, pimenta e canela” (BRASÃO, 2011, p.24).

¹¹ Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Ibirapitanga.

¹² Valença (Sede), Guaibim, Guerém, Maricoabo e Serra Grande.

¹³ Laje e Mutuípe

¹⁴ São eles: Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves, Cairu, Taperoá e Teolândia.

Valença é reconquistada violentamente pelos portugueses no século XVIII. Conforme Paixão (2006, p. 25), “a partir de 1750¹⁵, um novo povoado se estabeleceu em torno da capela de Nossa Senhora do Amparo, conhecido como povoado do Amparo. Seu desenvolvimento garantiu à região a elevação de Vila em 1799”. No ano de 1849 Valença ganhou foro de cidade, “Industrial Cidade de Valença” como ficou nominada à época. Como ressalta Paixão (2006), o nome estava intimamente ligado ao fato de a cidade receber a primeira indústria têxtil do país em 1844. Ainda existente com o nome de Companhia Valença Industrial (CVI), emprega muitos operários do município na atualidade.

O porto e a proximidade com a linha ferroviária na vizinha Nazaré foram impulsionadores do crescimento local ao logo dos séculos XIX e XX. Junto com o tecido, Valença começa a exportar farinha de mandioca e outros produtos locais. Valença na década de 1960, Segundo Brasão (2011, p.30-31)

[...] tinha sua economia assentada no setor industrial, liderada pela Companhia Valença Industrial; no setor agrícola, essencialmente na policultura, destacando-se o cultivo do dendê; e na agricultura de subsistência, comercializada em feira livre, além da piscicultura e da mariscagem, ofertadas no mercado ou de porta em porta.

Conforme nos informa Brasão (2011) em sua dissertação sobre “*cotidiano e trabalho das marisqueiras e catadeiras de Valença-BA (1960-2000)*”, na década de 1960 o dendê ganha destaque no cenário local e regional com a implantação da Indústria Óleo de Dendê Ltda. (OLDESA). Ainda segundo Brasão, citando Fischer, o plantio de dendê motivou por alguns anos a realização de uma Festa do Dendê divulgada em jornais da época.

A festa do dendê em Valença foi uma promoção digna de ser assistida. A iniciativa das professorandas teve a colaboração da cidade inteira, em todos os escalões da sociedade valenciana [...]. A juventude emprestou uma parcela de beleza que se constituiu no colorido fascinante das solenidades. O povo prestigiou em massa e deu largas ao seu contentamento e à sua gratidão. Mas, Valença não esteve só. Logo ao alvorecer, um movimento desusado de veículos dá à cidade um aspecto festivo, numa agitação alegre e forasteira. Vários municípios circunvizinhos se faziam representar por delegações numerosas tendo à frente os seus Prefeitos [...]. De parabéns a cidade de Valença, não só pelo que conseguiu projetar-se no cenário estadual, e até mesmo nacional, mas, sobretudo, porque transformou uma solenidade aparentemente de significação inexpressiva numa verdadeira festa de conagração de Municípios, recebendo em seu regaço, com

¹⁵ Provavelmente conforme relata Brasão (2011), construíram primeiro uma Igreja consagrada a São Gens em seu lugar ergueu-se já no século XVIII uma Capela em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, quando em 1750 se desenvolveu um povoado por nome Amparo. A Igreja secular permanece ainda de pé no ponto mais alto da cidade em frente ao Rio Una.

solicitude e carinho, delegações de Santo Antônio de Jesus, Cairu, Nilo Peçanha, Muniz Ferreira, Nazaré, Jaguaripe, Lage e outros municípios num convívio fraternal, num verdadeiro exemplo de solidariedade humana [...]. (FISCHER, apud BRASÃO, 2011, p.30)

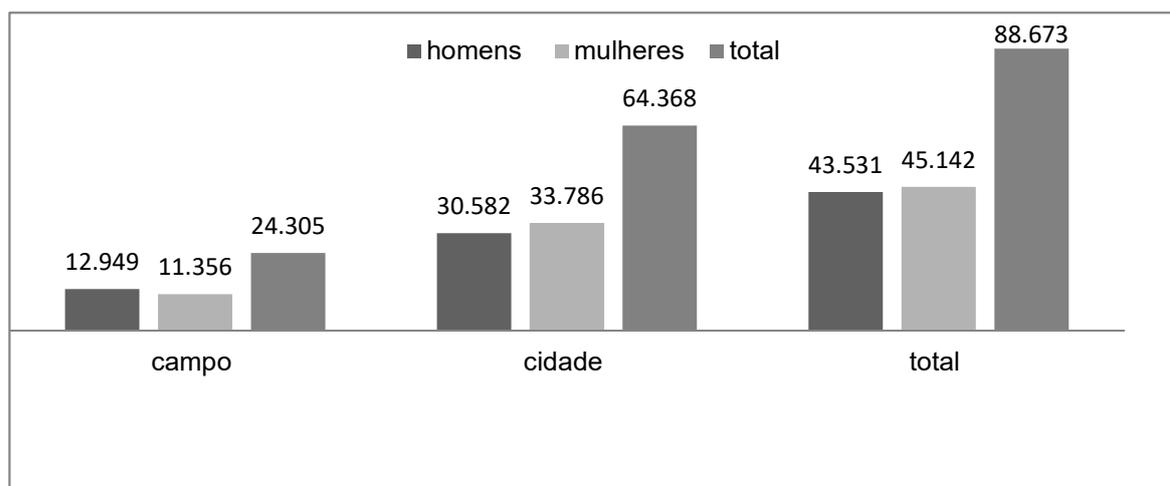
Valença vive nas últimas décadas do século XX a emergência de movimentos populares, com a criação de diversas associações de pequenos produtores rurais, a fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Valença, a realização das festas e romarias em comemoração ao dia do agricultor, dentre outros fatos. Josélia Argôlo Pires de Sousa em sua dissertação (2015), narra as “*memórias do Centro Missionário de Evangelização e Educação Popular – CEMEP da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus do município Valença-BA nos seus dez anos de evangelização e educação popular – 1987 a 1997*” e traz alguns relatos acerca da formação popular dos pequenos agricultores do município, conforme no trecho descrito a baixo:

A região de Valença-BA é formada por minifúndios, com produção agrícola muito específica como cravo, cacau, dendê, pimenta do reino, piaçava, entre outros. O CEMEP, no mês de julho, junto com as CEB's, pastorais do campo e sindicatos rurais, realizava a Romaria dos Agricultores. Esta comemoração era uma ação para tentar valorizar o trabalhador do campo, pois neste dia se enfatizava a sua contribuição para o crescimento da região através do seu cultivo e venda de produtos agrícolas. Esse evento reunia centenas de pessoas, sempre nas áreas rurais, com atividades culturais, discussão, reflexão e análise da vida das pessoas no campo. As romarias aconteciam em setores da zona rural e reuniam uma multidão, celebrava e ao mesmo debatia sobre os problemas relacionados a agricultura, tais como, questões agrárias e direitos dos trabalhadores rurais. [...] A Romaria da Terra também trazia a reflexão nesse dia sobre a importância da permanência das pessoas no campo, pois o fenômeno denominado êxodo rural, em que as pessoas deixam o campo, porque acham que vão melhorar de vida no novo destino escolhido (cidade, estado ou região) ainda é uma realidade, sendo portanto, pauta de discussão nesse evento (SOUSA, 2015, p.52-53).

Na atualidade, os setores do comércio, da indústria e serviços comportam 90,5% do PIB do município. Por outro viés, a agricultura, a pesca e os seus derivados ocupam a maioria da população rural economicamente ativa, garantido a sua sobrevivência e a dinâmica do comércio municipal.

Em 2010 a população municipal estava composta por 50,9% de mulheres e 49,1% de homens. Segundo os dados do IBGE (2010) 27,4% residiam em áreas rurais e 72,6% na zona urbana. Conforme ilustramos no gráfico seguinte:

Gráfico 1: População por situação de residência e sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: SOUSA. J.P.A.

A situação educacional ainda é um grande entrave ao desenvolvimento municipal. No censo demográfico do ano 2000 o IBGE constatou que 26,5% da população de 15 anos ou mais idade era analfabeta. Em 2010 essa taxa caiu para 19,2%, entretanto, fica longe do índice brasileiro de 9,6%. Valença em 2013 tinha 12.898 crianças na faixa de 7 a 14 anos, destas 10.785 estavam na escola. E no ano de 2010, 66,18% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, um aumento de cerca de 2 pontos percentuais com relação aos dados de 2000.

Os dados referente à taxa de mortalidade infantil do município comprovam que vem caindo nas últimas décadas. Se em 1991 morriam 71,4 por mil nascidos vivos, passou para 41,7 em 2000 e em 2010 caiu para 22,6 por mil nascidos vivos. Entretanto, a taxa de mortalidade municipal fica acima da média nacional de 16,7 por mil nascidos vivos. No que tange à longevidade no município, a esperança de vida ao nascer cresceu 6,5 anos na última década, passando de 65,2 anos, em 2000, para 71,7 anos, em 2010, abaixo da média do Brasil de 73,9 anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Valença em 2013 era de 0,623. O IDH-M¹⁶, que leva em conta a renda neste mesmo período, alcançou 0,619 (PNUD;

¹⁶ “Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. [...] O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras”. “O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo). A composição do IDH compreende indicadores de saúde, educação e renda, pois assume que, para viver vidas que desejam, as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável,

IPEA; FJP, 2015). O rendimento mensal *per capita* dos domicílios rurais em 2010 assumia o valor médio de 240,88 reais e 518,48 reais no meio urbano. O rendimento mensal médio municipal atinge 448,47 reais.

No município de Valença a taxa de atividade em 2010 era 69,35%. Constatou-se 10,60% da população economicamente ativa, estavam desocupadas e 49,78% dos que possuíam ocupação recebiam até um salário mínimo, outros 97,32% tinham rendimentos de até cinco salários mínimos. Por fim, apenas 35,98% dos ocupados neste período usufruíam de vínculo empregatício formal. Estes últimos dados apontam a precarização dos direitos trabalhistas para a maior parcela da população empregada no município, por conseguinte há uma má remuneração, e altos índices de desemprego são fatores que desembocam nos números da pobreza no município.

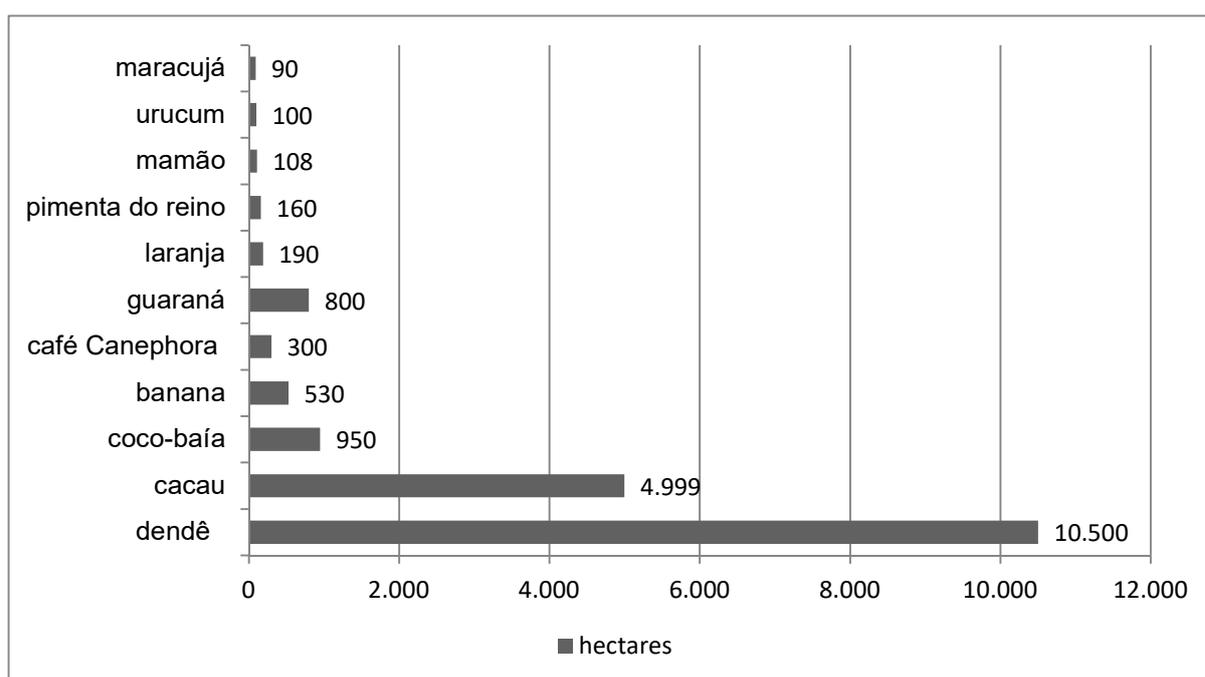
Em 1991 63,99% da população era considerada pobre, em 2010 o índice decresce para 30%. Já o percentual da população considerada extremamente pobre caiu de 33,76% em 1991 para 12,48% em 2010. Em termos proporcionais, 18,7% da população estavam na condição de extrema pobreza, sendo que na área rural 35,4% da população em 2010 estava na extrema pobreza contra 12,4% na área urbana (BRASIL, 2015). Acerca das condições físicas domiciliares em Valença o IBGE (2010) revela que 85,15% das residências apresentavam água encanada, 77,04% delas com banheiro e água encanada e em 94,15% das habitações possuíam energia elétrica.

Levando em conta os dados aqui elencados, podemos concluir que as desigualdades sociais são um elemento ainda desafiador neste território. Relegando 43% da sua população à condição de pobres e extremamente pobres. Aproximadamente 7.105 habitantes estavam nesta última condição, no período do Censo de 2010. Ponderamos ainda, a situação de inferioridade da realidade municipal em diversos índices socioeconômicos nacionais.

2.2.A importância da agricultura familiar para o município

A área rural do município de Valença no ano de 2010 estava composta por 9.965 domicílios e 4.256 estabelecimentos agropecuários. Nestes estabelecimentos as lavouras predominantes no município no ano de 2013 eram: o dendê (10.500 ha) e o Cacau (4.999 ha). Para além, temos uma diversidade de atividades agrícolas permanentes, as principais são respectivamente coco-baía (3.600 ha), Borracha (950 ha), banana (530 ha), Café Canephora (300 ha) Guaraná (800 ha), laranja (190 ha), pimenta do reino (160 ha), mamão (108 ha), urucum (100 ha), maracujá (90 ha). Vale salientar que tem havido um crescimento muito forte no cultivo de banana da terra que poderá ser observado com a divulgação dos dados do próximo Censo Agropecuário, além de ser citado por diversos jovens entrevistados como a principal ou a segunda mais relevante lavoura da unidade produtiva familiar (UPF).

Gráfico 2: Ocupação das terras por lavouras permanentes no município de Valença-BA



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 / Organização: SOUSA, J. P. A, 2015

De acordo com o IBGE (2013) as principais lavouras temporárias cultivadas eram o abacaxi (170 ha), amendoim (70 ha), cana-de-açúcar (170 ha), feijão (250 ha), milho (250 ha) e mandioca (3.000 ha). Conforme o Censo Agropecuário de 2006, Valença possuía aproximadamente 29.823 hectares destinados à produção de lavouras permanentes, distribuídas em 5.724 estabelecimentos agropecuários, já as lavouras temporárias ocupavam em torno de 2.608 hectares em 2.014 unidades,

média de cerca de 1,3 hectares por propriedade. O Censo apontou, ainda, a existência de 6.057 propriedades rurais difundidas em 66.301 hectares.

Por outro lado os tamanhos pequenos das UPF é um dos fatores que proporcionaram altos índices de migração juvenil para os espaços urbanos. Se tomarmos como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul onde a densidade demográfica era de 40 hab./km² (IBGE, 2014), a microrregião de Valença onde a densidade demográfica é de 42,9 hab/km² (IBGE, 2016) e o Estado da Bahia 27,17 hab./km², Valença possui mais que o dobro em densidade demográfica, com 87,18 hab./km² (IBGE, 2016).

Levando em conta os dados do Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Demográfico de 2010, podemos afirmar que no período houve um aumento expressivo no número de domicílios rurais, em contrapartida diminuiu a quantidade de estabelecimentos agropecuários. Esses dados podem ser derivados dos altos índices de estabelecimentos que estão situados no campo que atendem demandas não agropecuárias como: domicílios, mercearias, oficinas mecânicas, escolas etc.

No que tange os dados da agricultura no município na tabela a seguir apresentaremos a produção agrícola municipal no ano de 2013 para exemplificar a diversidade que é própria do solo fértil, mas ao mesmo tempo, característica singular da agricultura familiar no território. De acordo com a tabela 04, o produto de maior produção e área de plantio no município, entre as lavouras permanentes, era o Dendê (10.500 ha), entretanto, o coco-da-baía possui maior fatia em produção e em valores financeiros (R\$12.744.000,00). Entre as lavouras temporárias a mandioca possuía a maior produção em área plantada. A pecuária como as demais criações são parcas neste município, numericamente a criação de aves (galinhas, galos, codornas, frangos) e de suínos. Na tabela 5 apresentamos os dados detalhados da pecuária e as demais criações no município.

Tabela 4: Produção Agrícola Municipal 2013

Município	Cultura	Ano	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida	Unidade	Valor (R\$ 1.000)
Valença	Abacaxi	2013	170	170	2.890	1000 Frutos	2.746
	Amendoim (em casca)	2013	70	70	70	t	48
	Banana	2013	530	530	9.010	t	6.127
	Borracha (látex coagulado)	2013	950	950	1.710	t	4.532
	Cacau (em amêndoa)	2013	4.999	4.999	2.280	t	11.012
	Café (em côco)	2013	300	300	270	t	945
	Cana-de-açúcar	2013	170	170	6.460	t	463
	Coco-da-baía	2013	3.600	3.600	21.600	1000 Frutos	12.744
	Dendê (coco)	2013	10.500	10.500	39.900	t	9.377
	Feijão (em grão)	2013	250	250	240	t	480
	Guaraná (semente)	2013	800	800	320	t	2.256
	Laranja	2013	190	190	2.660	t	1.144
	Mamão	2013	108	108	1.944	t	1.215
	Mandioca	2013	3.000	3.000	42.000	t	8.400
	Maracujá	2013	90	90	1.620	t	1.377
	Milho (em grão)	2013	250	250	255	t	102
	Palmito	2013	40	40	280	t	146
	Pimenta-do-reino	2013	160	160	256	t	1.331
	Urucum (semente)	2013	100	100	120	t	168

Fonte: IBGE (2013)- Pesquisa agrícola municipal, Elaboração: SEI (2015)

Tabela 3: Números da Pecuária Municipal em 2013

Município	Tipo de Animal	Ano	Quantidade (Cabeça)
Valença	Bovinos	2013	10.400
	Bubalinos	2013	20
	Caprinos	2013	300
	Codornas	2013	2.500
	Eqüinos	2013	1.800
	Galinhas	2013	65.000
	Galos, Frangas, Frangos e Pintos	2013	115.000
	Ovinos	2013	250
	Suínos	2013	12.500

Fonte: IBGE (2013)- Pesquisa pecuária municipal, Elaboração: SEI (2015)

Outros dados relevantes são apontados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No ano de 2006 o setor agropecuário correspondia a 10,77% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. O restante do PIB municipal é assim composto: 13,88% indústria e 75,35% setor de serviços. Em 2010, no município de Valença-Ba, 29,69% das pessoas com 18 anos ou mais trabalhavam no setor agropecuário.

Sobre a condição do trabalhador em Valença, Sousa (2006) afirma:

[...] existe uma realidade confortante, onde 96% dos produtores rurais são donos de suas propriedades e de toda área utilizada para atividade agropecuária. Apenas em 2% das mesmas a relação de trabalho se

desenvolve no sistema de parceria, arrendamento ou contratação, o que significa afirmar que não há uma tradição local para a existência de latifúndios.

Esse cenário aponta para a centralidade da agricultura neste território e reafirma o que havíamos dito anteriormente, que é uma agricultura maioritariamente familiar e diversificada, desde o período da colonização, em que a agricultura familiar é constituinte característico deste território. A diversidade de culturas cultivadas, criações e quantidades de domicílios agropecuários, aponta que este município continua preservando tais particularidades.

Neste primeiro momento nosso esforço consistiu na caracterização em linhas gerais do território em análise. Não coube aqui aprofundar alguns dados, nosso trabalho se restringiu a realizar uma breve incursão descritiva, preocupando-se em situar a realidade em que estão inseridos os sujeitos de nosso estudo.

2.3 Perfil dos jovens agricultores familiares: uma caracterização a partir das análises das entrevistas quantitativas

Objetivamos neste tópico trazer alguns elementos que nos aproximam da singularidade dos jovens agricultores familiares de Valença-BA. Neste caminho queremos trazer *a priori* alguns dados da situação juvenil no município, como base para adentrarmos na realidade juvenil na agricultura familiar.

Em Valença a população compreendida na faixa etária de 15 a 29 anos em 2010 eram 25.679 habitantes. Deste, 12.597 eram do sexo masculino e 13.082 do sexo feminino. No campo residiam 6.953 jovens e na cidade 18.727. A maioria dos jovens urbanos são do sexo feminino, 9.927 (os homens residentes na cidade somam 8.800), já no campo a situação se inverte: o número de jovens homens é maior, 3.797, enquanto as mulheres totalizam 3.155.

Estes dados caminham em direção do processo conhecido como masculinização do meio rural decorrente do êxodo, de modo acentuado entre as mulheres. No estudo realizado por Camarano e Abramovay (1999), por meio de dados secundários, os autores apresentam as características das grandes regiões brasileiras em termos de demografia rural e apontam como vêm crescendo o número

de homens solteiros no meio rural brasileiro. São diversos os fatores que ao longo deste trabalho vamos debatê-los.

De acordo com a pirâmide etária municipal a distribuição populacional segundo o grupo de idades, aponta para jovialidade da população valenciana. Os jovens entre 15 e 19 anos eram o maior quantitativo entre os grupos etários. A maior concentração populacional encontrava-se no intervalo dos 10 aos 29 anos.

No que tange à educação juvenil municipal a taxa de analfabetismo no grupo de idade de 15 a 24 anos em 2000 era 12,5%, em 2010 a taxa caiu para 4,8%. Já os jovens de 18 a 24 anos, 6,22%, estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 1991 eram apenas 0,22% deste recorte. Em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 89,30%, em Valença. No mesmo período, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 70,36%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 38,71%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 20,61% (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

De acordo com mapa da violência brasileiro, Valença ocupava a 10º posição no Estado da Bahia entre as cidades com maior número de homicídios por densidade demográfica em 2012. O município localiza-se na 41ª colocação entre as 5.750 cidades brasileiras com as maiores taxas de assassinatos. Levando em conta a taxa de homicídios na população jovem, entre os municípios com mais de 10 mil jovens, Valença fica no 26º lugar na esfera nacional. Em 2010 foram registrados 52 casos de homicídios na população jovem do município, de 2011 a 2012 quarenta e seis casos em cada ano. No universo populacional foram 90 casos em 2010, 78 em 2011 e 78 em 2012. Das mortes por homicídios em Valença entre 2010 e 2012, cerca de 60% eram jovens.

2.3.1 Perfil dos jovens entrevistados: análise dos dados na perspectiva do gênero e faixa etária.

A amostra é composta 138 jovens, destes 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino. Todos os entrevistados residem no meio rural. Os jovens solteiros somam 79% outros 21% dos jovens entrevistados estão casados (92,1% do sexo masculino são solteiros e entre as mulheres 74,2% se declararam solteiras). Por

consequente, há um quantitativo maior de mulheres casadas, 25,8% das entrevistadas. A faixa etária onde se concentra o maior número de jovens casados é na de 25 a 29 anos, conforme descreve a tabela a baixo:

Tabela 5: Estado civil dos jovens entrevistados por faixa etária

QUAL SEU ESTADO CIVIL?		FAIXA ETÁRIA:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Solteiro	<i>f</i>	50	42	24	116
	%	43,1%	36,2%	20,7%	100,0%
Casado	<i>f</i>	5	2	15	22
	%	22,7%	9,1%	68,2%	100,0%
Total	<i>f</i>	55	44	39	138
	%	39,9%	31,9%	28,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Há uma tendência como assinala Weisheimer (2009) da ampliação do celibato masculino no meio rural, uma das razões para o número superior de entrevistados do sexo masculino solteiros. Já o número maior de jovens casadas é acompanhado de outro dado, a maioria delas também são mães, 29% das jovens consultadas, a percentagem entre os homens é quase a metade, 15%. A faixa etária de 25 a 29 anos concentra o maior quantitativo de jovens com filhos. Socialmente esta é a faixa etária em que os jovens começam a assumir seus projetos de vida (casamento, ter filhos, ter uma casa própria etc.).

Um dado que merece relevância é o baixo número de jovens dos 15 aos 19 anos com filhos, apenas 1,45% das entrevistadas nessa faixa etária se encontravam nesta situação, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE no ano 2013, apontava que 8% das jovens de 15 a 17 anos tinham pelo menos um filho. Vale salientar, a presença de possíveis jovens mães solteiras.

Tabela 6: Você tem Filhos? (por faixa etária)

			VOCÊ TEM FILHOS?			Total
			Sim	Não	N/S N/R	
FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTA DO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	2	52	1	55
		%	1,4%	37,7%	0,7%	39,9%
	De 20 a 24 anos de idade.	f	7	37	0	44
		%	5,1%	26,8%	0,0%	31,9%
	De 25 a 29 anos de idade.	f	20	19	0	39
		%	14,5%	13,8%	0,0%	28,3%
Total		f	29	108	1	138
		%	21,0%	78,3%	0,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

No que tange à cor/raça/etnia dos jovens entrevistados, obtivemos oito variações entre os entrevistados, sendo as respostas predominantes: parda, negra, morena, branca e preta. Somando os que autodeclararam-se sua cor/raça/etnia: preta, parda, negra e morena temos 82,5% dos entrevistados. A população brasileira é majoritariamente negra (IBGE, 2014), mas dada a junção das demais etnias que formaram o país vamos perceber esse leque de nomes dados pelos entrevistados para essa questão¹⁷. Neste sentido podemos assinalar conforme a tabela a baixo, que mais da metade dos nossos entrevistados se autodeclararam-se pardos ou negros, 56,5%.

Tabela 7: Qual é a sua origem étnica/cor/raça/?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
QUAL É A SUA ORIGEM ÉTNICA?	Amarela	4	2,9	2,9
	Branca	16	11,6	14,5
	Cor de pele	1	0,7	15,2
	Indígena	1	0,7	15,9
	Morena	26	18,8	34,8
	Mulata	1	0,7	35,5
	Não Sei	1	0,7	36,2
	Negra	38	27,5	63,8
	Parda	40	29,0	92,8
	Preta	10	7,2	100,0
	Total	138	100,0	

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

¹⁷ A variável cor/raça/etnia nas pesquisas realizadas pelo o IBGE são classificadas em cinco termos: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

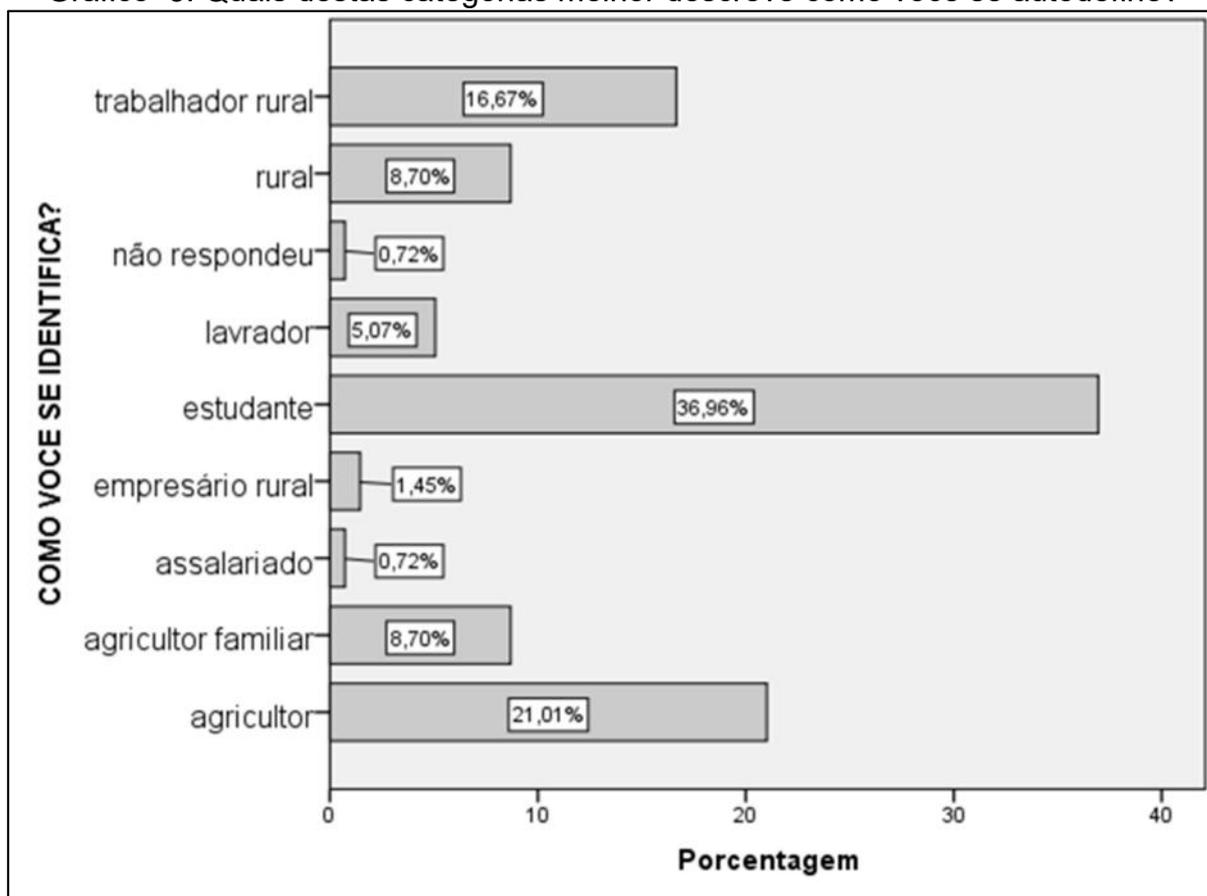
Quando arguidos sobre como se identificavam ou se auto definiam, a maioria respondeu se identificar como jovens estudantes, 36,96% deles. Este dado se concentra entre os jovens que ainda estão estudando, de modo mais acentuado na faixa etária de 15 a 19 anos e as mulheres somam 56,9% dos respondentes que se identificam assim, reflexo do status atual. Nesta faixa etária há ainda uma inserção parcial no trabalho agrícola, portanto a função em que eles estão ocupados e socializados é a escolarização.

Em continuação, 21,01% afirmaram serem jovens agricultores e estão situados majoritariamente na faixa etária dos 20 a 29 anos e são do sexo masculino, um *status quo* almejado por estes entrevistados. Outros 16,67% se definem trabalhadores rurais. Esse dado é interessante porque a maioria dos jovens que se identificaram assim, também suas famílias não são proprietárias das terras em que trabalham, portanto a pertença leva em consideração a função que estes realizam no meio rural, a venda da sua força de trabalho.

Seguindo, 8,70% deles se identificam como jovens agricultores familiares. As mulheres foram as que mais responderam esta opção. Uma das conclusões para essa filiação superior das jovens a este termo, dada a situação de dependência destas com suas famílias ou cônjuges, assim haveria um entendimento que elas estão inseridas na agricultura em um sistema de relações familiares, outros respondentes optaram por esse termo talvez devido ao significado político que este termo conota. Por outro lado, nos intriga o fato de pouco dos entrevistados se identificarem assim, tendo em vista que quase a totalidade dos domicílios rurais do município são classificados como pequenas e médias propriedades de base familiar.

Com a mesma percentagem (8,70%), aparece o termo jovem rural, uma referência direta ao local de residência destes jovens. Os homens 15 a 19 anos foram os que mais se identificaram assim. E 5,07% dos entrevistados se declararam lavradores. Houve uma confusão de entendimento dos jovens entre este termo e a palavra agricultor, alguns que se identificaram com esse termo tomaram como base a ação de plantar e colher (lavar), ainda muito usado entre os produtores de cacau dessa região, por exemplo.

Gráfico 3: Quais destas categorias melhor descreve como você se autodefine?



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Parafrazeando Weisheimer (2009) uma autoidentidade representa não somente o presente, mas também os projetos e posições desejadas por estes jovens no futuro. Portanto, o número maior de jovens que se autodefiniu agricultor e não como agricultor familiar também pode ser explicado pelo status social e econômico que ambos representam. A condição de agricultor familiar, neste contexto, também representa um campo inferior de acesso à terra, equipamentos e técnicas, já o agricultor pode designar que no futuro ele deseja acessar a tais condições humanas e materiais na construção de um reconhecimento social.

Tomando como referência a pesquisa realizada por Weisheimer (2009) no Estado do Rio Grande Sul, em resposta a esta mesma questão, mais de 30% dos entrevistados se filiavam à categoria jovem agricultor familiar, uma visão positiva, que se explica pelo modelo de trabalho familiar agrícola que lá é desenvolvido e as desigualdades de politização e incentivo que é realizado nas duas realidades. Mais a diante retomaremos essa discussão.

Os dados sobre a escolarização dos jovens entrevistados revelam que 42,8% deles têm o ensino fundamental incompleto, outros 23,2% o ensino médio incompleto, seguido de 18,1% com ensino médio completo, outros 4,3% possuem um ou mais cursos técnicos completos (nas diversas áreas: agropecuária, bombeiro civil, enfermagem, dentre outros), 5% possuem o ensino superior incompleto, 2,4% superior completo e apenas dois deles já havia alcançado o nível de pós-graduação.

Tabela 8: Qual é a sua escolaridade?

Qual é a sua escolaridade?	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Fundamental Incompleto	59	42,8	42,8	42,8
Fundamental Completo	4	2,9	2,9	45,7
Médio Incompleto	32	23,2	23,2	68,8
Médio Completo	25	18,1	18,1	87,0
Técnico Incompleto	2	1,4	1,4	88,4
Técnico Completo	6	4,3	4,3	92,8
Superior Incompleto	7	5,1	5,1	97,8
Superior Completo	1	0,7	0,7	98,6
Pós-Graduação	2	1,4	1,4	100,0
Total	138	100,0	100,0	

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Entres os graduandos, temos os seguintes cursos: Geografia, Pedagogia, Enfermagem, Engenharia Agrônômica. Já os cursos de formação das graduadas e pós-graduadas são: Serviço Social, Pedagogia e Fisioterapia. Visto pela óptica quantitativa parece pequeno, entretanto, significativo diante da realidade de exclusão do ensino superior, que por muito tempo foi relegada aos jovens do meio rural. Outro dado importante é o nível de escolaridade superior das jovens entrevistadas em relação ao sexo oposto, 50% dos homens entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e apenas dois deles estavam cursando o ensino superior.

Esses últimos dados podem ser justificados pela alta evasão escolar no meio rural dos jovens do sexo masculino. Na maioria das vezes, para dar continuidade ao ensino médio os jovens devem se deslocar para a sede do município, num percurso demorado e extenso diariamente, não conseguindo ajustar-se à rotina de trabalho, restando dois caminhos, deixar os estudos ou estudar no turno noturno. No estudo realizado por Castro et al. (2009), em torno de 37,3% dos jovens citaram o difícil acesso à escola como motivo de abandono escolar e outros 53,5% relataram que

precisavam trabalhar na produção. Já que o trabalho agrícola é tido como tarefa masculina no imaginário social, os filhos do sexo masculino são os primeiros obrigados a deixar a escola.

Entre os entrevistados, 61,6% ainda estavam estudando na época da pesquisa e os demais, 38,4% não. Entre os jovens consultados que estavam estudando, 56,5% cursavam o ensino fundamental e outros 27,1% estavam no ensino médio. Já a maioria dos entrevistados que não estavam estudando no período da pesquisa, 45,3% haviam concluído o ensino médio, um número expressivo. Demonstrando assim um aumento do nível de escolarização entre as gerações mais jovens, já que a maioria dos seus genitores havia alcançado apenas os primeiros anos do ensino fundamental.

Findando este tópico, no que tange a composição familiar, 29,7% dos jovens tinham suas famílias composta por quatro pessoas e outros 23,2% famílias formadas por três pessoas. As famílias mais populosas com seis, sete, oito e nove componentes compreendiam 9,4%, 5,8%, 2,8% e 0,7% respectivamente. A concentração de maior percentagem de famílias de até quatro pessoas é uma tendência de poucos filhos por casal, acompanhada pelos institutos de pesquisas nos últimos censos e pesquisas amostrais. Por outro lado, a própria migração para os centros urbanos dos filhos mais velhos, comum nesta realidade, de modo mais expressivo pelas jovens.

2.3.2 Síntese do perfil dos jovens entrevistados (Idade, gênero, estado civil, autoidentificações, raça/cor/etnia e escolarização).

Finalizando este capítulo retomaremos em síntese os dados aqui levantados que nos permite elaborar um perfil dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA. Diante do exposto, há uma predominância da agricultura familiar no município supracitado, com algumas particularidades, em diversidade de produtos e no tamanho pequeno das propriedades.

O dendê constitui-se historicamente, um marco da agricultura local, sendo o principal produto vendido, entretanto, como observamos entre os entrevistados as lavouras do cacau e da banana da terra têm ocupado a maioria dos jovens entrevistados, um dos fatores que podem justificar tais dados, é a concentração em

propriedades maiores da produção do dendê, do plantio até o processamento do coco em agroindústrias e cooperativas. Enquanto, o cacau e as demais lavouras permanentes têm papel importante na subsistência das pequenas propriedades.

Os jovens inseridos na agricultura familiar de Valença-BA são majoritariamente homens, situados na faixa etária de 15 a 19 anos, solteiros e negros ou pardos. A maioria possui o grau de ensino fundamental incompleto e se autoidentificam como estudantes ou jovens agricultores. De outro lado as mulheres que permanecem no meio rural estão concentradas na faixa etária de 15 a 19 anos, solteiras e possuem grau de escolaridade superior aos homens. Um quarto das entrevistadas, são negras ou pardas, estão casadas e se autoidentificam como estudantes.

Todos os entrevistados residem no meio rural e moram em domicílios em média com quatro familiares. Cabe salientarmos, um avanço no grau de escolarização com um percentual significativo no ensino superior público, em cursos técnicos e pós-graduações. Como evidenciamos em pesquisas anteriores neste mesmo território, essas gerações já alcançaram níveis de escolaridades superiores aos seus pais.

Nos capítulos seguintes adentraremos na análise de variáveis fundantes nesta dissertação, que por ventura este esforço inicial de construção de um perfil dos jovens agricultores familiares, por ser generalista não tenha dado conta e não objetivamos tal pretensão.

3. Caracterização dos jovens agricultores familiares, segundo as condições fundiárias, processos de socialização e gênero

No capítulo precedente, com base em algumas características dos jovens agricultores familiares, construímos um perfil dos jovens entrevistados tomando como base a pesquisa amostral e os dados estáticos disponíveis. Neste capítulo, nossa pretensão é apresentarmos os jovens agricultores familiares, segundo as suas condições materiais (acesso à terra e a renda familiar), seus processos de socialização (no processo de trabalho familiar agrícola e na escolarização) tomando o gênero como elemento transversal e importante para compreendermos a situação juvenil na agricultura familiar. Por meio destas categorias faremos um esforço de realçar os elementos constitutivos dos projetos profissionais dos jovens entrevistados.

Na primeira parte faremos um levantamento das condições materiais dos jovens agricultores familiares, articulando variáveis como renda familiar anual, o acesso do jovem à remuneração no trabalho familiar agrícola, a posse da terra e tamanho das propriedades de suas famílias. Num segundo momento nosso esforço é apresentar a socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e na escolarização. A socialização no PTFA analisaremos, de acordo com as seguintes variáveis: horas diárias de dedicação ao trabalho familiar agrícola, tempo em que participa do PTFA, no intuito de medirmos o nível de inserção juvenil no trabalho familiar agrícola. Quanto à socialização dos jovens por meio da escolarização, avaliaremos baseados no grau de escolarização e condição de estudo e o papel da escolarização segundo eles.

É ainda um dos objetivos aqui, articularmos a categoria que é transversal em nosso trabalho, o gênero. A escolha do gênero nesta análise leva-se em conta pela importância desse fator no processo de socialização no trabalho familiar agrícola, tendo em vista um contexto sócio histórico, nas sociedades patriarcais, de intensa expressão das desigualdades entre o gênero masculino e o feminino. Por meio de algumas correlações entre as variáveis vamos compreender as relações desiguais existentes desde as condições materiais até no acesso à terra e o processo de socialização no PTFA.

3.1 As condições materiais dos jovens agricultores familiares

A situação juvenil na agricultura familiar é marcada por diversas particularidades, dentre elas, a baixa condição material dos jovens agricultores familiares. Historicamente, esse fator têm sido uma das causas para o processo conhecido como êxodo rural juvenil. O meio rural é muito desigual e para os jovens ele é ainda mais severo e pouco atrativo, o caminho que se desponta no horizonte é a migração para os centros urbanos, "*lugar das oportunidades*".

Na agricultura familiar o jovem defronta-se com a realidade de poucos recursos materiais, na maioria das vezes não possuem o acesso à terra, linearmente atrelado à condição de baixa renda familiar, por conseguinte, a maioria destes sujeitos detém pouca autonomia material. Essa situação tende a ser ainda mais desigual se tomarmos para análise a situação de gênero. As mulheres na agricultura familiar possuem uma relação de inferioridade, perceptível no que tange o acesso aos recursos materiais como a terra e a remuneração pelas atividades na unidade familiar.

As condições materiais, expressa em um conjunto de indicadores, constituem uma categoria fundante na construção dos projetos juvenis. Conforme pontua Weisheimer (2009), os recursos que advém do domínio de bens materiais, ou aspectos do mundo material, tendem a influenciar nas disposições dos jovens agricultores permanecerem no trabalho familiar ou forjar projetos diferentes deste. Neste sentido a situação dos jovens na agricultura familiar é caracterizada pela baixa autonomia material, na maioria das vezes não são donos de terras, não desenvolvem atividades autônomas produtivas no interior da unidade familiar, não possuem poder decisório sobre a produção (o como ou onde investir) e não são remunerados pelo trabalho familiar agrícola.

Optamos neste trabalho por tomar dois indicadores para análise das condições materiais, o acesso à terra e a renda familiar. Entretanto, conforme veremos a seguir, outras variáveis nos auxiliaram para termos uma dimensão das condições materiais dos jovens entrevistados e como possivelmente tais condições se relacionam com a projeção de seu futuro. No tópico seguinte, principiaremos pela questão fundiária.

3.1.1 O acesso dos jovens agricultores familiares à terra

A terra é um elemento central no contexto rural, o principal meio de sobrevivência do agricultor, portanto a ausência de sua posse, mesmo que por arrendamento ou parceria, dificulta ou inviabiliza a permanência do agricultor no meio rural. Para os filhos tornarem-se agricultores e assumir o estabelecimento é necessário a posse das terras agrícolas (Champagne, 2002). Parafraseando Weisheimer (2009), notadamente a terra é o principal patrimônio familiar e um elemento que irá proporcionar a continuidade da própria unidade de produção familiar pela geração seguinte, a sucessão dos pais pelos filhos.

Em via inversa, no que tange à questão fundiária, a agricultura familiar é caracterizada por pequenas unidades, que garantem apenas o sustento da própria unidade produtiva familiar. O agricultor familiar pode ser proprietário total ou parcial das terras, no último caso, muitas das vezes, as áreas que lhes pertencem já estão ocupadas por lavouras permanentes, ou ainda, as terras só comportam a casa e um pequeno espaço para plantação, restando a ele buscar alternativas para a sobrevivência do núcleo familiar, tais como: o arrendamento, a parceria ou vender sua força de trabalho em propriedades maiores.

Grande parte das terras são passadas de geração em geração por meio da herança, neste contexto há uma tendência histórica, que os filhos do sexo masculino receberão as terras como herança e filhas uma compensação em dinheiro. Mas, na maioria das vezes isto só acontece após a morte dos pais, em outros casos as terras são insuficientes para a sobrevivência de todos os filhos. Por muito tempo, como nos diz Stropasolas (2002, p.139), “diante do grande número de herdeiros e pouca terra, a estratégia mais simples era excluir as mulheres da herança” ou ainda nas palavras de Brumer (2000 *apud* Stropasolas, 2001, p.140), as filhas mulheres não herdaram a terra, a não ser que seu marido seja agricultor.

Fruto da colonização portuguesa, que entregou nas mãos de poucos, grandes fatias do território nacional. A situação fundiária dos agricultores familiares tende a ser precária. É comum no País, um só proprietário ter sob seu domínio mais de mil hectares, enquanto outros, como alguns dos nossos entrevistados relataram, possuir menos de um hectare de terra. Segundo os dados do IBGE as propriedades agrícolas com menos de 10 hectares passaram de 1,4 milhão de unidades, no censo

de 1995/96, para 1,8 milhão, em 2006 (HOFFMANN; NEY, 2010), um crescimento em mais de 400 mil unidades. Segundo Hoffmann e Ney (2010, p.21) “Considerando a proporção da área total ocupada pelos 50% menores estabelecimentos agropecuários são de apenas 2,7% [...], já o percentual da área ocupada pelos 5% maiores estabelecimentos é de 68,4%” do território nacional. Complementam os autores, “a desigualdade fundiária é tão elevada que a área total ocupada por este último estrato de área é 25,3 vezes superior à ocupada pelo primeiro estrato” (Idem, p.21).

Na realidade em que este trabalho ganha relevo, é caracterizada pelas pequenas propriedades de até 10 hectares, muitas vezes já ocupadas por lavouras permanentes como o cacau, banana e o dendê. Neste sentido os jovens na maioria das vezes, não se dedicam apenas ao trabalho na unidade familiar agrícola, mas trabalham em outras unidades maiores na condição de diarista. Sobre a limitação do jovem no acesso à terra Carvalho e outros pontuam:

Com as dificuldades que os jovens encontram no acesso à terra há um desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois existe uma ansiedade em busca da independência financeira através do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais. Em alguns casos os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho “colocar o roçado” e tentar obter algum lucro naquela terra. Em outros casos a terra é muito pequena e qualquer concessão do pai para o filho compromete a subsistência da família. (CARVALHO *et al*, 2009, p.5).

Com base na pesquisa amostral, nos dados descritos na tabela abaixo, constatamos que 89,9% das famílias (pais ou avós) dos jovens entrevistados, são proprietárias das terras em que trabalham, contra 10% que não possuem terras. Reafirmando assim, o que dissemos anteriormente, a terra é um elemento fundamental para a permanência no meio rural, mesmo que em quantidades pequenas. Por outro lado, isso não significa a inexistência de outros arranjos como a parceria e o arrendamento, muitos dos nossos entrevistados relataram que trabalham na unidade familiar nos períodos do plantio, manutenção e colheita, mas nos intervalos trabalham como diaristas em outras propriedades.

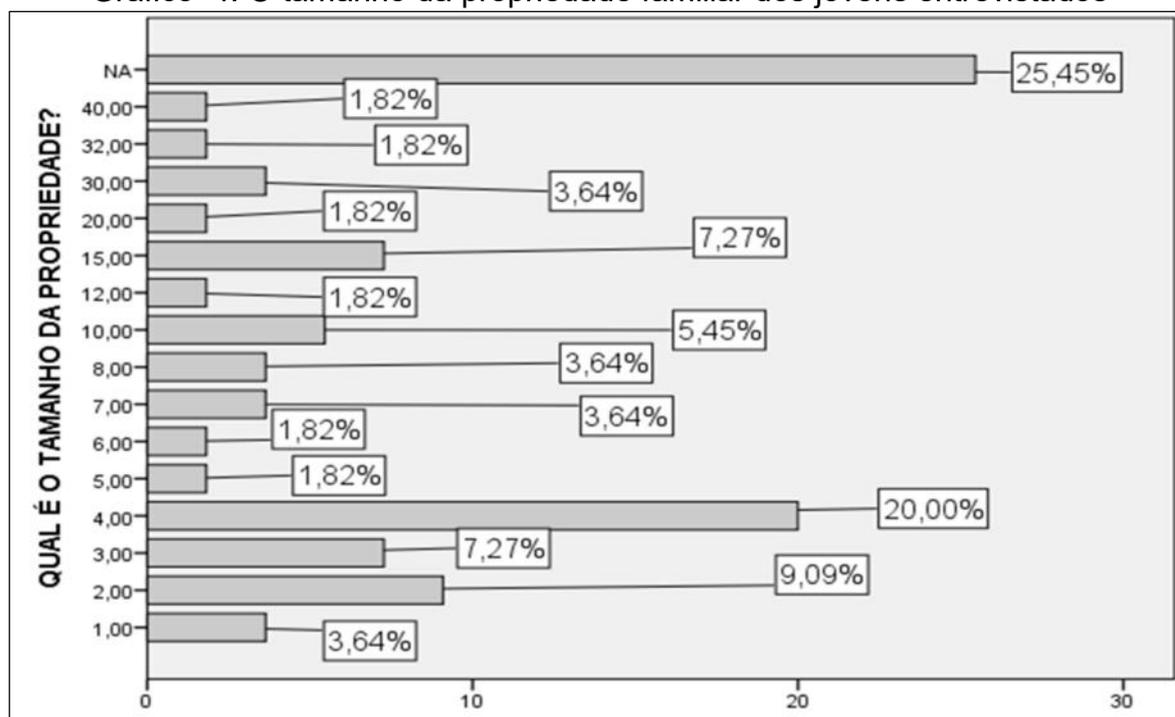
Tabela 9: Cruzamento da pergunta sua família é proprietária da terra em que trabalha? por sexo e faixa etária (f/%)

SEXO:				SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?			Total
				Sim	Não	NS/NR	
MASCULINO	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO :	De 15 a 19 anos de idade.	f	30	1	0	31
			%	39,5%	1,3%	0,0%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	21	3	0	24
		%	27,6%	3,9%	0,0%	31,6%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	15	6	0	21	
	%	19,7%	7,9%	0,0%	27,6%		
Total			f	66	10	0	76
			%	86,8%	13,2%	0,0%	100,0%
FEMININO	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO :	De 15 a 19 anos de idade.	f	23	0	1	24
			%	37,1%	0,0%	1,6%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	19	1	0	20
		%	30,6%	1,6%	0,0%	32,3%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	16	2	0	18	
	%	25,8%	3,2%	0,0%	29,0%		
Total			f	58	3	1	62
			%	93,5%	4,8%	1,6%	100,0%
TOTAL	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	53	1	1	55
			%	38,4%	0,7%	0,7%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	40	4	0	44
		%	29,0%	2,9%	0,0%	31,9%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	31	8	0	39	
	%	22,5%	5,8%	0,0%	28,3%		
Total			f	124	13	1	138
			%	89,9%	9,4%	0,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Prosseguindo, o tamanho das propriedades alcança entre os respondentes, o tamanho máximo de quarenta hectares, entretanto, a maioria dos que sabiam o tamanho da propriedade familiar afirmaram valores entre um e dez hectares de terras, sendo que 20% deles informaram possuir quatro hectares, conforme descritos no gráfico a baixo. Cerca de 60% do total de entrevistados não souberam responder o tamanho das propriedades, que nos leva a concluir que esse fato ocorre devido à falta de autonomia dos filhos na unidade produtiva, onde só os pais ficam à frente das decisões e investimentos, ou ainda pela falta de interesse dos filhos em relação à gestão da unidade produtiva.

Gráfico 4: O tamanho da propriedade familiar dos jovens entrevistados



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Na tabela seguinte percebemos que entre as formas de uso da terra, a porcentagem mais expressiva é das famílias que detêm a posse das terras em que trabalham, cerca de 80% dos entrevistados. Em Valença, como já explicitamos outrora, as famílias possuem pequenas propriedades, insuficientes para o sustento da unidade familiar, assim acabam por atrelar duas ou mais formas de uso da terra, como o arrendamento e a parceria. Entre os 4,3% que responderam outras formas, destaca-se a condição de diarista. É muito comum entre os jovens, o trabalho como diarista, há um número elevado de jovens que vendem sua força de trabalho fora da unidade produtiva, pois é a maneira mais imediata de conseguir a remuneração para ajudar a família ou ter independência financeira.

Entre as formas de uso da terra destacam-se: 5,8% produzem em terras arrendadas, 5,1% no sistema de parceria, 4,3% afirmaram outras formas como o trabalho à diária e 80,4% deles têm uma relação de posse com as terras em que trabalham. Vele salientar, que eles responderam com base na forma de uso da terra mais expressiva na unidade familiar. Entretanto, muitos jovens mesmo os pais sendo donos das terras, trabalham em outras unidades para alcançar uma renda própria, tendo em vista que muitos deles relataram que não são remunerados em suas tarefas na unidade familiar, ou ainda, as terras são insuficientes para todos.

Tabela 10: Qual a forma de uso da terra? (*f*/*%*)

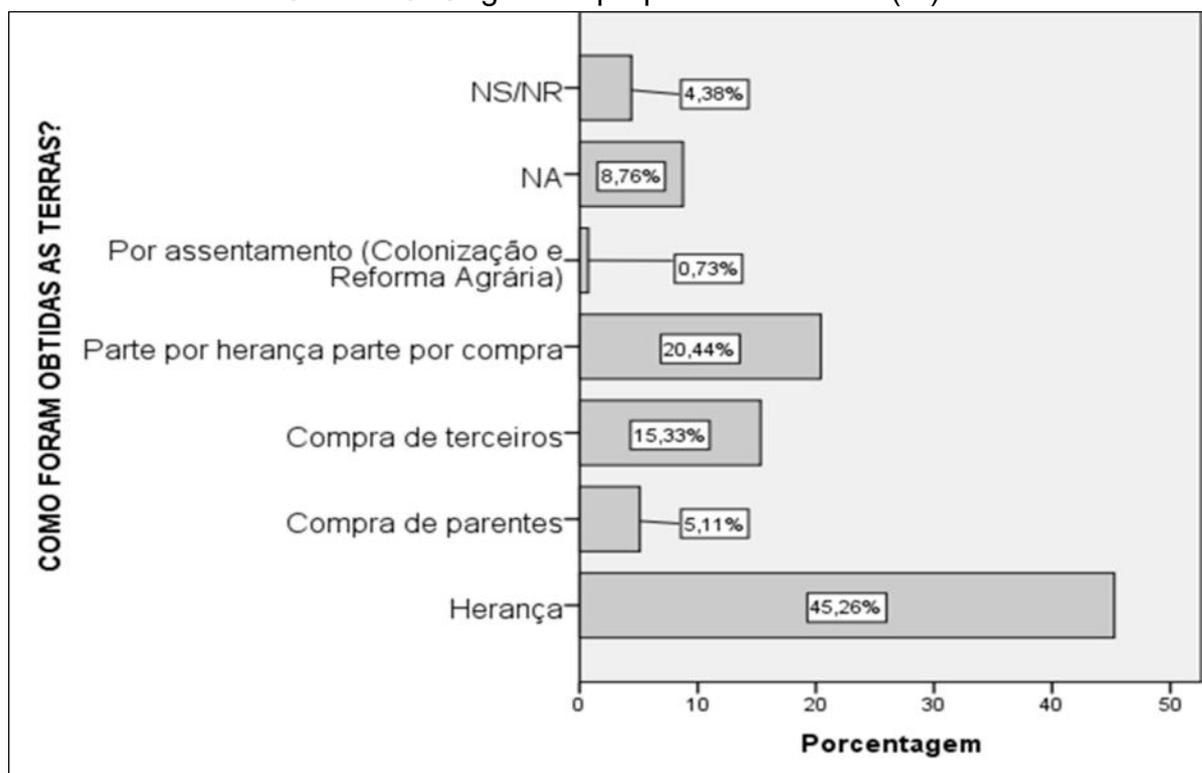
Qual a forma de uso da terra?		<i>f</i>	<i>%</i>
Válido	Arrendamento	8	5,8
	Meeiro	2	1,4
	Parceria	7	5,1
	Posse	111	80,4
	Outras	6	4,3
	NS/NR	4	2,9
	Total	138	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

No que se refere às condições fundiárias, procuramos saber dos jovens em que as suas famílias eram proprietárias das terras, como foram obtidas. A maioria dos respondentes, aproximadamente, 45% afirmou que foram herdadas de algum familiar, pouco mais de 20% disseram que parte foi adquirida por herança outra parte por compra e 15% deles falaram que as terras foram compradas de terceiros. Confirmando os resultados de outros estudos sobre a agricultura familiar na Bahia, como as pesquisas realizadas por Weisheimer *et. al.* (2012), Damásio (2014) e Almeida (2017), que apontam a herança como meio principal de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola.

Por outro lado, dependendo da quantidade de filhos a herança poderá ou não garantir a permanência de todos no meio rural ou na atividade agrícola. Assim os agricultores familiares que desejam continuar na agricultura, com melhores condições materiais procuram comprar mais terras nas mãos de terceiros ou dos próprios familiares que optaram ou foram levados para outras profissões. Aproximadamente, 10% dos jovens responderam que as terras da unidade familiar foram adquiridas pelos próprios familiares, conforme ilustramos no gráfico a seguir.

Gráfico 5: Origem da propriedade familiar (%)



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Ainda a respeito da questão fundiária, perguntamos aos jovens participantes da pesquisa se possuíam área de terra em seu nome, dentre os entrevistados, apenas 15,2% responderam que sim, já que a posse da terra, tradicionalmente dá-se pela herança, como delineamos acima. De acordo com o exposto na tabela abaixo, houve um maior quantitativo de respostas positivas nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, entre os jovens do sexo masculino há um número superior na faixa etária de 25 a 29 anos, sendo que as jovens estão numa relação superior em relação o acesso à terra que os homens, 21% delas afirmaram possuir área de terra em seu nome, já entres os homens, os proprietários de terras somam 10,5%. Conforme observamos no trabalho de campo, mesmo entre os jovens casados, há uma prevalência de não possuir ainda terras em seus nomes, em alguns casos os filhos permanecem trabalhando na propriedade dos pais depois do casamento, ou os cônjuges dos entrevistados que são os proprietários das terras¹⁸. Quantitativamente a faixa etária onde se encontra o número mais expressivo de não possuidores das terras é dos 15 a 19 anos.

¹⁸ Neste último caso, o jovem entrevistado é casado e não possui terras em seu nome, mas sua esposa ou esposo é dono(a) da terra em que trabalha.

Tabela 11: Tabulação cruzada da pergunta “Tenho área de terra em meu nome?” por sexo e faixa etária (f /%)

SEXO:				Tenho área de terra em meu nome.		Total
				Sim	Não	
Masculino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	F	3	28	31
			%	3,9%	36,8%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	F	2	22	24
			%	2,6%	28,9%	31,6%
		De 25 a 29 anos de idade.	F	3	18	21
			%	3,9%	23,7%	27,6%
Total		F	8	68	76	
		%	10,5%	89,5%	100,0%	
Feminino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	F	5	19	24
			%	8,1%	30,6%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	F	6	14	20
			%	9,7%	22,6%	32,3%
		De 25 a 29 anos de idade.	F	2	16	18
			%	3,2%	25,8%	29,0%
Total		F	13	49	62	
		%	21,0%	79,0%	100,0%	
Total	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	F	8	47	55
			%	5,8%	34,1%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	F	8	36	44
			%	5,8%	26,1%	31,9%
		De 25 a 29 anos de idade.	F	5	34	39
			%	3,6%	24,6%	28,3%
Total		F	21	117	138	
		%	15,2%	84,8%	100,0%	

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

3.1.2 A renda familiar dos jovens agricultores familiares

Além do tamanho das propriedades, as condições materiais dos agricultores familiares também são expressas em outros fatores. Muitas vezes a propriedade é pequena, mas altamente produtiva. No caso do Baixo Sul, em especial, Valença, dada a diversidade de lavouras, o solo fértil e com chuvas frequentes, muitas propriedades alcançam lucros razoáveis, entretanto, majoritariamente a renda dos agricultores familiares do município é baixa.

Na maioria dos núcleos familiares pesquisados as rendas não agrícolas como: os benefícios sociais (aposentadoria, pensões e programas governamentais como o Bolsa Família) somam mais de 50% dos valores totais das suas rendas. Tendo em vista as desigualdades sociais que permeiam o meio rural brasileiro, estas fontes de renda têm garantido a subsistência e a permanência de milhares de famílias no campo. Tais rendas garantem a possibilidade de uma renda mensal, numa realidade em que muitas lavouras só produzem em determinados períodos do ano. É muito comum neste cenário às mães/avós ou pais/avôs idosos, sustentarem toda a sua família com esses benefícios.

Tomando como base as rendas provenientes das atividades agrícolas e não agrícolas chegamos a variável Renda Familiar Anual Total (RFAT), conforme as respostas dos jovens entrevistados o maior extrato de RFAT, encontra-se entre R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00, pouco mais 30% dos entrevistados estavam nesta condição, em seguida 24,6% deles relataram ter rendas anuais entre R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00, 76,1% dos entrevistados possuíam rendas anuais inferiores a R\$ 40.000,00.

As rendas anuais superiores R\$ 40.000,00 constituem a realidade de apenas 7,2% dos jovens consultados. Por outro lado 6,5% de nossos entrevistados contam RFAT de até R\$ 10.000,00, menos de um salário mínimo mensal em núcleos familiares compostos por quatro pessoas em média. Em suma os dados descritos na tabela a seguir, confirmam a situação de poucos recursos financeiros que contam a maioria dos agricultores familiares no município de Valença.

Tabela 12: Renda Familiar Total / R\$ Ano (*f* /%)

		Frequência (<i>f</i>)	Porcentagem (%)	Porcentagem cumulativa
Válido	+ 0 a 10.000	9	6,5	6,5
	+ 10.000 a 20.000	42	30,4	37,0
	+ 20.000 a 30.000	34	24,6	61,6
	+ 30.000 a 40.000	20	14,5	76,1
	+ 40.000	10	7,2	83,3
	NS/NR	23	16,7	100,0
Total		138	100,0	

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Cerca de 59% dos entrevistados recebem remuneração em dinheiro pelo trabalho desenvolvido na unidade familiar, há uma prevalência de jovens remunerados em todas as faixas etárias e ambos os sexos consultados. Entretanto, entre as jovens há um número superior, 62,9% delas são remuneradas, entre os

homens este percentual cai para 55,3%. O que aparentemente mostraria uma situação mais confortável das mulheres neste contexto. No total 36,2% dos jovens afirmaram não receber remuneração em dinheiro por sua participação no trabalho familiar agrícola.

Tabela 13: Cruzamento da pergunta: Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola? Por faixa etária e sexo dos entrevistados (f/%)

SEXO:				Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola?			Total
				Sim	Não	NS/NR	
Masculino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	20	8	3	31
			%	26,3%	10,5%	3,9%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	11	10	3	24
			%	14,5%	13,2%	3,9%	31,6%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	11	10	0	21
			%	14,5%	13,2%	0,0%	27,6%
	Total		f	42	28	6	76
		%	55,3%	36,8%	7,9%	100,0%	
Feminino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	18	6	0	24
			%	29,0%	9,7%	0,0%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	12	8	0	20
			%	19,4%	12,9%	0,0%	32,3%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	9	8	1	18
			%	14,5%	12,9%	1,6%	29,0%
	Total		f	39	22	1	62
		%	62,9%	35,5%	1,6%	100,0%	
Total	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	38	14	3	55
			%	27,5%	10,1%	2,2%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	23	18	3	44
			%	16,7%	13,0%	2,2%	31,9%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	20	18	1	39
			%	14,5%	13,0%	0,7%	28,3%
	Total		f	81	50	7	138
		%	58,7%	36,2%	5,1%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Quando analisamos os dados referentes à divisão das rendas provenientes das atividades agrícolas, logo percebemos que entre os homens há uma situação de maior acesso à renda, em relação as mulheres, 50% deles relataram que “cada um fica com o que ganha” no trabalho agrícola, entre as mulheres este número é de apenas 25,8%. Por outro lado 27,4% delas, contra 18,4% deles responderam que “o

pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos”, mostrando um grau de dependência superior das jovens em relação aos pais, que os jovens do sexo masculino.

Tabela 14: Cruzamento da pergunta como é feita a divisão das rendas provenientes das atividades agrícolas? por sexo (f/%)

SEXO		COMO É FEITA A DIVISÃO DAS RENDAS PROVENIENTES DA ATIVIDADE AGRÍCOLA?							Total
		O pai centraliza os rendimentos.	A mãe centraliza os rendimentos.	O pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos.	A renda é dividida entre todos os que trabalham.	Cada um fica com o que ganha.	Outra forma:	NS/NR	
Masculino	f	8	10	14	4	38	2	0	76
	%	10,5%	13,2%	18,4%	5,3%	50,0%	2,6%	0,0%	100,0%
Feminino	f	7	10	17	7	16	4	1	62
	%	11,3%	16,1%	27,4%	11,3%	25,8%	6,5%	1,6%	100,0%
Total	f	15	20	31	11	54	6	1	138
	%	10,9%	14,5%	22,5%	8,0%	39,1%	4,3%	0,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Por fim, cabe apresentarmos como os jovens têm destinado as rendas que recebem pela atividade agrícola. Perguntamos: no que você gasta o dinheiro recebido pela atividade agrícola? 47,8% responderam que compram bens de uso pessoal (roupa, calçados, revistas, etc.), 13% deles estavam reinvestindo em atividades agrícolas ou de criação, 10% estavam guardando, 9,4% gastam em lazer e diversão. De acordo com o gráfico a baixo, em todas as faixas etárias, os jovens tendem a gastar esta remuneração, prioritariamente, comprando bens de uso pessoal, de modo mais acentuado, na faixa etária dos 15 aos 19 anos. Por outro lado percebemos que os jovens mais velhos, que possuem maior tempo de socialização no trabalho familiar agrícola, são os que mais aplicam o dinheiro recebido pela atividade agrícola para reinvestir em atividades agrícolas ou de criação. Os jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos são os que mais gastam com lazer e diversão e os que mais guardam este dinheiro.

Tabela 15: Cruzamento da pergunta No que você gasta o dinheiro recebido pela atividade agrícola? Por faixa etária (f/%)

		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total	
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.		
NO QUE VOCÊ GASTA O DINHEIRO RECEBIDO PELA ATIVIDADE AGRÍCOLA?	Compro bens de uso pessoal (roupa, calçados, revistas, etc.)	f	32	22	12	66
		%	23,2%	15,9%	8,7%	47,8%
	Compro ou pago bem de consumo durável (carro, moto, computador).	f	3	2	2	7
		%	2,2%	1,4%	1,4%	5,1%
	Estou guardando.	f	7	4	3	14
		%	5,1%	2,9%	2,2%	10,1%
	Estou investindo em atividade não agrícola	f	0	0	2	2
		%	0,0%	0,0%	1,4%	1,4%
	Estou reinvestindo em atividades agrícola ou de criação.	f	2	7	9	18
		%	1,4%	5,1%	6,5%	13,0%
	Gasto em lazer e diversão.	f	7	2	4	13
		%	5,1%	1,4%	2,9%	9,4%
	Pago estudos e/ou cursos.	f	1	2	3	6
	%	0,7%	1,4%	2,2%	4,3%	
Outra	f	2	4	3	9	
	%	1,4%	2,9%	2,2%	6,5%	
Não se Aplica	f	1	1	1	3	
	%	0,7%	0,7%	0,7%	2,2%	
Total		f	55	44	39	138
		%	39,9%	31,9%	28,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Em síntese, as condições materiais, expressas na renda familiar e no acesso à terra, elementos que tomamos para estudo nesta dissertação, comprova a reflexão histórica dos estudos sobre a agricultura familiar, em que os agricultores familiares contam com baixa renda e com parcelas pequenas de terras. Na maioria das vezes como consequência, não permite sequer a própria continuidade deste sistema de produção familiar, obrigando os filhos a procurarem alternativas não agrícolas para a sobrevivência.

É neste contexto, que percebemos que os projetos elaborados pelos jovens agricultores familiares estão diretamente condicionados ao conjunto material de que eles dispõem e as possibilidades de uma permanência qualificada no núcleo familiar, se há terras suficientes para todos os filhos, se há possibilidades de investimentos em terras vazias, se há remuneração ou não pelo trabalho familiar agrícola etc. Ou ainda se a renda familiar agrícola responde às demandas do grupo familiar e faz o jovem almejar permanecer nele em seus projetos.

3.2 A socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola

Neste tópico, o nosso propósito é compreendermos os aspectos que nos leva a entender a socialização no processo de trabalho familiar agrícola, tendo por aporte as repostas fornecidas pelos jovens entrevistados sobre sua inserção nas atividades agrícolas e o tempo de dedicação ao trabalho familiar agrícola na organização das tarefas diárias e semanais. Ainda neste tema faremos uma retomada da análise sobre as diferenças desta socialização no que diz respeito ao gênero.

O processo de socialização “[...] trata-se de um processo socialmente estruturado de internalização dos valores e normas coletivas pelo indivíduo; simultaneamente, de integração do indivíduo a sociedade ou a um setor desta” (WEISHEIMER, 2009, p.161). O processo de socialização acontece de maneira dinâmica, tal como nos dizem Berger e Luckman (1973 *apud* WEISHEIMER, 2009, p. 166), “ele extrapola a função de reprodução social via imposição da identificação entre o sujeito e a sociedade e abre espaço para a transformação e inovação”. Noutras palavras, *grosso modo*, a socialização não é uma reprodução automática nas novas gerações de regras e padrões sociais, mas um processo reflexivo e que sofre metamorfose.

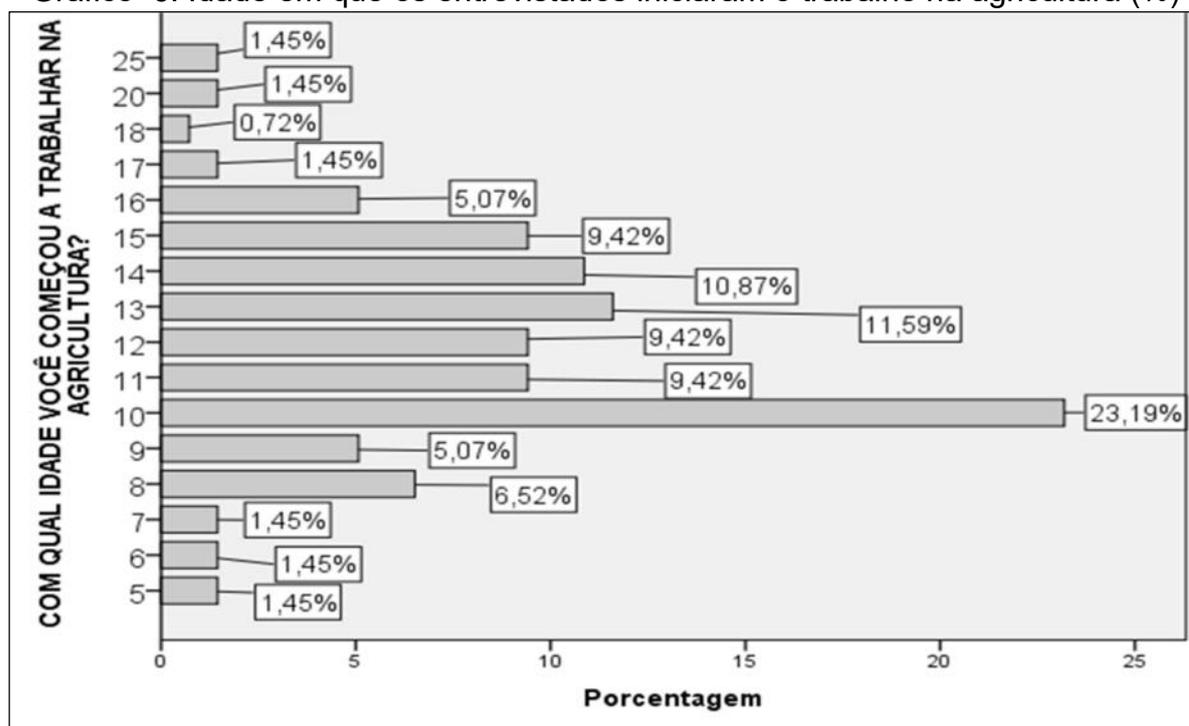
A socialização¹⁹ é fomentada por diversas agências, tais como a família, a escola, o trabalho, o lazer, a religião etc. Neste estudo nos remetemos a duas delas, no processo de trabalho familiar agrícola e na escolarização, que se diga de antemão são concorrentes entre si (WEISHEIMER, 2009). A socialização dos jovens do meio rural no processo de trabalho familiar agrícola como já havíamos mencionado anteriormente, acontece muito cedo, ainda na infância. A maioria dos jovens que estão no meio rural, reside lá desde seu nascimento, poucos são aqueles que migram para este meio em outras fases da vida. Por essa razão é uma socialização que ocorre precocemente, dado o envolvimento nas tarefas da unidade familiar ainda quando criança, nas funções que exigem menos esforço físico e que vai se aprofundando com o passar do tempo na assimilação das tarefas mais

¹⁹ Para aprofundar mais sobre o conceito de socialização que nos filiamos neste estudo, ver Weisheimer (2009). Nesta produção, o autor faz uma análise profunda da formação do termo na sociologia, retomando desde Durkheim, passando por Samuel Noah Eisenstadte, Bourdieu, inter-relacionando com o conceito de *habitus* e o conceito de geração descrito por Mannheim.

“pesadas” e que exigem maior cuidado, como exemplo, lidar com objetos cortantes, automóveis etc.

No gráfico a seguir, apresentamos as idades em que os jovens entrevistados começaram a trabalhar na agricultura. É perceptível uma aglomeração nos que responderam iniciar no trabalho agrícola entre os oitos e dezesseis anos, de modo majoritário, 23,19% dos jovens declararam iniciar no trabalho agrícola aos dez anos de idade.

Gráfico 6: Idade em que os entrevistados iniciaram o trabalho na agricultura (%)



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Os dados descritos acima confirmam nossos pressupostos teóricos que apresenta a socialização no processo de trabalho familiar agrícola como algo que acontece ainda na infância. Quando indagamos os entrevistados a respeito da idade em que iniciaram a trabalhar na agricultura, muitos deles ficaram em dúvida, se o período da infância contaria ou não, pois segundo eles, enquanto crianças não realizavam um trabalho, mas sim ‘ajuda’. O termo ‘ajuda’ é comum nos diálogos sobre o trabalho na agricultura familiar, de modo mais enfático para designar o trabalho realizado pelas mulheres, crianças e jovens.

Neste sentido, os jovens na agricultura familiar ainda carregam os resquícios de “encontram-se, parcialmente, integrados ao mundo social dos adultos. Trabalham como *força plena*, mas não são reconhecidos como agricultores plenos” (WEISHEIMER, 2012, p.80). Parte disso é justificada pela perspectiva que defende o

jovem como um ser em construção, imaturo, conforme demarca Castro e outros, “o peso da transitoriedade aparece como uma ‘marca’ recorrente nas definições e percepções sobre juventude, nos mais diferentes cenários e contextos” (CASTRO et al. 2009, p. 43). Na agricultura familiar não é diferente.

Por outro lado, o jovem ou mesmo as crianças são forças de trabalho importantes no PTFA, tendo em vista a impossibilidade de contratação de pessoal para realizar as ações na agricultura. Entretanto, para as mulheres esse processo de inferioridade tende a ser contínuo. O seu trabalho na agricultura e o trabalho doméstico seria algo que tivesse menos valor culturalmente, assim não merece remuneração e nem *status* de trabalho. Aprofundaremos posteriormente estas questões.

Perguntamos aos jovens sobre sua participação no trabalho familiar agrícola, 24,6% responderam trabalhar em tempo integral seis dias na semana, outros 24,6% disseram trabalhar em tempo parcial de quatro a cinco dias, logo em seguida os que responderam trabalhar de dois a três dias somaram 21,7%. Os que não trabalham no núcleo familiar ou de modo parcial apenas um dia na semana representaram 12,3% cada, totalizando juntos 24,6% dos entrevistados, levando em consideração que muitos jovens deste quantitativo trabalham em outras propriedades nas atividades agrícolas, mas representam também uma fatia que não estão na atividade agrícola. Principalmente aqueles que responderam não trabalhar, quando arguidos sobre sua participação no trabalho familiar agrícola.

Tabela 16: participação dos jovens no trabalho familiar agrícola (f/%)

QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?			
		Frequência	Porcentagem
Válido	Tempo Integral (6 dias)	34	24,6
	Não Trabalha	17	12,3
	Parcial (4 a 5 dias)	34	24,6
	Parcial (2 a 3 dias)	30	21,7
	Parcial (1 dia)	17	12,3
	NS/NR	6	4,3
	Total	138	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Outro fator que nos chama atenção nesta tabela é o fato de que 69,9% dos jovens trabalham entre dois e seis dias na unidade produtiva familiar, mostrando a relevância e o envolvimento da maioria destes jovens no trabalho familiar agrícola. Comparando estes dados segundo o sexo dos entrevistados percebemos o papel dos jovens na agricultura é bem definido, “o homem é responsável pela roça e a

mulher pela casa”. Os jovens do sexo masculino são mais expressivos na quantidade que responderam participar no trabalho familiar agrícola em tempo integral seis dias na semana (36,8%), parcial de quatro até cinco dias, 31,6. Doutra lado entre as mulheres 32,3% declararam trabalhar em tempo parcial de dois a três dias e são as que segundo os dados menos trabalham, 16,1% entre as jovens não trabalham na unidade produtiva familiar.

Tabela 17: Cruzamento da pergunta “qual é sua participação dos jovens no trabalho familiar agrícola?” por sexo (f/%)

QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
Tempo Integral (6 dias)	f	28	6	34
	%	36,8%	9,7%	24,6%
Não Trabalha	f	7	10	17
	%	9,2%	16,1%	12,3%
Parcial (4 a 5 dias)	f	24	10	34
	%	31,6%	16,1%	24,6%
Parcial (2 a 3 dias)	f	10	20	30
	%	13,2%	32,3%	21,7%
Parcial (1 dia)	f	4	13	17
	%	5,3%	21,0%	12,3%
NS/NR	f	3	3	6
	%:	3,9%	4,8%	4,3%
Total	f	76	62	138
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Os dados são ilustrativos para pensarmos os papéis dos gêneros e suas desigualdades na agricultura familiar, dos próprios resquícios que não consideram as tarefas realizadas pelas mulheres como trabalho. Por essa razão mesmo trabalhando na transformação de alimentos, cultivos de hortas, ou ainda o trabalho doméstico de preparação dos alimentos e limpeza da casa, os trabalhos femininos possuem um *status* de não trabalho na teia histórico-cultural que forma o processo de trabalho familiar agrícola.

Ainda são perceptíveis tais desigualdades, quando a maioria das jovens responde que sua contribuição no trabalho familiar agrícola é de apenas um a três dias semanais, não se levam em conta que as demais tarefas que realizam no âmbito familiar nos demais dias são também trabalho. Neste contexto conforme abordaremos no tópico 3.4, o termo *ajuda* na maioria das vezes, será designado para atribuir o trabalho feminino neste campo. Dado o vínculo familiar intrínseco nas

relações de trabalho em que o homem é o que têm “força” e “conhecimento” para lidar com as funções agrícolas, restando às mulheres permanecer em numa relação de subordinação ou construir projetos fora da agricultura familiar.

Ainda perguntamos neste âmbito, a quantidade horas da jornada diária de trabalho na unidade produtiva familiar, 45,7% dos jovens entrevistados dedicam-se até quatro horas na UPF, 29,7% trabalham entre seis e oito horas diárias. Se tomarmos como recorte as idades dos entrevistados que trabalham até quatro horas, concentram-se na faixa etária de 15 a 19 anos, 28,3% deles. Outros 13% dos jovens entre 20 a 25 anos e 15,3% entre os jovens de 25 a 29 anos trabalham entre seis e oito horas. Que representam uma socialização mais consolidada no processo de trabalho agrícola entre os jovens mais velhos, pois na maioria das vezes não estudam mais e se dedicam por mais tempo ao trabalho na agricultura.

Tabela 18: Cruzamento da Jornada diária de trabalho na UPF por sexo e faixa etária dos entrevistados (f/%)

SEXO:			JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:						Total	
			Até 4hs	Mais de 4hs a 6hs	Mais 6h a 8hs	Mais de 8h a 10hs	NA	NS/NR		
Masculino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO	De 15 a 19 anos de idade.	f	21	1	1	0	3	5	31
			%	27,6%	1,3%	1,3%	0,0%	3,9%	6,6%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	6	2	15	1	0	0	24
		%	7,9%	2,6%	19,7%	1,3%	0,0%	0,0%	31,6%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	2	1	16	2	0	0	21	
	%	2,6%	1,3%	21,1%	2,6%	0,0%	0,0%	27,6%		
Total		f	29	4	32	3	3	5	76	
		%	38,2%	5,3%	42,1%	3,9%	3,9%	6,6%	100,0%	
Feminino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO	De 15 a 19 anos de idade.	f	18	1	1	0	3	1	24
			%	29,0%	1,6%	1,6%	0,0%	4,8%	1,6%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	10	3	3	1	2	1	20
		%	16,1%	4,8%	4,8%	1,6%	3,2%	1,6%	32,3%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	6	4	5	1	2	0	18	
	%	9,7%	6,5%	8,1%	1,6%	3,2%	0,0%	29,0%		
Total		f	34	8	9	2	7	2	62	
		%	54,8%	12,9%	14,5%	3,2%	11,3%	3,2%	100,0%	
Total	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO	De 15 a 19 anos de idade.	f	39	2	2	0	6	6	55
			%	28,3%	1,4%	1,4%	0,0%	4,3%	4,3%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	16	5	18	2	2	1	44
		%	11,6%	3,6%	13,0%	1,4%	1,4%	0,7%	31,9%	
	De 25 a 29 anos de idade.	f	8	5	21	3	2	0	39	
	%	5,8%	3,6%	15,2%	2,2%	1,4%	0,0%	28,3%		
Total		f	63	12	41	5	10	7	138	
		%	45,7%	8,7%	29,7%	3,6%	7,2%	5,1%	100,0%	

Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Destaca-se ainda que 42,1% dos jovens do sexo masculino trabalham entre seis e oito horas, as mulheres nesta situação somam 14,5%, a maioria delas, 54,8%

trabalha até quatro horas na UPF, contra 38,2% deles. Fica evidente que a socialização no processo de trabalho agrícola é mais forte nos jovens do sexo masculino com idades mais avançadas, tomando a influência cultural determinante, que atribuem às mulheres outras funções que lhes ocupam mais seu tempo, não permitindo maior dedicação às atividades agrícolas tanto diariamente, quanto semanalmente. Os jovens mais novos dividem essa socialização com a escola, ao menos em um turno diário, quando não estudam no regime integral, a exemplos das escolas técnicas.

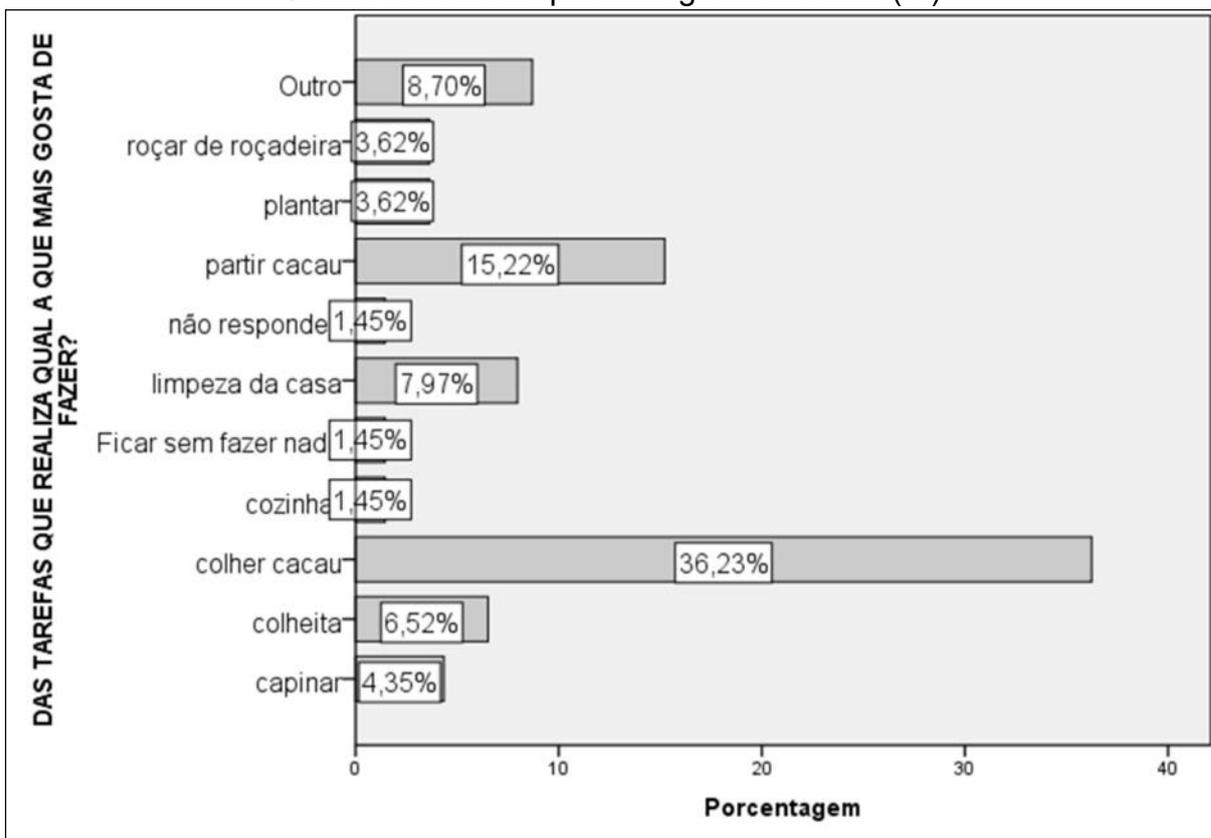
3.2.1A avaliação dos jovens do processo de trabalho familiar agrícola

Procuramos saber como os jovens avaliavam processo de trabalho familiar agrícola, por meio de algumas perguntas que eles pudessem opinar e descrever livremente. As primeiras delas dizem respeito, a tarefa que mais gostavam e a que menos gostavam de realizar e por que razão. Dada a predominância da lavoura de cacau em muitas propriedades, majoritariamente foi a atividade mais citada pelos jovens como a que mais gostavam de realizar, 36,23% deles responderam colher cacau, 15,22%, partir cacau, em seguida vem a limpeza da casa 7,97%, o processo de colheita em qualquer lavoura 6,52%. As razões para tais escolhas são múltiplas, mas sobressaem a seguintes justificativas: “por ser uma tarefa realizada na sombra”, “porque exige menos esforço físico”, “poder ser realizada sentada” (partir cacau) e “por ser o momento que se tem o resultado do esforço despendido por muito tempo” (a colheita).

Noutra face, as atividades que os jovens não gostam de realizar são aquelas em que ficam expostos ao sol e as chuvas, exigem muito esforço físico e colocam em risco a saúde. Entre as atividades piores na opinião dos nossos entrevistados destacam-se: para 51,45% “capinar”, em seguida para 6,52% aplicação de defensivos agrícolas, 5,07% dos entrevistados não soube ou optaram em não responder. Capinar é uma atividade muito rudimentar, nas maiorias das propriedades onde o acesso à novas tecnologias ainda estão distantes é muito comum o uso de enxadas para realizar a capina, deste modo é um trabalho que exige muito esforço físico e que ficamos expostos às intempéries. A segunda

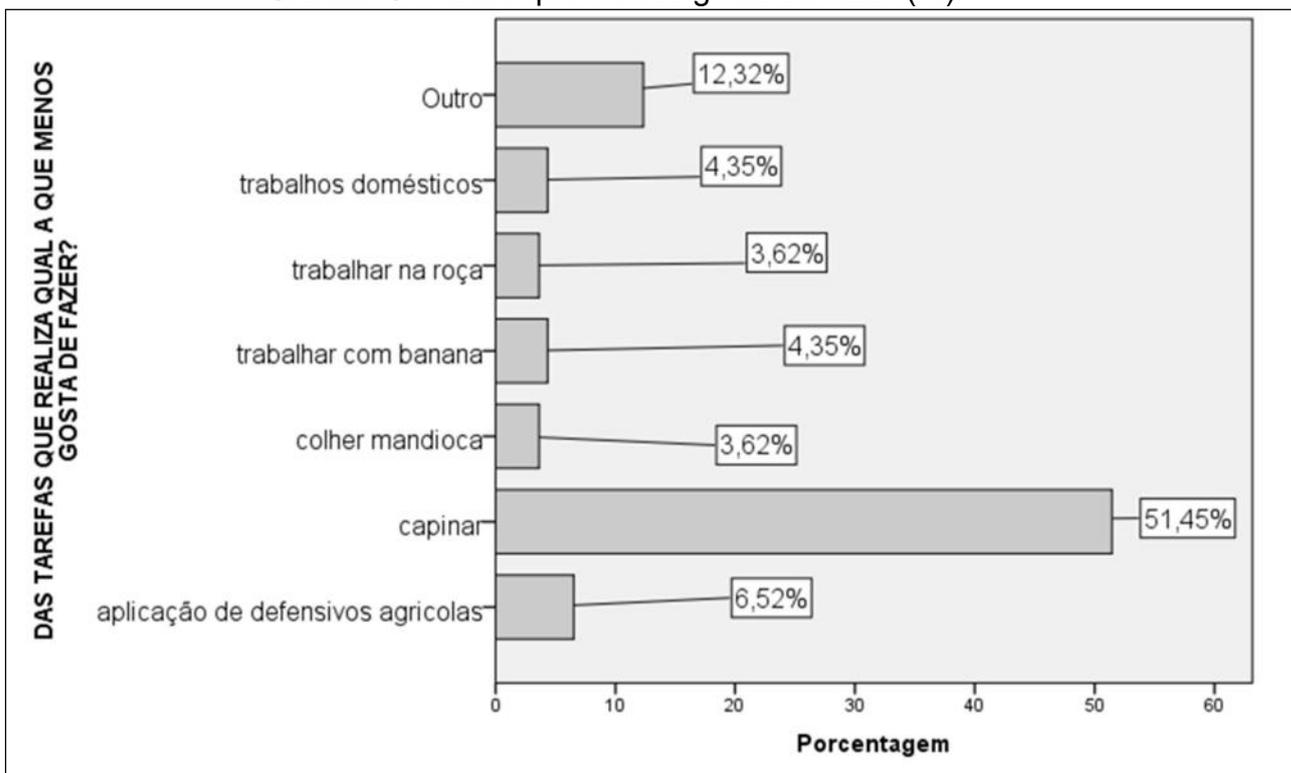
atividade mais citada pelos jovens caminha neste mesmo sentido, a aplicação de defensivos agrícolas no meio rural ainda realizada com pouco ou nenhum equipamentos de proteção individual (EPI), esses defensivos são altamente prejudiciais à saúde humana e de animais e peixes, mas se apresentam como uma alternativa mais prática para combater o crescimento de matos nas lavouras. Por essa razão, muitos estabelecimentos acabam por assumir o risco e economizar em outras etapas.

Gráfico 7: Tarefa que mais gosta de fazer (%)



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Gráfico 8: Tarefa que menos gosta de fazer (%)



Fonte: Banco de dados Jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Seguindo perguntamos o quanto os jovens entrevistados gostavam de trabalhar na agricultura, 53,6% deles responderam que gostavam mais ou menos, em seguida 25,4% disseram que gostam muito e outros 18,8% afirmaram que não gostavam de trabalhar na agricultura. Era comum entre os respondentes, ouvirmos dizer “é o jeito, mas não é bom” ou “já estou acostumado”. De acordo com a tabela que segue, houve uma avaliação positiva do trabalho agrícola na faixa etária dos 25 aos 29 anos, 11,6% do total dos entrevistados, por outro lado 12,3% do total dos jovens e que na faixa etária dos 15 aos 19 anos fazem avaliações negativas. Noutras palavras, os jovens que possuem mais tempo de socialização no processo de trabalho familiar agrícola tendem a fazer melhores avaliações sobre o trabalho na agricultura. Ou ainda segundo Weisheimer (2009, p.225) “[...] a intensa socialização na atividade produtiva gera disposições para uma avaliação positiva da mesma. Por outro lado, as dificuldades objetivas presentes nas práticas laborais cotidianas desta juventude produzem insatisfação”.

Entre os jovens há uma aceitação mais positiva dos homens em relação às mulheres. De acordo com o gráfico a baixo 14,5% dos jovens do sexo masculino disseram gostar muito do trabalho na agricultura, contra 8,1% das mulheres. Os jovens de ambos os sexo na faixa etária dos 15 aos 19 anos são os que menos

gostam do trabalho na agricultura (14,5% deles e 9,7% delas), por outro lado apenas 1,6% entre as jovens e 1,3% dos homens, com idade entre 25 aos 29 anos fizeram avaliações negativas.

Tabela 19: Cruzamento da pergunta o quanto você gosta de trabalhar na agricultura? Por sexo e faixa etária dos entrevistados (*f* /%)

SEXO:			O QUANTO VOCÊ GOSTA DE TRABALHAR NA AGRICULTURA?				Total
			Gosto Muito	Mais ou Menos	Não Gosto	NS/NR	
Masculino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	<i>f</i> 6	13	11	1	31
			% 7,9%	17,1%	14,5%	1,3%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	<i>f</i> 4	17	3	0	24
			% 5,3%	22,4%	3,9%	0,0%	31,6%
	De 25 a 29 anos de idade.	<i>f</i> 11	9	1	0	21	
		% 14,5%	11,8%	1,3%	0,0%	27,6%	
Total		<i>f</i> 21	39	15	1	76	
			% 27,6%	51,3%	19,7%	1,3%	100,0%
Feminino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	<i>f</i> 6	11	6	1	24
			% 9,7%	17,7%	9,7%	1,6%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	<i>f</i> 3	12	4	1	20
			% 4,8%	19,4%	6,5%	1,6%	32,3%
	De 25 a 29 anos de idade.	<i>f</i> 5	12	1	0	18	
		% 8,1%	19,4%	1,6%	0,0%	29,0%	
Total		<i>f</i> 14	35	11	2	62	
			% 22,6%	56,5%	17,7%	3,2%	100,0%
Total	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	<i>f</i> 12	24	17	2	55
			% 8,7%	17,4%	12,3%	1,4%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	<i>f</i> 7	29	7	1	44
			% 5,1%	21,0%	5,1%	0,7%	31,9%
	De 25 a 29 anos de idade.	<i>F</i> 16	21	2	0	39	
		% 11,6%	15,2%	1,4%	0,0%	28,3%	
Total		<i>F</i> 35	74	26	3	138	
			% 25,4%	53,6%	18,8%	2,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Indagamos dos jovens entrevistados dentre as frases disponibilizadas no questionário, em sua opinião qual se aproximava mais do que eles pensam sobre o trabalho familiar agrícola, obtivemos as seguintes respostas: “Trabalho digno, importante para a sociedade”, afirmaram 47,8% deles, outros 23,2%, optaram pela afirmativa “Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho”, para 16,7% “Permite ter independência financeira, ser dono do próprio negócio” e outros 9,4% elegeram que o trabalho familiar agrícola “Não é valorizado pela sociedade”. Neste quesito percebe-se que há um reconhecimento de quase 50% dos jovens da importância deste trabalho para sociedade, sendo maior entre os homens, que entre as mulheres.

Tabela 20: cruzamento da pergunta “que frase se aproxima mais do que você pensa sobre o trabalho familiar agrícola?” pelo sexo dos entrevistados (f/%)

			QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?					Total
			Trabalho digno, importante para a sociedade.	Não é valorizado pela sociedade.	Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho.	Permite ter independência financeira, ser dono do próprio negócio.	NS/NR	
SEXO	Masculino	f	38	8	14	14	2	76
		%	27,5%	5,8%	10,1%	10,1%	1,4%	55,1%
	Feminino	f	28	5	18	9	2	62
		%	20,3%	3,6%	13,0%	6,5%	1,4%	44,9%
Total		f	66	13	32	23	4	138
		%	47,8%	9,4%	23,2%	16,7%	2,9%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

3.3 A socialização dos jovens na educação formal

Num passado não tão longínquo morar no meio rural, significava não acessar a escolarização, na maioria das vezes as jornadas de trabalho de crianças e jovens eram em média por dois turnos. Com o processo de criação de escolas públicas – que chega aos poucos no meio rural, das séries iniciais até o final do ensino fundamental, já que o ensino médio está presente em poucas localidades no meio rural brasileiro, em boa parte dos municípios apenas na zona urbana – vem diminuindo a presença das crianças e jovens na unidade familiar ao menos em um dos turnos diários. Tendo em vista que a escola é também uma agência de socialização, ele por diversas vezes converge com outras agências importantes na vida do jovem, como a família e o processo de trabalho familiar agrícola.

A escola no cenário atual acaba por influenciar diretamente na construção dos projetos juvenis e abre outras possibilidades para além do trabalho agrícola. Pois a escola mesmo se localizando no meio rural, não é preparada para atender as necessidades e particularidades deste contexto. Alvo de grandes críticas, sobre tudo dos movimentos sociais do campo, professores e estudantes, as bases curriculares formatada nos moldes urbanos não contribui para a valorização da cultura e da identidade destes sujeitos, conforme pontua Weisheimer (2009, p.192), “a experiência escolar é formativa da identidade juvenil que ocorre num sistema escolar

uniforme no território brasileiro”. Apesar de algumas iniciativas, por meio das Casas Familiares Rurais (CFRs), Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) e alguns cursos técnicos no âmbito do ensino médio, têm pouca abrangência e é uma realidade muito aquém do almejado.

No Brasil vai haver pela primeira vez uma diferenciação entre a educação formal urbana e a do meio rural com as alterações promulgadas na Lei de Diretrizes de Bases (LDB) no ano de 1996, Lei 9.394/96, de lá para cá têm sido pauta constante a luta pela sua efetivação (SANTOS D. P., 2017). Vale salientar, o esforço grandioso que constituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, criado em abril de 1998, que têm sido um dos projetos mais eficazes para atender as demandas do campo e tantos outros exemplos pioneiros espalhados pelo país, entretanto, ainda temos uma escola no meio rural, majoritariamente, com uma visão de mudo urbanocêntrica (SANTOS D. P., 2017, p.36).

Abro um parêntese neste ponto, para relatar algo que vivenciei e compartilhei com outros milhares de jovens nessa mesma realidade. Na escola foram poucos os conteúdos e disciplinas que valorizavam ou tratavam da nossa cultura, identidade ou ainda da importância da agricultura familiar para a sociedade, outro fator era que a maioria dos professores neste processo formativo foram do meio urbano. É neste contexto, que o jovem depara-se com uma realidade cruel de não aceitação do trabalho que vem sendo socializado, já que as profissões e saberes que são tratados no ensino formal dizem respeito a algo diferente do trabalho agrícola. Em síntese, temos como resultante, que “[...] as experiências advindas da socialização escolar frequentemente entram em choque com os valores e as disposições geradas na prática cotidiana do trabalho e que são necessárias à reprodução do trabalho familiar” (WEISHEIMER, 2009, p.192).

Cabe apresentarmos outros fatores interessantes neste processo, primeiro que as próprias possibilidades de continuidade dos estudos vão exigir dos jovens a migração para o meio urbano, onde se localiza a maioria das escolas de ensino médio, cursos técnicos e os centros de ensino superior. “Parece haver nesse contexto uma oposição: quem estuda quer sair; quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar” (STROPASOLAS, 2011, p.27). Segundo, o desgaste inicia no trajeto de horas para chegar à escola, levando-se em conta as precariedades da maioria dos transportes escolares e das estradas para chegar às

escolas. Muitos dos nossos entrevistados relataram saem de casa antes das seis horas da manhã e só retorna por volta das quatorze horas, horário que eles já deveriam ter ido para a roça juntos com seus pais.

Nesse contexto de ambiguidades, em que escolarização apresenta-se enquanto desafio a reprodução da agricultura familiar, mas que é desigual, nem todos os jovens contam com as mesmas condições de acesso ao ensino formal (WEISHEIMER, 2009). Conforme os dados obtidos na pesquisa com os jovens agricultores familiares, 61,6% deles estavam estudando, na faixa etária dos 15 aos 19 anos encontra-se 39,9% dos que estavam estudando na época em que a pesquisa foi realizada, fase em que é comum os jovens estarem cursando o ensino médio. A faixa etária dos 25 aos 29 anos concentra a menor percentagem de jovens estudando, apenas 6,5% do total, nesta faixa a maioria dos jovens já concluiu o ensino médio e se permanecem no meio rural, estão, hegemonicamente, trabalhando na agricultura, somando ainda a aqueles que não querem voltar a estudar ou que não possuem condições de realizar um ensino superior. Todos os jovens dos 15 aos 19 anos de ambos os sexos afirmaram que estavam estudando.

Tabela 21: Cruzamento da pergunta “você esta estudando atualmente?” por sexo e faixa etária dos entrevistados (f/%)

SEXO:				VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?		Total
				Sim	Não	
Masculino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	31	0	31
			%	40,8%	0,0%	40,8%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	8	16	24
			%	10,5%	21,1%	31,6%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	2	19	21
			%	2,6%	25,0%	27,6%
Total			f	41	35	76
			%	53,9%	46,1%	100,0%
Feminino	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	24	0	24
			%	38,7%	0,0%	38,7%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	13	7	20
			%	21,0%	11,3%	32,3%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	7	11	18
			%	11,3%	17,7%	29,0%
Total			f	44	18	62
			%	71,0%	29,0%	100,0%
Total	FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:	De 15 a 19 anos de idade.	f	55	0	55
			%	39,9%	0,0%	39,9%
		De 20 a 24 anos de idade.	f	21	23	44
			%	15,2%	16,7%	31,9%
		De 25 a 29 anos de idade.	f	9	30	39
			%	6,5%	21,7%	28,3%
Total			f	85	53	138
			%	61,6%	38,4%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Segundo a tabela a cima, as mulheres são quantitativamente as que mais estão estudando, 71,0% delas, entre os homens 53,9% estavam nesta mesma situação. Há uma prevalência das mulheres ainda no que tange a continuidade dos estudos, 11,3% entre as que estão estudando tem idades entre 25 e 29 anos. Uma das explicações para a maior escolarização entre as mulheres, que entre os homens, dá-se por uma relação objetiva, em que os papéis sociais de gênero são decisivos neste contexto, conforme pontua Stropasolas no trecho seguinte,

Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais que os rapazes, sobretudo para se prepararem para conseguir um emprego na cidade. Para elas, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se apresenta como necessária para o reconhecimento social. No caso dos rapazes, a valorização social não passa necessariamente pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor. O mesmo não acontece com as moças já que elas só conquistam a condição de agricultoras, quando se casam com um agricultor (STROPASOLAS, 2011, p.28).

Percebemos ainda com base nos dados expostos, que os sentidos atribuídos à escolarização são diferentes entre mulheres e homens. Há expectativa no meio rural de que os filhos reproduzam o modo de vida dos pais, mas as filhas por serem consideradas 'mais frágeis' para a labuta no trabalho agrícola, que requer força, recebem maiores incentivos para continuar estudando. Resultando na presença maior de jovens do sexo masculino no meio rural, em relação às mulheres. Quando cruzamos os dados referentes condição de estudo e o grau de escolaridade, obtivemos os seguintes resultados.

Tabela 22: Cruzamento da pergunta “você está estudando atualmente?” pelo grau de escolaridade dos entrevistados (*f*/%)

		VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE?		Total	
		Sim	Não		
QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	<i>f</i>	48	11	59
		%	34,8%	8,0%	42,8%
	Fundamental Completo	<i>f</i>	4	0	4
		%	2,9%	0,0%	2,9%
	Médio Incompleto	<i>f</i>	23	9	32
		%	16,7%	6,5%	23,2%
	Médio Completo	<i>f</i>	1	24	25
		%	0,7%	17,4%	18,1%
	Técnico Incompleto	<i>f</i>	1	1	2
		%	0,7%	0,7%	1,4%
Técnico Completo	<i>f</i>	0	6	6	
	%	0,0%	4,3%	4,3%	
Superior Incompleto	<i>f</i>	6	1	7	
	%	4,3%	0,7%	5,1%	
Superior Completo	<i>f</i>	0	1	1	
	%	0,0%	0,7%	0,7%	
768Pós-Graduação	<i>f</i>	2	0	2	
	%	1,4%	0,0%	1,4%	
Total		<i>f</i>	85	53	138
		%	61,6%	38,4%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Segundo o gráfico a cima, 34,8% entre os entrevistados estão cursando o ensino fundamental, senão nos último ano (nono ano) conforme relatou boa parte dos entrevistados, 16,7% deles estavam no ensino médio e 4,3% estavam cursando o ensino superior. Por outro lado 8,0% deles haviam parado os estudo no ensino fundamental e 6,5% deixou-o durante o ensino médio, realidade mais prevalecente entre os jovens do sexo masculino. Os que haviam completado o ensino médio e não continuou a estudar, somam 17,4%, predominantemente são jovens que estão entre os 20 e os 29 anos. Outro dado que merece enfatizar é o número de jovens com ensino técnico concluso, 4,3%.

Hegemonicamente há salto qualitativo e quantitativo no acesso a educação pelos jovens entrevistados em relação às gerações precedentes. Mas a entrada no ensino superior, apesar de representativa, apenas 7,1% dos entrevistados havia ascendido este grau. Visando compreender a divisão do tempo de trabalho com os estudos cruzamos a variável jornada diária de trabalho por condição de estudo e sexo dos entrevistados, tendo em vista que é um dos elementos apontados por diversos estudos como precursor da saída dos jovens dos estudos ou a sua migração para o meio urbano.

Tabela 23: Cruzamento da jornada diária de trabalho na UPF por condição de estudo e sexo dos entrevistados (f/%)

SEXO			VOCÊ ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE? % do Total		Total
			Sim	Não	
Masculino	JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:	Até 4h	35,5%	2,6%	38,2%
		Mais de 4h a 6h	2,6%	2,6%	5,3%
		Mais 6h a 8 h	5,3%	36,8%	42,1%
		Mais de 8h a 10 h	0,0%	3,9%	3,9%
		"NA"	3,9%	0,0%	3,9%
		NS/NR	6,6%	0,0%	6,6%
Total			53,9%	46,1%	100,0%
Feminino	JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:	Até 4h	45,2%	9,7%	54,8%
		Mais de 4h a 6h	8,1%	4,8%	12,9%
		Mais 6h a 8 h	3,2%	11,3%	14,5%
		Mais de 8h a 10 h	1,6%	1,6%	3,2%
		"NA"	11,3%	0,0%	11,3%
		NS/NR	1,6%	1,6%	3,2%
Total			71,0%	29,0%	100,0%
Total	JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:	Até 4h	39,9%	5,8%	45,7%
		Mais de 4h a 6h	5,1%	3,6%	8,7%
		Mais 6h a 8 h	4,3%	25,4%	29,7%
		Mais de 8h a 10 h	0,7%	2,9%	3,6%
		"NA"	7,2%	0,0%	7,2%
		NS/NR	4,3%	0,7%	5,1%
Total			61,6%	38,4%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Os dados revelam que há um número de horas superior de dedicação ao trabalho agrícola, entre os jovens que não estão estudando, 25,4% trabalham entre seis e oito horas e não estudam mais, já 39,9% estudam e trabalham até quatro horas diárias. Quando pegamos como recorte o sexo dos entrevistados, as mulheres que estudam e trabalham até quatro horas somam 45,2% delas, e apenas 4,8% concilia uma jornada de trabalho na UPF superior a seis horas diárias com os estudos, outras 11,3% não estudam e trabalham entre seis e oito horas. Entre os homens 35,5%, quase dez ponto percentuais a menos em relação às mulheres, conciliam até quatro horas de trabalho com os estudos, outros 36,8% trabalham entre seis e oito horas e não estudam, número muito superior se compararmos com os observados entre as mulheres.

Perguntamos ainda neste sentido, em que medida a escola ajuda os (as) jovens a prepararem-se para ser agricultor (a)? As respostas foram diversas, 33,3% consideram que ajuda "mais ou menos", outros 26,1% dizem que ajuda muito, outros 21% consideraram que ajuda pouco e 19,6% acham que não ajuda nada. Destes dados depreende-se que a maioria dos jovens não vê na escola, um espaço que

favoreça o desenvolvimento de saberes que os auxiliem no processo de trabalho familiar agrícola. Como já havíamos mencionado em parágrafos anteriores, a escola muitas vezes não trazem para seus conteúdos elementos da realidade dos jovens, por exemplo, o próprio calendário não respeita o tempo da colheita, em que muitas vezes os jovens faltam às aulas para ajudar suas famílias.

Em linhas gerais, percebemos que o processo de escolarização ocupa a maioria dos jovens entrevistados, as mulheres possuem mais anos de estudos em relação aos homens, é um contingente maior no ensino superior e hegemônico na pós-graduação, segundo os dados fornecidos pelos jovens agricultores familiares do município de Valença-Ba. Na maioria dos casos há uma conciliação entre o tempo de dedicação aos estudos e o trabalho na agricultura. Os jovens mais velhos e do sexo masculino são os que mais responderam trabalhar até mais de seis horas mais diariamente na unidade produtiva familiar. Percebe-se que há uma avaliação negativa da escola formal no que diz respeito à formação tendo em vista o contexto em que os jovens estão inseridos, que é o da agricultura familiar.

Cabe ainda salientarmos que continuar os estudos para o jovem do meio rural é uma escolha difícil, entre os jovens com condições materiais baixas ainda mais. Tendo em vista que a unidade familiar depende de sua força de trabalho. Neste contexto os jovens do sexo masculino são preparados para suceder seu pai no trabalho agrícola, na maioria das vezes, logo que terminam o ensino fundamental devem escolher entre estudar à noite – um horário que os jovens chegam exaustos da lida –, ou abandonar a escola.

3.4 A questão do gênero no Processo de Trabalho Familiar Agrícola

Neste último tópico nossa pretensão é retomar alguns dos pontos já introduzidos neste capítulo, mas que necessitam ser maturados na óptica do gênero. Precipitando da existência das desigualdades entre os gêneros, compreendida como histórica, cultura (SCOTT, 1986) e simbólica (BOURDIEU, 1999). Tais desigualdades estão presentes em diversas profissões, tanto no meio rural, quanto no meio urbano. No contexto rural, nas particularidades da agricultura familiar, as desigualdades entre os gêneros se apresentam como elemento importante para o

entendimento dos projetos profissionais formulados pelos jovens, o processo de migração rural-urbana e o processo de maior autonomia e condições materiais dos homens deste meio, dentre outros.

Vale salientar que não é a nossa pretensão aqui, fazer-se uma ampla discussão teórica sobre o conceito de gênero, retomando brilhantes contribuições da sociologia feminista, de diversos outros ramos das ciências e os movimentos feministas em todas as suas vertentes. Ou ainda realizar uma vasta revisão dos estudos pioneiros de algumas autoras nacionais como: Ellen Woortmann, Maria José Carneiro, Anita Brumer, dentre outras. Neste tópico faremos um esforço de trazer este debate no âmbito da agricultura familiar, que é o nosso campo de pesquisa nesta dissertação.

Como mencionamos anteriormente, historicamente no processo de trabalho familiar agrícola, foram designados às mulheres papéis diferentes dos desempenhados pelos homens. Enquanto os homens gerenciavam a unidade produtiva, decidindo o que plantar, onde plantar, em que investir, compravam os subsídios agrícolas, vendiam a produção, entre outros, a mulher foi atribuído os “cuidados do lar”: a educação dos filhos, o trabalho doméstico, o cultivo no pomar e o plantio de hortas. Não há como negarmos que este cenário têm se modificado nas últimas décadas, mas permanecem alguns dos velhos resquícios da moral machista e/ou patriarcal que vêm dificultando o acesso das mulheres a posses de terras, a administração das lavouras, a comercialização dos produtos, a remuneração igualitária pelo desempenho nas mesmas atividades realizadas pelos homens e a valorização, ou mesmo, o *status* de não trabalho pelas funções que as mulheres desempenham na unidade produtiva.

Sobre o papel cultural da mulher na agricultura, aponta Garcia Jr. (1983, *apud* Woortmann, 1990), a partir da observação no Estado da Paraíba, o autor relata que no período da colheita o trabalhador, “[...] assalariado substitui, preferencialmente, a mulheres, quanto mais próspero for o agricultor, tanto menor será a utilização da mãe de família (cujo espaço precípua é a casa-quintal) e das filhas no roçado” (p.17). Conforme aponta Brumer, sobre as pesquisas que versam sobre a divisão do trabalho por sexo na agricultura, “[...] as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’” (2004, p.210). O termo *ajuda* é utilizado no âmbito das relações sociais neste meio para qualificar o trabalho desenvolvido pelas mulheres,

pois “[...] em última instância o valor social do trabalho é dado a partir de quem executa e não pela natureza do trabalho em si” (TEDESCHI 2012, p. 296). Ainda Conforme pontua Weisheimer (2009, p.170), no trecho que segue:

O enfoque de gênero, conjuntamente com o geracional, permite identificar que a socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola impõe-lhes um repertório de regras que devem ser respeitadas em suas práticas cotidianas. O predomínio do chefe masculino se transmite na socialização no trabalho, onde as mulheres se subordinam aos homens; os jovens, aos seus pais. Estas práticas reproduzem as posições ocupadas por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos na hierarquia doméstica.

Ou ainda nas palavras de Stropasolas:

De fato, a organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Assim, em muitos casos, as moças parecem aceitar como *natural* o fato de o sucessor ser um irmão. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra, desvincula- a de certa forma do compromisso de permanecer na propriedade (STROPASOLAS, 2011, p.28).

Neste trecho que segue, extraído da obra “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu, o autor relaciona a ordem social à dimensão simbólica que possibilita a naturalização na hierarquia social, da posição superior ocupada pelos homens. Por essa razão, nas falas dos jovens entrevistados, encontramos por diversas vezes a naturalização da condição de inferioridade das mulheres e o condicionamento aos papéis sociais estabelecidos. Sobre tudo nas questões relativas ao trabalho agrícola, nas respostas referentes ao tempo de dedicação na agricultura era recorrente a o emprego da palavra *ajuda*.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida como momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 1999, p. 18).

A fim de aprofundar o juízo dos jovens sobre os papéis desempenhados pelos gêneros na agricultura familiar perguntamos: “em sua opinião, o que é melhor como jovem na agricultura familiar, ser homem ou ser mulher?”. Majoritariamente, 49,3% dos jovens entrevistados, entendem que tanto faz, pois as funções podem ser realizadas por ambos os sexos, justificando que “todos possuem os mesmo direitos”

(entrevistada 29); “o trabalho é feito para os dois [homem e mulher]” (entrevistado 34); “todos podem fazer as mesmas coisas” (entrevistada 60); “porque se tiver terra e dedicação tanto homem quanto mulher terá vantagens na agricultura familiar” (entrevista 85); “todo mundo pode realizar as mesmas tarefas, as mulheres já fazem os mesmo trabalhos” (entrevistada 123). Já na concepção de 37% deles, disseram que é melhor ser homem, por diversas razões, entre elas: “a mulher é mais sensível ao trabalho” (entrevistado 10); “o homem têm mais força” (entrevistada 30); “porque têm mais trabalho” (entrevistado 36); “o homem é o herói da terra” (entrevistado 48); “a figura do feminino é um tanto questionado no meio rural” (entrevistado 84); “o preconceito é muito forte com as mulheres” (entrevistado 104). Para apenas 8% do total dos entrevistados responderam que era melhor ser mulher, “porque eu acho que as mulheres trabalham mais que os homens” (entrevistada 12); “porque o trabalho para o sexo feminino é mais leve” (entrevistada 83);

Tabela 24: Cruzamento da pergunta “na sua opinião, o que é melhor como jovem na agricultura familiar, ser homem ou ser mulher?” por sexo dos entrevistados (f/%)

			NA SUA OPINIÃO, O QUE É MELHOR COMO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR, SER HOMEM OU SER MULHER?				Total
			Ser Homem	Ser Mulher	Tanto Faz	NS/NR	
SEXO:	Masculino	Contagem	37	1	36	2	76
		% em SEXO:	48,7%	1,3%	47,4%	2,6%	100,0%
		% do Total	26,8%	0,7%	26,1%	1,4%	55,1%
	Feminino	Contagem	14	10	32	6	62
		% em SEXO:	22,6%	16,1%	51,6%	9,7%	100,0%
		% do Total	10,1%	7,2%	23,2%	4,3%	44,9%
Total		Contagem	51	11	68	8	138
		% do Total	37,0%	8,0%	49,3%	5,8%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

As respostas trazem elementos importantes que reforçam o entendimento cultural que o trabalho agrícola é uma tarefa masculina, pois os homens suportam os trabalhos “pesados”, já as mulheres são “frágeis” demandam trabalhos “leves”. Há uma compreensão dentre os entrevistados que está sendo superada essa divisão de papéis na agricultura, que todos podem realizar as mesmas funções, dada a tomada de espaços das mulheres em diversos campos sócio ocupacionais. Entretanto, como

apontou alguns entrevistados, para a mulher é mais difícil conseguir emprego na agricultura e o preconceito ainda é muito forte, se refletindo na baixa remuneração do trabalho feminino ou ainda na impossibilidade de contratação em alguns estabelecimentos.

Se tomarmos as repostas por sexo, notamos 48,7% entre os jovens do sexo masculino, consideram que o trabalho agrícola é melhor para os homens, entre as mulheres 22,6% apoiaram tal ideia. A maioria das mulheres, 51,6%, responderam que tanto faz ser homem ou mulher que o trabalho é, igual para ambos, 47,4% deles seguiram esta mesma opinião. Vale salientar, que apenas um entre os homens, considerou que era melhor ser mulher. Os dados confirmam que prevalece ainda presente as desigualdades entre gênero no trabalho agrícola e as mulheres ocupam lugar de inferioridade. Nos termos de Stropasolas “a vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo” (2004, p.255).

4.Os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA.

Versaremos, neste último capítulo, sobre os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares no município de Valença-BA. Objetivamos aqui, primeiro apresentar os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares, por conseguinte, analisarmos as relações entre as condições materiais, processos de socialização e gênero para explicar os projetos elaborados por esses jovens agricultores. Outra finalidade é testar a validade da hipótese apresentada no início desta dissertação, associando os dados com outros trabalhos deste campo de investigação.

Este capítulo é composto de duas partes elementares: na primeira, definiremos os conceitos de projetos e de projetos profissionais, ancorados nas reflexões de Gilberto Velho (2003) e apresentaremos os projetos profissionais elaborados pelos jovens agricultores que participaram da pesquisa amostral, relacionando-os a outros trabalhos já realizados desta natureza; posteriormente, estabeleceremos as relações existentes entre as condições materiais, processos de socialização e gênero na construção dos projetos dos jovens agricultores familiares. No último tópico deste capítulo nosso objetivo é apresentar as opiniões dos jovens sobre as escolhas de seus projetos profissionais.

4.1 O que é o projeto?

Nossa pretensão no presente tópico é a apresentar o conceito de projeto que norteou a construção deste trabalho. Para num momento conseguinte expormos o que é um projeto profissional. Não faremos neste trabalho, um retrospecto de outras contribuições importantes, sobre tudo no âmbito internacional, optamos aqui por abordarmos projeto na óptica de Gilberto Velho, antropólogo brasileiro, que é a principal referência para tratarmos sobre esta temática.

Gilberto Velho inspirado na obra de Alfred Schutz, filósofo nascido na Áustria, vai relacionar o conceito de *projeto* a uma dimensão racional e consciente, expressa no *campo de possibilidades* (VELHO, 2003). O autor demarca que o projeto não obra do acaso, nem tão pouco, algo inconsciente, mas fruto de uma construção reflexiva, que leva em conta diversas dimensões, por isso o relaciona ao conceito de campo de possibilidades. Para Velho “[...] campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (2003, p.28). Em outras palavras, o campo de possibilidades seria uma teia de relações que abrange a dimensão social, econômica, cultural e simbólica em que os sujeitos vivem e têm acesso.

A reflexão desenvolvida por Velho conduz-nos, a pensar no projeto como uma relação dialética com os fatores constitutivos da realidade sócio-histórico presentes no meio que os indivíduos estão inseridos, quanto mais complexas forem às sociedades, mais diversos serão os projetos, quanto menores, maiores serão as chances de reprodução de papéis sociais já estabelecidos. Noutros termos, não podemos considerar o projeto esvaziado de sua relação intrínseca com o processo de socialização, com as condições materiais, as diferenças entre gêneros, raças e cultura etc. Neste ponto ganha relevância o contra argumento, da naturalização do projeto como “escolha”, livre arbítrio, ou determinismo, por isso o autor elege “campo de possibilidade” (FARIA, 2006).

Velho (2003, p. 101) embasando-se na concepção de Schutz, entende a noção de projeto como: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” objetivada por indivíduo ou compartilhadas por um coletivo/grupo. “[...] O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções,

ancoradas a avaliações e definições da realidade” (VELHO, 2003, p.28). Nas palavras de Koury (2015, p.14):

O conceito de projeto individual para Velho, assim, não é um fenômeno puramente interno e subjetivo, mas, formulado e elaborado dentro de um campo de possibilidades, e circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo no social, quanto às temáticas, prioridades e paradigmas culturalmente existentes.

O projeto individual tende a ser fruto de um processo de negação e aceitação da realidade, negociação e imposição de múltiplos fatores que o indivíduo tem acesso. Por exemplo, se um jovem decide trilhar outra profissão que difere da dos seus pais, passa a sofrer uma pressão muito forte no seio familiar ou não, vai depender muito do contexto e das expectativas nele confiada. Por essa razão, Velho considera os projetos individuais como complexos e contraditórios.

Por outro lado, o projeto coletivo é aquele que aglutina num grupo uma meta ou desejo em prol de uma construção mais ampla, mas conforme nos alerta Velho, “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (2003, p.41). A este respeito complementa o autor, “existem diferenças de interpretação devido à particularidade do status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (*ibidem*). Por essa razão lidar com projetos é lidar com os aspectos culturais, os papéis sociais de cada gênero e situação raça/cor e classes sociais que estes homens e mulheres se inserem, interagem e vivem.

Portanto, o conceito que aqui nos filiamos, entende que o projeto “não opera num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 2003, p.46). Neste sentido, até mesmo a ausência de um projeto é fruto de uma conjuntura própria que merece relevância em um estudo social. Conforme aponta Gilberto Velho, a efetivação de um projeto “[...] vai depender do jogo e interação dinâmica com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidade*” (2003, p.47).

Velho nos chama atenção ainda, sobre o processo de globalização e como neste contexto os projetos mudam e como as pessoas são influenciados por esse intercâmbio acelerado e desigual da sociedade moderna, colocando assim “[...] em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos” (2003, p.48). É no seio da sociedade capitalista que neste estudo

vislumbramos compreender os projetos profissionais juvenis na realidade da agricultura familiar.

4.2 Os projetos juvenis

Os projetos juvenis têm significados e particularidades que são próprios desta condição. É durante a juventude que os sujeitos têm a possibilidade de descobrir as mudanças que lhes estão acontecendo e, ao mesmo tempo, tornam-se também capazes de projetarem-se para o futuro e conhecerem a si mesmos (MELUCCI; FABBRINI, 2000, *apud* SERAFIM; MEZZOMO; PÁTARO, 2016, p.290). Para Weisheimer (2009, p.264) “a construção de projetos permite aos jovens antecipar a sequência seguinte da sua existência em meio às constantes atualizações e transformações da transição para a vida adulta”. Claro que ao depender da realidade e do contexto vão variar o período em que isso acontece e os projetos por eles elaborados, tendo em vista “ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todas” (POCHMANN, 2004, p.231).

Segundo Pochmann o período juvenil na sociedade de classe geralmente é obscurecido, pois o retratam como fase duradoura, “[...] isso acontece frequentemente porque a referência das informações sobre a juventude concentra-se, na maior parte das vezes, nos jovens pertencentes às camadas privilegiadas [...]” (2004, p.231). Em contraponto, os jovens pobres não possuem as mesmas condições favoráveis para postergar este período. Frigotto (2004) elenca que os jovens filhos da classe trabalhadora “tendem a sofrer um processo precoce de adultização”. Na singularidade da agricultura familiar esse processo de adultização é uma realidade constante, já que os jovens desde cedo são inseridos no trabalho agrícola e com o passar do tempo novas responsabilidades são delegadas, logo seu tempo de “jovem” é encurtado em relação aos padrões etários de outros contextos.

Weisheimer (2009) descreve que Boutinet (2002) “propõe as fases da vida como situações existenciais de projeto onde se pode identificar um conjunto de projetos possíveis que caracterizaria a fase juvenil” (2009, p.264). Segundo Boutinet (2002), existem três tipos de projetos juvenis: a) o projeto de orientação escolar em

curto prazo; b) o projeto de orientação profissional em médio prazo; c) o projeto de vida: O projeto sentimental e familiar. Com base em Boutinet (2002), Weisheimer reelabora uma síntese desses três tipos de projetos juvenis para tratar da situação dos jovens agricultores familiares:

- Projeto de escolarização: trata-se de um projeto em curto prazo que define o tipo de estudo almejado pelo jovem através da escolha de opções entre tipos de curso, normal ou técnico que prepare para atividade agrícola ou para uma profissão não agrícola, tempo de escolarização, tipos de habilitação e graus de formação e capacitações pretendidas.
- Projeto profissional: é o projeto de inserção socio profissional em médio prazo. Reflete as imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a que aspiram. Esta projeção em futuros profissionais possíveis estrutura o reconhecimento de uma identidade profissional construída, socialmente, por meio de interações entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação, logo, são construídas por meio de processos de socialização cada vez mais diversificados que ampliam o campo de possibilidades projetivas. Os projetos profissionais permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola.
- Projeto de Vida: este é um projeto de investimento emocional, sentimental e familiar. Remete a um projeto de prazo maior e diz respeito a certo estilo de vida que o jovem pretende adotar apontando para definições sobre a vida conjugal, como por exemplo, se querem casar com agricultor(a), onde pretende residir, o que envolve a tomada de decisão sobre estabelecimento no meio rural ou migração para os centros urbanos. (2009, p.264-265).

Para esta dissertação tomamos como objeto os projetos profissionais, entendendo-os como determinantes no contexto da agricultura familiar, para reprodução social do processo de trabalho familiar agrícola, pois se tais projetos diferem da profissão de agricultor, o núcleo familiar corre o risco de não realizar a sucessão na administração da UPF. Noutros termos “os projetos profissionais de jovens rurais, então, apresentam-se como uma questão importante em estudos sobre a temática agricultura familiar, tendo em vista o papel que ocupam na reprodução ou extinção da agricultura familiar” (CASAGRANDE; SALVARO; ESTEVAM, 2012, p.262).

No cenário globalizado contemporâneo, os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares tendem a serem cada vez mais diversos. Estes projetos são influenciados por múltiplos canais, porém os mais comuns, conforme já apresentamos aqui, são: a socialização escolar, as mídias (redes sociais, rádios, TVs etc.) e a própria socialização no trabalho familiar agrícola. Evidentemente que as condições materiais, a condição de gênero, a raça/etnia/cor, os níveis de autonomia juvenis, são agentes influenciadores neste processo.

Os projetos profissionais não nascem do acaso, tão poucos são vazios de conteúdo simbólico, cultural e social, conforme nos alerta Velho (2003). Os projetos profissionais imprimem identidade aos sujeitos, eles definem o futuro do indivíduo, em longo prazo sedimentam elementos que direcionam a sua vida. Portanto, em nosso entendimento, os projetos profissionais dos jovens agricultores só são compreensíveis se tomarmos as múltiplas relações que os forjam e as dão significado.

Partindo das respostas da pesquisa amostral, de aspectos do contato com o campo e da própria experiência como jovem agricultor familiar, no tópico que segue apresentaremos os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA.

4.3 Os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares

Pleiteando saber quais os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA, arguímos dos entrevistados perguntas como: *Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro? Qual é o seu projeto profissional? Você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar? Qual profissão provavelmente terá no futuro?* Nos dados que seguiremos apresentaremos as respostas dos jovens para tais indagações.

À Princípio, perguntamos aos jovens: *“Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?”*, majoritariamente, 68,6% dos entrevistados disseram que tinham um projeto profissional, outros 29,9% responderam que não, sendo que se concentram na faixa etária dos 15 aos 24 anos o maior número de jovens sem projetos profissionais, sendo um quantitativo superior entre homens em relações as mulheres. Nota-se conforme o gráfico a baixo, que é significativo número de jovens sem projetos profissionais, em nossa concepção esse processo dar-se por múltiplos fatores, aqui apresentaremos dois deles. Primeiro, porque o trabalho agrícola muitas das vezes não é reconhecido como profissão e alguns dos jovens entrevistados que desejam permanecer na agricultura, informaram que não possuíam projetos

profissionais. Segundo, a própria cultura do imediatismo ou da falta de perspectivas que por vezes não os permitem projetarem seu futuro.

Tabela 25: Cruzamento da pergunta “você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?” por sexo dos entrevistados (f/%)

SEXO:		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total		
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.			
Masculino	VOCÊ TEM UM PROJETO PROFISSIONAL QUE QUER EXERCER NO FUTURO?	Sim	f	23	12	17	52
			%	30,3%	15,8%	22,4%	68,4%
	Não	f	8	12	4	24	
		%	10,5%	15,8%	5,3%	31,6%	
Total		f	31	24	21	76	
		%	40,8%	31,6%	27,6%	100,0%	
Feminino	VOCÊ TEM UM PROJETO PROFISSIONAL QUE QUER EXERCER NO FUTURO?	Sim	f	16	12	14	42
			%	26,2%	19,7%	23,0%	68,9%
	Não	f	6	8	3	17	
		%	9,8%	13,1%	4,9%	27,9%	
	NS/NR	f	1	0	1	2	
		%	1,6%	0,0%	1,6%	3,3%	
Total		f	23	20	18	61	
		%	37,7%	32,8%	29,5%	100,0%	
Total	VOCÊ TEM UM PROJETO PROFISSIONAL QUE QUER EXERCER NO FUTURO?	Sim	f	39	24	31	94
			%	28,5%	17,5%	22,6%	68,6%
	Não	f	14	20	7	41	
		%	10,2%	14,6%	5,1%	29,9%	
	NS/NR	f	1	0	1	2	
		%	0,7%	0,0%	0,7%	1,5%	
Total		f	54	44	39	137	
		%	39,4%	32,1%	28,5%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

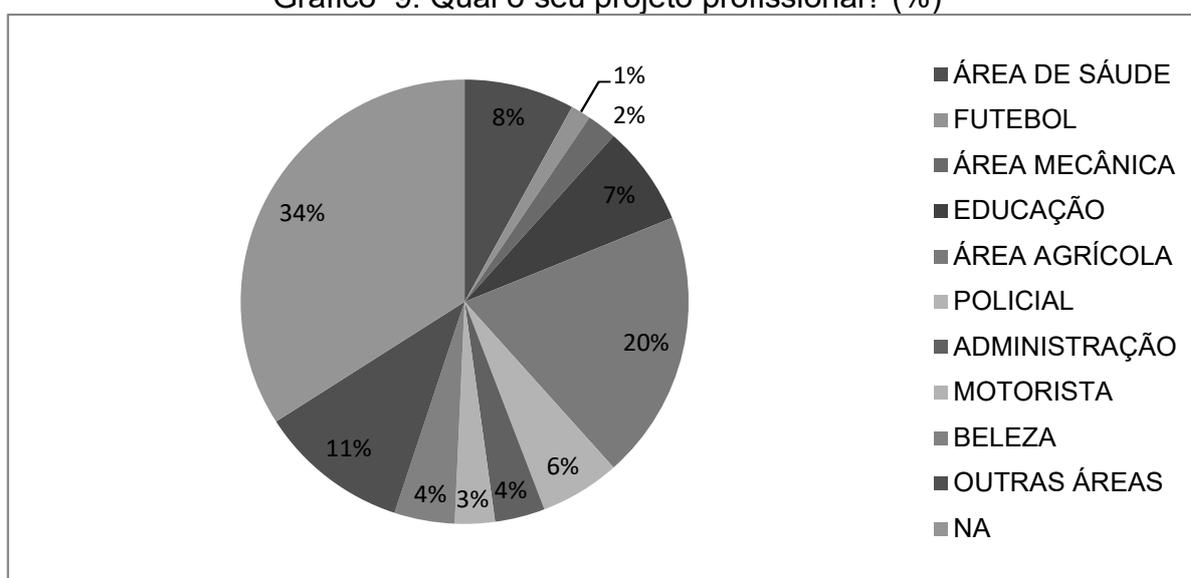
Conforme aponta os dados, há uma tendência maior entre as mulheres, em todas as faixas etárias, da existência de projetos profissionais. Proporcionalmente, na faixa etária dos 25 aos 29 anos, em ambos os sexos, consta um menor índice de jovens sem projetos profissionais. Nesta última faixa etária, existe uma tendência dos entrevistados já possuírem mais definido seus projetos profissionais, do que em idades anteriores, seja com perspectiva de permanecer na área agrícola ou já estão cursando algum curso técnico ou graduação, tendo em vista um futuro profissional na área desejada.

Entres os entrevistados que afirmaram possuir um projeto profissional indagamos *qual seria este projeto*, conforme descritos no gráfico conseguinte, as áreas mais citadas pelos jovens foram respectivamente: área agrícola, somando 19,6%, seguido por profissões na área de saúde 8%, profissões na área de educação prevaleceu entre 7,2% dos jovens, policial nas diversas esferas 5,8% e

administração representou 3,6% do total de respondentes. Os projetos profissionais mais representativos entre os jovens são os relacionados à agricultura.

Destacamos entre os entrevistados que têm seus projetos na área agrícola um número considerável dos que desejam permanecer na agricultura, contudo, almejam melhores condições materiais, com acesso a terra, equipamentos agrícolas, a construção de pequenos ou médios empreendimentos agrícolas, etc. conforme observamos na tabela 26. Por outro lado, entre as profissões não agrícolas citadas pelos entrevistados, há um direcionamento maior dos jovens nas áreas de saúde e educação. Tendo em vista, que estas profissões são possíveis serem desempenhadas no meio rural, em escolas e postos de saúde localizados nas comunidades de origem ou circunvizinhas.

Gráfico 9: Qual o seu projeto profissional? (%)



Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Cabe ainda salientar que os projetos profissionais citados por alguns dos jovens estão sendo desempenhados ou vem se efetivando, principalmente entre os jovens já inseridos no ensino superior e por meio de cursos técnicos, ou ainda entre os próprios jovens que são agricultores e pretendem permanecer nesta profissão. Na tabela 26 apresentamos todas as profissões citadas, que nos permite concluir que não há um distanciamento entre na maioria das profissões citadas pelos jovens e sua possibilidade de efetivação no contexto em que estão inseridos.

Tabela 26: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” e áreas de abrangência (f)

PROFISSÃO	FREQUÊNCIA	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Fisioterapia;	1	Saúde
Medicina;	3	Saúde
Psicopedagogia;	1	Educação
Administração;	3	Administração
Ser professora;	4	Educação
Pedagogia;	2	Educação
Nutricionista;	1	Saúde
Agricultor (a);	17	Agricultura
Ser Agricultor (a) com melhores condições materiais, acesso a terra e maior autonomia.	11	Agricultura
Ser mecânico;	2	Mecânica
Trabalhar numa oficina de eletrônica;	2	Mecânica
Direito;	3	Outras áreas
Secretária;	1	Outras áreas
Veterinária;	1	Outras áreas
Culinária ou gastronomia;	1	Outras áreas
Já estou feliz profissionalmente;	1	Outras áreas
Fazer uma faculdade;	2	Outras áreas
Atuar como assistente social;	1	Outras áreas
Trabalhar no Batalhão de Bombeiro Civil;	1	Outras áreas
Ter um Comércio urbano;	2	Outras áreas
Engenheiro (a)	3	Outras áreas
Ser goleiro de futebol/ jogador de futebol	2	Futebol
Caminhoneiro	4	Motorista
Historiadora	1	Outras áreas
Ser cabelereiro (a)	6	Beleza
Ser enfermeiro (a)	6	Saúde
Ser arquiteta ou técnica em meio ambiente	1	Outras áreas
Ser biólogo	1	Outras áreas
Ser policial	8	Policial
Total:	91	10 áreas

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Quando é feito o cruzamento desta questão pela variável sexo, constatam-se algumas diferenças significativas. Conforme verificamos na tabela que segue, existe um número maior de homens que optaram por uma profissão agrícola, 13,8% dentre o total dos entrevistados, formularam seus projetos nesta área, já as mulheres representam 5,8%. Entre os jovens que citaram profissões ligadas à educação, todas foram mulheres, já áreas como: mecânica, motorista, futebol e policial, quase que hegemonicamente são projetos de jovens do sexo masculino. Já os projetos nas áreas como: beleza, administração e saúde, há um número aproximado entre homens e mulheres, com representatividade maior entre as jovens.

Tabela 27: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” por sexo (f %)

QUAL É O SEU PROJETO PROFISSIONAL?		SEXO:		Total
		Masculino	Feminino	
ÁREA DE SAÚDE	F	4	7	11
	%	2,9%	5,1%	8,0%
FUTEBOL	F	2	0	2
	%	1,4%	0,0%	1,4%
ÁREA MECÂNICA	F	3	0	3
	%	2,2%	0,0%	2,2%
EDUCAÇÃO	F	0	10	10
	%	0,0%	7,2%	7,2%
ÁREA AGRÍCOLA	F	19	8	27
	%	13,8%	5,8%	19,6%
POLICIAL	F	7	1	8
	%	5,1%	0,7%	5,8%
ADMINISTRAÇÃO	F	2	3	5
	%	1,4%	2,2%	3,6%
OUTRAS ÁREAS	F	8	7	15
	%	5,8%	5,1%	10,9%
MOTORISTA	F	4	0	4
	%	2,9%	0,0%	2,9%
BELEZA	F	2	4	6
	%	1,4%	2,9%	4,3%
NS/NR/NA	F	25	22	47
	%	18,1%	16,0%	34,1%
TOTAL	F	76	62	138
	%	55,1%	44,9%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Considerando a formulação de projeto profissional por faixa etária, há uma prevalência de profissões ligadas à agricultura na faixa etária dos 25 aos 29 anos, conforme o gráfico que segue, somam 13,8% do total de entrevistados. Nesta fase os jovens acumulam mais tempo de socialização no trabalho familiar agrícola, portanto, tendem em reproduzi-lo. Por outro lado, entre os mais jovens percebemos uma variedade de projetos não agrícolas ligados à segurança, esporte, saúde e outras áreas, fruto, dentre outros fatores, da socialização escolar muito forte neste período de suas vidas. Os dados revelam ainda, que quanto mais avançamos entre as faixas etárias, menor é a diversidade de projetos profissionais e o índice de projetos relacionados à agricultura é maior. Tomamos como exemplo, ser policial ou ser jogador de futebol são projetos hegemonicamente presentes na faixa etária dos 15 aos 19 anos.

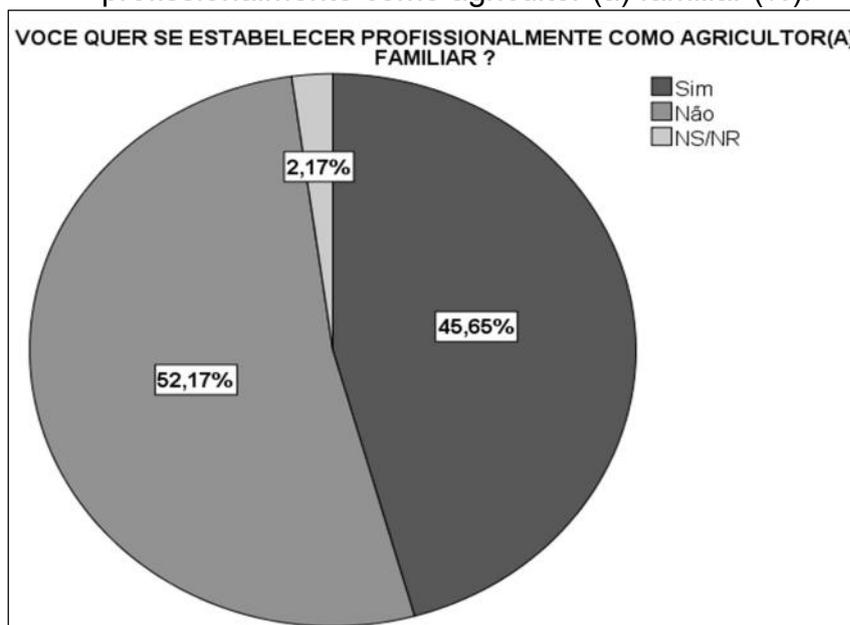
Tabela 28: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” por faixa etária (f %)

QUAL É O SEU PROJETO PROFISSIONAL?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
ÁREA DE SAÚDE	f	7	1	3	11
	%	5,1%	0,7%	2,2%	8,0%
FUTEBOL	f	2	0	0	2
	%	1,4%	0,0%	0,0%	1,4%
ÁREA MECÂNICA	f	1	1	1	3
	%	0,7%	0,7%	0,7%	2,2%
EDUCAÇÃO	f	4	4	2	10
	%	2,9%	2,9%	1,4%	7,2%
ÁREA AGRÍCOLA	f	2	6	19	27
	%	1,4%	4,3%	13,8%	19,6%
POLICIAL	f	8	0	0	8
	%	5,8%	0,0%	0,0%	5,8%
ADMINISTRAÇÃO	f	2	2	1	5
	%	1,4%	1,4%	0,7%	3,6%
OUTRAS ÁREAS	f	7	4	4	15
	%	5,1%	2,9%	2,9%	10,9%
MOTORISTA	f	3	1	0	4
	%	2,2%	0,7%	0,0%	2,9%
BELEZA	f	2	3	1	6
	%	1,4%	2,2%	0,7%	4,3%
NA/ NS/NR	f	17	22	8	47
	%	12,3%	15,9%	5,7%	34,1%
TOTAL	f	55	44	39	138
	%	39,9%	31,9%	28,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Partindo, desses projetos procuramos saber em profundidade quantos pretendiam reproduzir o trabalho familiar agrícola, 52,17% disseram não querer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar, contra outros 45,65% que afirmaram *sim*. De acordo com o gráfico a baixo, os que não desejam permanecer no trabalho agrícola representa uma maioria, entretanto, se levamos em conta outras pesquisas deste âmbito em outros territórios a recusa em reproduzir o trabalho familiar agrícola foi menor. Por exemplo, no estudo coordenado por Weisheimer de 2012 sobre o Recôncavo Baiano, a não pretensão na reprodução do processo de trabalho familiar agrícola somavam 64% dos entrevistados.

Gráfico 10: Sobre a pretensão de se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar (%).



Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Quando é feito o cruzamento por faixa etária averiguamos, que se concentra entre os mais jovens, os que responderam não querer se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar (25,4% do total dos entrevistados) que estão na faixa etária dos 15 aos 19 anos e soma o maior quantitativo entre as demais faixas etárias na recusa a reprodução ao PTFA. Já aceitação é maior entre os mais velhos, 18,8% dos entrevistados na faixa etária dos 25 aos 29 anos responderam querer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar. Por fim, a faixa etária dos 20 aos 25 anos, faixa intermediária, verificou uma aproximação das repostas positivas e negativas, mas com a prevalência da recusa.

Considerando as repostas por gênero, entre as mulheres 38,7% responderam que *sim*, contra 58,1% que *não*. Já as repostas entre os homens revelam um desejo maior de permanecer no trabalho familiar agrícola, 51,3% deles disseram que *sim*, outros 47,4% *não*. Em ambos os sexo, há uma recusa mais expressiva dos que estão na faixa etária dos 15 aos 19 anos, entretanto, entre as mulheres há um número expressivo de repostas negativas na faixa etária subsequente, dos 20 aos 24 anos, que não é acompanhado neste mesmo grupo do sexo masculino, pelo contrário os dados se invertem conforme demonstram a tabela a baixo.

Tabela 29: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por sexo e faixa etária (f %)

SEXO:				FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
				De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECE R PROFISSIONALM ENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	10	13	16	39
			%	13,2%	17,1%	21,1%	51,3%
	NÃO	f	20	11	5	36	
		%	26,3%	14,5%	6,6%	47,4%	
	NS/NR	f	1	0	0	1	
		%	1,3%	0,0%	0,0%	1,3%	
Total			f	31	24	21	76
			%	40,8%	31,6%	27,6%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECE R PROFISSIONALM ENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	8	6	10	24
			%	12,9%	9,7%	16,1%	38,7%
	NÃO	f	15	14	7	36	
		%	24,2%	22,6%	11,3%	58,1%	
	NS/NR	f	1	0	1	2	
		%	1,6%	0,0%	1,6%	3,2%	
Total			f	24	20	18	62
			%	38,7%	32,3%	29,0%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECE R PROFISSIONALM ENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	18	19	26	63
			%	13,0%	13,8%	18,8%	45,7%
	NÃO	f	35	25	12	72	
		%	25,4%	18,1%	8,7%	52,2%	
	NS/NR	f	2	0	1	3	
		%	1,4%	0,0%	0,7%	2,2%	
Total			f	55	44	39	138
			%	39,9%	31,9%	28,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Perguntamos ainda, “*que profissão você acha que provavelmente terá no futuro?*”, no intuito de investigar quais os projetos que eles entendem como mais exequível. Notamos nos dados contidos na tabela abaixo, que há uma diferença significativa das percentagens entre os projetos citados anteriormente e o que eles acreditam que de fato irão exercer no futuro. Neste item, optamos em apresentar os dados, segundo a faixa etária do entrevistado. Conclui-se das respostas dos entrevistados nesta pergunta, um percentual superior de projetos na área agrícola, saindo de 19,6% do total dos entrevistados na pergunta “*qual o seu projeto profissional?*”, para 33,3% nesta. Projetos na área da educação há um crescimento de 7,2% para 8,7%, projetos relacionados a futebol, policial, beleza e mecânica há uma queda em relação às informações anteriores.

Comparando as respostas anteriores pela faixa etária do entrevistado, há uma diferença, de modo mais evidente na faixa etária dos 15 aos 19 anos, com o crescimento de projetos ligados a agricultura, progressivamente nas demais faixas etárias, entretanto, em menor escala e quedas em profissões como: policial e

jogador de futebol, ambas expressas no mesmo grupo etário. Na perspectiva do gênero, as percentagens de projetos na área agrícola saem de 13,8% entre os homens e 5,8% entre as mulheres para 43,4% e 21% respectivamente.

Tabela 30: Cruzamento da pergunta “que profissão você acha que provavelmente terá no futuro?” por sexo e faixa etária (f %)

SEXO:		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total	
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.		
Masculino	QUE PROFISSÃO VOCÊ ACHA QUE PROVAVELMENTE TERÁ NO FUTURO?	SAÚDE	2,6%	0,0%	0,0%	2,6%
		OUTRAS	6,6%	2,6%	1,3%	10,5%
		DIREITO	2,6%	0,0%	0,0%	2,6%
		EDUCAÇÃO	0,0%	2,6%	1,3%	3,9%
		AGRICULTURA	3,9%	17,1%	22,4%	43,4%
		POLICIAL	5,3%	0,0%	0,0%	5,3%
		ADMINISTRAÇÃO	1,3%	0,0%	0,0%	1,3%
		COMÉRCIO	2,6%	0,0%	2,6%	5,3%
		MECÂNICA	3,9%	1,3%	0,0%	5,3%
		MOTORISTA	2,6%	1,3%	0,0%	3,9%
		BELEZA	0,0%	1,3%	0,0%	1,3%
		NS/NR	9,2%	5,3%	0,0%	14,5%
Total		40,8%	31,6%	27,6%	100,0%	
Feminino	QUE PROFISSÃO VOCÊ ACHA QUE PROVAVELMENTE TERÁ NO FUTURO?	SAÚDE	6,5%	3,2%	4,8%	14,5%
		OUTRAS	3,2%	3,2%	1,6%	8,1%
		DIREITO	3,2%	1,6%	0,0%	4,8%
		EDUCAÇÃO	3,2%	9,7%	1,6%	14,5%
		AGRICULTURA	4,8%	3,2%	12,9%	21,0%
		POLICIAL	1,6%	0,0%	0,0%	1,6%
		ADMINISTRAÇÃO	1,6%	1,6%	1,6%	4,8%
		BELEZA	1,6%	1,6%	1,6%	4,8%
		NS/NR	12,9%	8,1%	4,8%	25,8%
		Total		38,7%	32,3%	29,0%
Total	QUE PROFISSÃO VOCÊ ACHA QUE PROVAVELMENTE TERÁ NO FUTURO?	SAÚDE	4,3%	1,4%	2,2%	8,0%
		OUTRAS	5,1%	2,9%	1,4%	9,4%
		DIREITO	2,9%	0,7%	0,0%	3,6%
		EDUCAÇÃO	1,4%	5,8%	1,4%	8,7%
		AGRICULTURA	4,3%	10,9%	18,1%	33,3%
		POLICIAL	3,6%	0,0%	0,0%	3,6%
		ADMINISTRAÇÃO	1,4%	0,7%	0,7%	2,9%
		COMÉRCIO	1,4%	0,0%	1,4%	2,9%
		MECÂNICA	2,2%	0,7%	0,0%	2,9%
		MOTORISTA	1,4%	0,7%	0,0%	2,2%
		BELEZA	0,7%	1,4%	0,7%	2,9%
		NS/NR	10,9%	6,5%	2,2%	19,6%
Total		39,9%	31,9%	28,3%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

De um modo geral, apesar dos projetos ligados a agricultura serem menos expressivos entre os mais jovens, dos 15 aos 19 anos, em todas as faixas etárias, estes tendem sobressair dentre os demais, exceto quando analisados por gênero. Essa reflexão reafirma a importância da socialização no processo de trabalho

familiar agrícola como fator relevante na elaboração dos projetos profissionais de jovens do meio rural.

4.4 As relações entre as condições materiais, processos de socialização e gênero para explicar os projetos dos jovens agricultores familiares.

O objetivo da última parte deste capítulo é relacionarmos os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA, com suas condições materiais objetivadas no acesso a terra e a renda agrícola, por meio da socialização em dois agentes fundamentais: no processo de trabalho familiar agrícola e na escolarização, tendo o gênero como categoria transversal em nossa análise. Com estes dados busca-se testar a hipótese que norteou esta dissertação.

4.4.1 As condições materiais e os projetos profissionais dos entrevistados

As condições materiais dos jovens agricultores familiares como já apontávamos no capítulo anterior, é baixa, em especial quando tomamos a renda familiar e a posse de área de terra em nome do jovem ou de seus familiares. Neste item vamos relacionar os dados que levantamos referente a tais condições com as repostas no que tange ao desejo de permanecer na agricultura familiar ou não. Compreendendo que no *campo de possibilidades* em que os projetos profissionais são formulados, o grau de acesso aos bens materiais é um dos elementos centrais ao analisarmos.

Neste sentido, cruzamos as respostas da pergunta “*você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?*”, pelo acesso dos jovens entrevistados a terra e por sexo. A princípio, tomando como base as respostas da pergunta *sua família é proprietária da terra que trabalha?* Conforme verificamos nos dados expostos na tabela a seguir, entre os jovens em que suas famílias são proprietárias das terras que trabalham, majoritariamente não pretendem permanecer na agricultura, que representa 48,6% dos jovens que compõem a amostra, outros

39,1% desejam permanecer na agricultura. Já os dados que se referem aos jovens que suas famílias não possuem terras, uma pequena parcela dentre os jovens entrevistados, 6,5% dentre o total de entrevistados desejam e outros 2,9% forneceram resposta contrária. Tais dados nos levam a afirmativa elaborada por Weisheimer (2009) em seu estudo com jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul, “[...] os jovens projetam a condição de agricultores mesmo quando as famílias não possuem a propriedade fundiária” (p.289).

Comparando os dados por gênero dos entrevistados, verifica-se que as jovens pertencentes a familiares proprietárias das terras em que trabalham, há uma recusa superior ao trabalho familiar agrícola (53,2% dentre as mulheres) em relação aos jovens do sexo masculino (44,7% do total dos homens). Nos dois grupos, homens e mulheres, o número de jovens que suas famílias são proprietárias das terras em que produzem e que desejam se estabelecer na agricultura familiar é proporcionalmente próximo, levemente superior entre os homens.

Tabela 31: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por acesso familiar a terra e por sexo (f %)

SEXO:				VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?			Total
				Sim	Não	NS/NR	
Masculino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	f	31	34	1	66
			%	40,8%	44,7%	1,3%	86,8%
	Não	f	8	2	0	10	
		%	10,5%	2,6%	0,0%	13,2%	
	Total		f	39	36	1	76
		%	51,3%	47,4%	1,3%	100,0%	
Feminino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	f	23	33	2	58
			%	37,1%	53,2%	3,2%	93,5%
	Não	f	1	2	0	3	
		%	1,6%	3,2%	0,0%	4,8%	
	NS/NR	f	0	1	0	1	
%		0,0%	1,6%	0,0%	1,6%		
Total		f	24	36	2	62	
		%	38,7%	58,1%	3,2%	100,0%	
Total	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	f	54	67	3	124
			%	39,1%	48,6%	2,2%	89,9%
	Não	f	9	4	0	13	
		%	6,5%	2,9%	0,0%	9,4%	
	NS/NR	f	0	1	0	1	
%		0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Total		f	63	72	3	138	
		%	45,7%	52,2%	2,2%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Os dados presentes na tabela seguinte nos aponta que mesmo sem possuir área de terra em seu nome há um desejo de permanecer na agricultura, 38,4% do total dos entrevistados. Pouco mais que a metade dos que afirmaram ter área de terra em seu nome, disseram que não pretendem permanecer no trabalho agrícola, 8% dentre os entrevistados, outros 7,2% possuem terra e querem se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar, confirmando a centralidade da posse a terra para reprodução do trabalho agrícola. Quando analisamos, pela óptica do gênero há porcentagem maior entre as mulheres no desejo de permanecer na agricultura, tanto entre as que têm terras, quanto as que não possuem. A porcentagem de jovens mulheres que não possuem terras e não desejam permanecer na agricultura é maior que entre os homens, doutro lado a quantidade de jovens que não possuem terras e desejam permanecer na agricultura representa quase 50% do total de jovens do sexo masculino.

Tabela 32: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por acesso do jovem a terra e por sexo (f %)

SEXO:				Tenho área de terra em meu nome.		Total
				Sim	Não	
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE E COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	F	4	35	39
			%	5,3%	46,1%	51,3%
		Não	F	4	32	36
			%	5,3%	42,1%	47,4%
		NS/NR	F	0	1	1
%			0,0%	1,3%	1,3%	
Total			F	8	68	76
			%	10,5%	89,5%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE E COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	F	6	18	24
			%	9,7%	29,0%	38,7%
		Não	F	7	29	36
			%	11,3%	46,8%	58,1%
		NS/NR	F	0	2	2
%			0,0%	3,2%	3,2%	
Total			F	13	49	62
			%	21,0%	79,0%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE E COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	F	10	53	63
			%	7,2%	38,4%	45,7%
		Não	F	11	61	72
			%	8,0%	44,2%	52,2%
		NS/NR	F	0	3	3
%			0,0%	2,2%	2,2%	
Total			F	21	117	138
			%	15,2%	84,8%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Realizamos ainda o cruzamento do projeto profissional pela renda familiar anual total e pelo sexo do entrevistado. Destes dados derivam as seguintes

conclusões: há em todos os extratos de rendas, um número muito próximo de jovens que desejam ou não permanecer na agricultura, as diferenças são maiores nas rendas superiores, a maioria dos jovens destes estratos em seus projetos profissionais tendem a não reprodução do trabalho familiar agrícola. Há uma desigualdade considerável nas respostas em relação ao gênero, com renda familiar total anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, em meio os homens a perspectiva de premência é maior neste extrato, já entre as mulheres a situação é inversa. As mulheres em todos os grupos de renda, exceto no primeiro (até R\$ 10.000,00), é maior o percentual das que não desejam permanecer na agricultura familiar. Já dentre os homens, apenas no primeiro extrato há um quantitativo superior dos que recusam continuar no trabalho familiar agrícola.

Tabela 33: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por renda familiar total anual e por sexo (f %)

SEXO:			Renda Familiar Total / R\$ Ano						Total	
			+ 0 a 10.000	+ 10.000 a 20.000	+ 20.000 a 30.000	+ 30.000 a 40.000	+ 40.000	NS/N R		
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?	Sim	f	2	14	10	5	3	5	39
			%	2,6%	18,4%	13,2%	6,6%	3,9%	6,6%	51,3%
	Não	f	3	9	9	5	3	7	36	
		%	3,9%	11,8%	11,8%	6,6%	3,9%	9,2%	47,4%	
	NS/NR	f	0	0	0	0	0	1	1	
	%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,3%		
Total			f	5	23	19	10	6	13	76
			%	6,6%	30,3%	25,0%	13,2%	7,9%	17,1%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	2	7	7	4	0	4	24
			%	3,2%	11,3%	11,3%	6,5%	0,0%	6,5%	38,7%
	Não	f	2	11	8	6	4	5	36	
		%	3,2%	17,7%	12,9%	9,7%	6,5%	8,1%	58,1%	
	NS/NR	f	0	1	0	0	0	1	2	
	%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	3,2%		
Total			f	4	19	15	10	4	10	62
			%	6,5%	30,6%	24,2%	16,1%	6,5%	16,1%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?	Sim	f	4	21	17	9	3	9	63
			%	2,9%	15,2%	12,3%	6,5%	2,2%	6,5%	45,7%
	Não	f	5	20	17	11	7	12	72	
		%	2,6%	14,5%	12,3%	8,0%	5,1%	8,7%	52,2%	
	NS/NR	f	0	1	0	0	0	2	3	
	%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	2,2%		
Total			f	9	42	34	20	10	23	138
			%	6,5%	30,4%	24,6%	14,5%	7,2%	16,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Conforme os dados expostos neste item há uma prevalência entres os jovens do sexo masculino, mesmo em condições materiais desfavoráveis em reproduzir a profissão de agricultor. As mulheres mesmo nas condições mais favoráveis de renda

e acesso a terra, majoritariamente formulam projetos fora da agricultura. Contudo, salientamos que é relevante o número de jovens que desejam permanecer na agricultura, contradizendo assim alguns estudos que acusam o fim da agricultura familiar, as que negam ou invisibilizam a existência de jovens no meio rural.

4.4.2 Processos de socialização e os projetos profissionais dos entrevistados

Ao longo da dissertação já informamos as instituições ou agências de socialização que consideramos para este estudo, isto não nega a ação de outras sobre os jovens agricultores familiares. Mas para esta pesquisa fizemos um recorte na socialização no processo de trabalho familiar agrícola e na escolarização formal. Os dados a seguir pretendem testar parte de nossa hipótese inicial.

Objetivando medir o grau de socialização no processo de trabalho familiar agrícola, dentre outros fatores, priorizamos o tempo de dedicação semanal do entrevistado ao trabalho agrícola. Os dados expressos na tabela adjacente comprovam que quanto mais tempo os jovens dedicam-se semanalmente ao trabalho familiar agrícola, tanto mais os projetos profissionais tendem a reproduzir a condição de agricultor (a). Somando os percentuais dos que trabalham em tempo integral (seis dias) e parcial de quatro a cinco dias, temos um acumulado de 29% dentre os jovens entrevistados que desejam permanecer no trabalho agrícola. Em oposição, os jovens que declaram não trabalhar ou trabalham apenas um dia por semana, são os que os que mais formulam projetos profissionais fora da agricultura. Há ainda que considerar que muitos dos jovens que afirmaram não trabalhar na agricultura já vêm traçando projetos não agrícolas, por meio de cursos técnicos ou superiores.

Já a diferença da socialização no PTFA entre os gêneros ficam bem explicitadas com os dados que consta na tabela conseguinte, entre os homens que dedicam maior tempo a este trabalho, seus projetos, são mais voltados à reprodução do trabalho agrícola, 40,8% do total dos entrevistados do sexo masculino, que trabalham quatro a seis dias por semana se encontram nesta condição. Conforme os dados, as jovens que participam mais efetivamente, de modo parcial até três dias semanais, pelos motivos que já apresentamos no capítulo terceiro deste trabalho,

formulam predominantemente, projetos fora do trabalho agrícola, 29% delas que afirmaram não trabalhar ou trabalham apenas um dia na agricultura familiar, não desejam se estabelecerem como agricultoras, outras 9,7% dentre elas revelaram trabalhar em torno de quatro e cinco dias por semana e desejam permanecer como agricultoras.

Em linhas gerais os dados expressam independente do gênero, que o tempo de dedicação possibilita uma socialização mais consolidada no processo de trabalho familiar agrícola, por conseguinte, mesmo com elementos que apontam a dureza, o modo artesanal e braçal que exigem o trabalho na agricultura familiar, cria-se um campo favorável à permanência do jovem nesta profissão.

Tabela 34: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela participação semanal no PTFA e por sexo (f %).

SEXO:			QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?						Total
			Tempo Integral (6 dias)	Não Trabalha	Parcial (4 a 5 dias)	Parcial (2 a 3 dias)	Parcial (1 dia)	NS/NR	
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 17	1	14	5	1	1	39
		% 22,4%	1,3%	18,4%	6,6%	1,3%	1,3%	51,3%	
	Não	f 10	6	10	5	3	2	36	
		% 13,2%	7,9%	13,2%	6,6%	3,9%	2,6%	47,4%	
	NS/NR	f 1	0	0	0	0	0	1	
% 1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%		
Total			f 28	7	24	10	4	3	76
			% 36,8%	9,2%	31,6%	13,2%	5,3%	3,9%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 3	1	6	10	4	0	24
		% 4,8%	1,6%	9,7%	16,1%	6,5%	0,0%	38,7%	
	Não	f 3	9	4	8	9	3	36	
		% 4,8%	14,5%	6,5%	12,9%	14,5%	4,8%	58,1%	
	NS/NR	f 0	0	0	2	0	0	2	
% 0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%			
Total			f 6	10	10	20	13	3	62
			% 9,7%	16,1%	16,1%	32,3%	21,0%	4,8%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 20	2	20	15	5	1	63
		% 14,5%	1,4%	14,5%	10,9%	3,6%	0,7%	45,7%	
	Não	f 13	15	14	13	12	5	72	
		% 9,4%	10,9%	10,1%	9,4%	8,7%	3,6%	52,2%	
	NS/NR	f 1	0	0	2	0	0	3	
% 0,7%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	2,2%			
Total			f 34	17	34	30	17	6	138
			% 24,6%	12,3%	24,6%	21,7%	12,3%	4,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

A socialização no PTFA é um campo que se encontra em tensão constante com a socialização escolar formal. Conforme dito anteriormente, o trabalho agrícola não é valorizado na escola formal, nem ajustável à condição de agricultor, que exige

dedicação e um calendário flexível nas etapas de produção. Por outro lado, a escolarização é um processo que exige dos jovens um comprometimento de parte de seu tempo nas atividades escolares e lhes abrem um leque de outras possibilidades de projetos profissionais. Na tabela que logo a baixo, apresentamos o cruzamento das respostas da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela escolaridade e por sexo dos entrevistados.

Tabela 35: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela escolaridade e por sexo (f %).

SEXO:				VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR?			Total
				Sim	Não	NS/NR	
Masculino	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	%	23,7%	25,0%	1,3%	50,0%
		Fundamental Completo	%	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%
		Médio Incompleto	%	11,8%	9,2%	0,0%	21,1%
		Médio Completo	%	9,2%	7,9%	0,0%	17,1%
		Técnico Incompleto	%	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%
		Técnico Completo	%	3,9%	0,0%	0,0%	3,9%
		Superior Incompleto	%	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%
	Total			%	51,3%	47,4%	1,3%
Feminino	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	%	9,7%	22,6%	1,6%	33,9%
		Fundamental Completo	%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%
		Médio Incompleto	%	9,7%	14,5%	1,6%	25,8%
		Médio Completo	%	9,7%	9,7%	0,0%	19,4%
		Técnico Completo	%	1,6%	3,2%	0,0%	4,8%
		Superior Incompleto	%	4,8%	3,2%	0,0%	8,1%
		Superior Completo	%	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
	Pós-Graduação	%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%	
Total			%	38,7%	58,1%	3,2%	100,0%
Total	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	f	24	33	2	59
			%	17,4%	23,9%	1,4%	42,8%
		Fundamental Completo	f	3	1	0	4
			%	2,2%	0,7%	0,0%	2,9%
		Médio Incompleto	f	15	16	1	32
			%	10,9%	11,6%	0,7%	23,2%
		Médio Completo	f	13	12	0	25
			%	9,4%	8,7%	0,0%	18,1%
		Técnico Incompleto	f	0	2	0	2
			%	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%
		Técnico Completo	f	4	2	0	6
			%	2,9%	1,4%	0,0%	4,3%
	Superior Incompleto	f	4	3	0	7	
	%	2,9%	2,2%	0,0%	5,1%		
Superior Completo	f	0	1	0	1		
	%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Pós-Graduação	f	0	2	0	2		
	%	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%		
Total			f	63	72	3	138
			%	45,7%	52,2%	2,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Os dados em tela mostram que os jovens com ensino fundamental incompleto concentram um maior contingente, tanto entre os que desejam permanecer (17,4% do total) na agricultura familiar, tanto entre os que possuem projetos não agrícolas (23,9% do total). Contudo, há uma recusa superior neste nível de escolaridade ao trabalho familiar agrícola, tendo em vista que no ensino fundamental, reúne-se um grupo maior de jovens dos 15 aos 19 anos e nesta faixa etária a escolarização exerce maior influência, que nas idades subsequentes. Observa-se que entre os jovens que concluíram o ensino médio e que permanecem estudando ou já concluíram uma graduação ou curso técnico, há uma tendência de projetos não agrícolas, apesar de ser o menor grupo dentre os entrevistados.

Em relação à socialização escolar por gênero, há uma prevalência entre as mulheres, que possuem grau de escolarização superior em relação aos homens, na recusa ao trabalho agrícola, sendo mais acentuada entre as jovens que estão no ensino fundamental e entre as jovens com ensino médio concluso que permanecem estudando. Entre os homens observa-se, quanto menor o nível de escolarização, maior será a tendência de construção de projetos não agrícolas.

Na tabela apresentada a baixo, notamos que os respondentes que desejam continuar na agricultura, são os que mais responderam que não pretendiam continuar ou voltar a estudar (10,9% do total) ou que vão estudar até completar o ensino médio (9,4% do total). A escolarização neste contexto, para muitos dos jovens agricultores tem um significado de compromisso, dentro de um projeto coletivo familiar, tendo em vista que muitos dos pais dos entrevistados não tiveram a oportunidade de estudar, portanto, a eles cabe concluir ao menos o ensino médio. Por isso há essa inclinação para maioria dos jovens que já concluíram e não desejam voltar a estudar e os que ainda estão estudando, chegar a este nível. É importante pontuarmos ainda, que a pretensão de permanecer na agricultura é acompanhado pelo desejo estudar até concluir um curso técnico ou superior ligado à agricultura.

Segundo os dados descritos na tabela seguinte, há uma projeção dos jovens agricultores que vislumbram profissões diferentes da que ocupam, estudarem até concluírem a graduação em um curso superior não agrícola (15,9% do total) seguido do quesito estudar até completar o ensino médio (10% do total), compreendendo que a maioria dos empregadores fora da agricultura exigem como pré-requisito mínimo o ensino médio completo.

Ao analisarmos com o recorte de gênero, os jovens do sexo masculino são os que mais relacionam permanência na agricultura com o desejo de não pretender continuar ou voltar a estudar (17,1% do total), seguido dos que desejam apenas concluir o ensino fundamental (10,5% do total) e médio (9,2% do total). As mulheres que desejam deixar a agricultura e concluir um curso superior para um trabalho não agrícola somam 25,8% do total dentre as jovens. Um dado que nos chama atenção, em relação às jovens mulheres é a dualidade de desejar permanecer na agricultura mesmo querendo realizar um curso superior numa área não agrícola (8,1% do total). Este fato se relaciona à possibilidade de conciliar com uma profissão não agrícola como: professora ou enfermeira, por exemplo, sem necessariamente, deixar de ser agricultora em parte de seu tempo.

Tabela 36: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela pergunta “se você pretende continuar ou voltar a estudar até quando?” e por sexo (%).

		SEXO:	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?			Total
			Sim	Não	NS/NR	
Masculino	SE VOCÊ PRETENDE CONTINUAR OU VOLTAR A ESTUDAR ATÉ QUANDO?	Concluir o ensino fundamental.	10,5%	3,9%	1,3%	15,8%
		Concluir o ensino médio.	9,2%	9,2%	0%	18,4%
		Concluir curso técnico agropecuário	3,9%	6,6%	0%	10,5%
		Concluir curso técnico industrial	0%	3,9%	0%	3,9%
		Concluir curso superior ligado a agropecuária	5,3%	2,6%	0%	7,9%
		Concluir curso superior para trabalho não agrícola	2,6%	7,9%	0%	10,5%
		Concluir curso de informática.	0%	2,6%	0%	2,6%
		Não pretendo continuar / voltar a estudar	17,1%	6,6%	0%	23,7%
		NA	0%	1,3%	0%	1,3%
		NS/NR	2,6%	2,6%	0%	5,3%
Total			51,3%	47,4%	1,3%	100,0%
Feminino	SE VOCÊ PRETENDE CONTINUAR OU VOLTAR A ESTUDAR ATÉ QUANDO?	Concluir o ensino fundamental.	1,6%	4,8%	0%	6,5%
		Concluir o ensino médio.	9,7%	11,3%	1,6%	22,6%
		Concluir curso técnico agropecuária	4,8%	0%	0%	4,8%
		Concluir curso superior ligado a agropecuária	3,2%	0%	1,6%	4,8%
		Concluir curso superior para trabalho não agrícola	8,1%	25,8%	0%	33,9%
		Concluir curso de informática.	0%	4,8%	0%	4,8%
		Concluir curso de idiomas.	1,6%	1,6%	0%	3,2%
		Não pretendo continuar / voltar a estudar	3,2%	3,2%	0%	6,5%
		NA	4,8%	3,2%	0%	8,1%
		NS/NR	1,6%	3,2%	0%	4,8%
Total			38,7%	58,1%	3,2%	100,0%
Total	SE VOCÊ PRETENDE CONTINUAR OU VOLTAR A ESTUDAR ATÉ QUANDO?	Concluir o ensino fundamental.	6,5%	4,3%	0,7%	11,6%
		Concluir o ensino médio.	9,4%	10,1%	0,7%	20,3%
		Concluir curso técnico agropecuária	4,3%	3,6%	0%	8,0%
		Concluir curso técnico industrial	0%	2,2%	0%	2,2%
		Concluir curso superior ligado a agropecuária	4,3%	1,4%	0,7%	6,5%
		Concluir curso superior para trabalho não agrícola	5,1%	15,9%	0%	21,0%
		Concluir curso de informática.	0%	3,6%	0%	3,6%
		Concluir curso de idiomas.	0,7%	0,7%	0%	1,4%
		Não pretendo continuar / voltar a estudar	10,9%	5,1%	0%	15,9%
		NA	2,2%	2,2%	0%	4,3%

	NS/NR	2,2%	2,9%	0%	5,1%
	Total	45,7%	52,2%	2,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Em Linhas gerais podemos constatar que há uma confirmação de parte da hipótese apresentada no início do trabalho, de que os jovens agricultores familiares do gênero masculino, mais socializados no trabalho familiar, tendem a elaborar seus projetos profissionais no sentido de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola e por outro lado, as jovens mulheres com maior socialização escolar inclinam-se a construir seus projetos direcionados aos trabalhos não agrícolas. Reafirmando uma das conclusões dos estudos de Weisheimer (2009) no Rio Grande do Sul e no Recôncavo baiano (2012), quanto maior a socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola, mais frequente seriam os projetos profissionais que permitiriam a reprodução deste mesmo processo de trabalho.

4.4.3 As opiniões dos jovens sobre as escolhas de seus projetos profissionais

Neste último tópico deste capítulo apresentaremos as opiniões dos jovens agricultores sobre as escolhas de seus projetos profissionais. E como estas auto representações sobre os projetos profissionais se relacionam com as condições materiais e a socialização no trabalho família agrícola e na escolarização. Tomamos como base as respostas para a pergunta “*você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?*” e as justificativas delas procedentes. Para facilitar a leitura dos dados agrupamos as repostas similares mais gerais, sem desvincular de seu sentido original, conforme veremos na tabela a seguir.

Tabela 37: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pelas justificativas (% do total).

		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?			Total
		Sim	Não	NS/NR	
PORQUE?	Não se identifica com o trabalho agrícola	0%	11,6%	0%	11,6%
	Vai depender das propostas (no meio urbano ou meio rural)	2,9%	2,2%	0%	5,1%
	Outros motivos	3,6%	0%	0%	3,6%
	Outros fatores para migrar	0%	1,4%	0%	1,4%
	Possibilidade de ajudar e trabalhar em família	2,9%	0%	0%	2,9%
	Trabalhar para si mesmo	3,6%	0%	0%	3,6%
	Pretende migrar para a cidade	0%	0,7%	0%	0,7%
	Deseja outra profissão	0%	14,5%	0%	14,5%
	Devido a dureza do trabalho	0%	8,0%	0%	8,0%
	Falta de equipamentos ou terra e melhores lucros	0%	1,4%	0%	1,4%
	Por se identificar com o trabalho agrícola	18,8%	0%	0%	18,8%
	É algo lucrativo	5,8%		0%	5,8%
	Foi socializado neste trabalho.	5,8%	0%	0%	5,8%
	Não respondeu ou não soube responder	2,2%	12,3%	2,2%	16,8%
Total		45,7%	52,2%	2,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Entre os que desejam se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar, as justificativas mais frequentes são: por se identificar com o trabalho agrícola (18,8% do total), por ter sido socializado neste trabalho (5,8% do total) e por ser um trabalho lucrativo (5,8% do total). Os jovens citaram ainda, por ser uma possibilidade de “ajudar e trabalhar em família”, uma dimensão mais coletiva do projeto profissional assumindo por eles, e a viabilidade de “trabalhar para si mesmo”, já que o trabalho urbano por vezes é ligado à subordinação a figura de um patrão e no trabalho agrícola há uma flexibilidade nos horários ou jornadas de trabalho na maioria das vezes.

Os jovens que pretendem não continuar na condição de agricultor (a) familiar relevam que seria: pelo desejo de seguir outra profissão (14,5% do total), outros 11,6% disseram não se identificar com o trabalho agrícola, 8% deles disseram não querer permanecer dada a “dureza do trabalho familiar agrícola” e 12,3% do total de entrevistados, não respondeu ou não soube responder. Alguns jovens explicaram

ainda que pretendem exercer outras profissões, devido “a falta de equipamentos ou terra e melhores lucros”.

De acordo com os dados levantados neste estudo e nos diversos trabalhos que nos precederam, não há uma relação direta entre os motivos expressos pelos jovens nesta pesquisa, com aqueles os que historicamente vêm sendo reproduzidos como motivos para que os jovens justificassem sua saída do meio rural. Os dados aqui expostos revelam que entre *o quer ficar, ou o querer sair*, há que se considerar o campo de possibilidades em que estes projetos ganham contornos, o jovem agricultor familiar forja suas decisões pautadas nas condições materiais das quais dispõem nesta sociabilidade. Permite-nos concluir ainda, que os projetos são objetivamente influenciados pela socialização tanto no trabalho familiar agrícola, quanto na escolarização formal.

Tabela 38: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pelas justificativas segundo o sexo (% do total)

SEXO:		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?			Total	
		Sim	Não	NS/NR		
Masculino	PORQUE?	Não se identificar	0%	10,5%	0%	10,5%
		Vai depender das propostas	2,6%	3,9%	0%	6,6%
		Outros motivos	2,6%	0%	0%	2,6%
		Outros fatores para migrar	0%	2,6%	0%	2,6%
		Possibilidade de ajudar e trabalhar em família	1,3%	0%	0%	1,3%
		Trabalhar para si mesmo	2,6%	0%	0%	2,6%
		Pretende migrar para a cidade	0%	1,3%	0%	1,3%
		Deseja outra profissão	0%	6,6%	0%	6,6%
		Devido a dureza do trabalho	0%	10,5%	0%	10,5%
		Falta de equipamentos ou terra e melhores lucros	0%	1,3%	0%	1,3%
		Por se identificar com o trabalho	26,3%	0%	0%	26,3%
		É algo lucrativo	3,9%	0%	0%	3,9%
		Foi socializado nesta função	7,9%	0%	0%	7,9%
		NS/ NR	3,9%	10,5%	1,3%	15,8%
Total	51,3%	47,4%	1,3%	100,0%		
Feminino	PORQUE?	Não se identificar		12,9%	0%	12,9%
		Vai depender das propostas	3,2%	0%	0%	3,2%
		Outros motivos	4,8%	0%	0%	4,8%
		Possibilidade de ajudar e trabalhar em família	4,8%	0%	0%	4,8%
		Trabalhar para si mesmo	4,8%	0%	0%	4,8%
		Deseja outra profissão	0%	24,2%	0%	24,2%
		Devido a dureza do trabalho	0%	4,8%	0%	4,8%

	Falta de equipamentos ou terra e melhores lucros	0%	1,6%	0%	1,6%
	Por se identificar com o trabalho	9,7%	0%	0%	9,7%
	É algo lucrativo	8,1%	0%	0%	8,1%
	Foi socializado nesta função	3,2%	0%	0%	3,2%
	NS/ NR	0%	14,5%	3,2%	17,7%
	Total	38,7%	58,1%	3,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Quando tomamos os dados segundo o gênero dos entrevistados observamos que se concentram entre as mulheres que não querem permanecer ou se estabelecer como agricultoras predominam-se as seguintes respostas: “por desejar outra profissão” (24,2% delas) e “por não se identificar” (12,9% delas). Já os homens vão dizer que desejam migrar “por não se identificar” (10,5% deles) e Devido a dureza do trabalho (10,5% deles). Neste sentido, o trabalho tende a ser mais pesado para os jovens do sexo masculino, devido à socialização ser diferenciada entre os gêneros, que acabam responsabilizando aos homens as funções mais pesadas que exija mais dispêndio físico.

Doutro lado, observamos que entre os homens que desejam permanecer não trabalho agrícola justificam expressivamente “por se identificar com este trabalho”, foi a resposta de 26,3% deles, seguido de porque “foi socializado nesta função”, 7,9% entre eles. Nas respostas das mulheres apenas 9,7% disseram “por se identificar com este trabalho”. Vale salientar, que as jovens citam mais que os homens que o trabalho agrícola é algo lucrativo (3,9% entre eles e 8,1,% delas), que o trabalho agrícola oportuniza “trabalhar para si mesmo” (2,6% entre eles e 4,8,% delas), e a “possibilidade de ajudar e trabalhar em família” (1,3,% entre eles e 4,8,% delas).

Em algumas falas durante as entrevistas evidenciaram-se entre os jovens que desejam permanecer na agricultura, fazem uma projeção de melhores condições materiais, de possuir equipamentos mais modernos, maiores lucros e essencialmente o acesso a terra. Como nos diz Stropassolas (2006, p. 133), “diferentemente de outras categorias sociais, o agricultor (a) é ou procura ser, de maneira geral, proprietário (a) da terra, dono (a) dos meios de produção, trabalhador (a); e chefe de família [...]”. Nesse sentido, ter sua própria terra é um dos objetivos do agricultor(a), bem como ser dono(a) de seu próprio chão e trabalhar para esse objetivo, tendo em vista que como afirmaram alguns jovens, que trabalhar em outras

condições diferentes de proprietário (a) da terra é um dos fatores negativos para que um jovem permaneça no meio rural.

As representações dos jovens sobre seus projetos, nos leva as seguintes conclusões, que há uma confirmação de afirmações que vem sendo externadas em outros estudos e conforme evidenciamos em nosso trabalho, tanto entre os que desejam sair, quanto os que desejam permanecer, consideram que no trabalho familiar agrícola há uma dificuldade no acesso a terra pelos jovens, os equipamentos disponíveis exigem muito esforço físico, já que por vezes essa é a principal avaliação de muitos deles (a dureza, o trabalho exposto as intempéries, lidar objetos pesados etc.). Percebemos, que há uma auto identificação com o trabalho agrícola entre os jovens que tem seus projetos de permanência no trabalho familiar agrícola, seja por ter sido socializado neste ambiente ou por gostar do meio rural, as relações sociais que constituem seu cotidiano, tendo em vista que alguns dos entrevistados já tiveram experiências de trabalhos urbanos, mas não se adaptaram, ou ainda por querer permanecer próximo aos familiares. Doutro lado os jovens que projetam profissões não agrícolas, majoritariamente, dizem não se identificar com o trabalho agrícola ou por querer seguir outras profissões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela objetivou analisar a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA, considerando a sua condição material e socialização comparando o gênero desses jovens. A escolha do município de Valença como universo investigativo se constituiu em função da importância que a agricultura familiar tem nesse território.

Com base nos dados fornecidos pelo IBGE e pela SEI-BA, foi possível construir uma amostra representativa da população juvenil rural, estratificado por faixa etária e gênero. *A posteriori*, realizou-se entrevistas com 138 jovens, obedecendo às cotas por sexo e faixa etária. Os entrevistados residem em vinte comunidades rurais do município, o que permitiu a generalização dos resultados sobre a situação dos jovens agricultores familiares para todo o município.

Segundo as informações subsidiadas pela pesquisa de campo, os jovens inseridos na agricultura familiar de Valença-BA são majoritariamente homens, situados na faixa etária de 15 a 19 anos, solteiros e negros ou pardos. A maioria deles possui o ensino fundamental incompleto e se autoidentificam como estudantes ou jovens agricultores. De outro lado, as jovens mulheres que pertencem majoritariamente à faixa etária de 15 a 19 anos, são solteiras e possuem grau de escolaridade superior aos homens da mesma idade. Um quarto das entrevistadas, são negras ou pardas, estão casadas e se autoidentificam como estudantes. Todos os entrevistados declararam residir no meio rural, em famílias com quatro integrantes em média.

Evidenciamos com este estudo um avanço no grau de escolarização dos jovens, com um percentual significativo de inserção no ensino superior público, em cursos técnicos e pós-graduações. Como já havíamos concluído em nossa pesquisa anterior (SOUSA, 2015) neste mesmo território, essas gerações já alcançaram níveis de escolaridades superiores aos seus pais.

No que tange às condições materiais, objetivadas no acesso à terra e na renda familiar, a maioria deles trabalham em terras que pertencem aos seus pais e avós. Quantitativamente a faixa etária onde se encontra o número mais expressivo de não possuidores das terras é dos 15 a 19 anos. Majoritariamente a renda dos agricultores familiares do município é baixa, na maioria dos núcleos familiares

pesquisados as rendas não agrícolas, como os benefícios sociais, somam mais de 50% dos valores totais das rendas familiares.

O estudo da arte constatou que a socialização no processo de trabalho familiar agrícola é algo que acontece muito cedo, por volta dos 10 anos de idade, os jovens entrevistados relataram que já participavam das atividades agrícolas. Fica evidente que a socialização no processo de trabalho agrícola é mais forte nos jovens do sexo masculino com idades mais avançadas. Tomando a influência cultural determinante, que atribuem às mulheres outras funções que lhes ocupam mais seu tempo, não permitindo maior dedicação às atividades agrícolas, tanto diariamente, quanto semanalmente. Os jovens dos 15 aos 19 anos dividem a socialização no PTFA com a escolarização ao menos em um turno diário. Evidenciamos que os jovens que possuem mais tempo de socialização no processo de trabalho familiar agrícola tendem a fazer melhores avaliações sobre o trabalho na agricultura.

Em relação ao processo de escolarização verificamos que essa atividade ocupa a maioria dos jovens entrevistados. As mulheres possuem maior escolaridade do que os homens, inclusive acessando com mais frequência o ensino superior e até a pós-graduação. Os dados fornecidos pelos jovens comprovam que há uma conciliação entre o tempo de dedicação aos estudos e o trabalho na agricultura familiar.

A pesquisa nos permite afirmar que tanto na socialização escolar, quanto no processo de trabalho familiar agrícola há uma confirmação das desigualdades de gênero. O papel da mulher ainda subestimado na agricultura familiar, elas não se sentem valorizadas por seu trabalho que é classificado como ajuda. Com efeito, ao analisar a dinâmicas da agricultura familiar se torna necessário estar atento para as possíveis e diferenciações de gênero na socialização nesse processo de trabalho.

A pesquisa constatou parte da hipótese inicial. Os jovens agricultores familiares do gênero masculino, mais socializados no trabalho familiar, tendem a elaborar seus projetos profissionais no sentido de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola. Por outro lado, as jovens mulheres com maior socialização escolar inclinam-se à projetos direcionados aos trabalhos não agrícolas.

As representações dos jovens sobre seus projetos nos leva às seguintes conclusões. Primeiro tanto entre aqueles que pretendem sair, quanto os que anseiam permanecer, consideram que há uma dificuldade no acesso à terra pelos jovens, que no trabalho familiar agrícola exigem muito esforço físico enfatizando a

penosidade do trabalho. Segundo, que há uma identificação maior com o trabalho agrícola entre os jovens que têm seus projetos de permanência no trabalho familiar agrícola, seja por ter sido socializado neste meio ou por gostar do meio rural. De outro lado, os jovens que projetam profissões não agrícolas, em sua maioria justificam por não se identificarem com o trabalho agrícola ou por seguir outras profissões que segundo eles lhes proporcionem melhores condições de vida.

Concluindo este estudo dissertativo ficou evidenciado que os projetos profissionais dos jovens resulta de fatores objetivos e subjetivos. Que essa não é uma escolha feita ao acaso e tão pouco apenas individual. Os dados comprovam que os jovens agricultores familiares, elaboram seus projetos profissionais intimamente relacionados com sua inserção e interação no processo de trabalho familiar agrícola e na socialização escolar. Que as diferenciações de gênero são determinantes e na atribuição de papéis sociais diferenciados na agricultura familiar resultando numa exclusão mais elevada de jovens mulheres da agricultura familiar.

Por fim, este estudo permitiu estranhar o familiar o que nos conduz a novas questões para investigações futuras. Como houve neste estudo casos de jovens sem projetos profissionais, indaga-se por quais as razões, mesmo em idades mais avançadas, esses jovens não conseguem elaborar projetos profissionais? Ainda, em nossa hipótese inicial, os jovens com condições materiais favoráveis teriam as disposição à reproduzir o trabalho familiar agrícola, entretanto no caso observado os jovens cujas famílias possuíam as maiores rendas apresentaram em sua maioria projetos não agrícolas. Por quê razões em condições materiais mais favoráveis há uma recusa maior ao trabalho familiar agrícola? E finalmente, porque mesmo com mais acesso a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar não representou um igual aumento na disposição para sucessão geracional na agricultura familiar?

REFÊRENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

ALTAFIN, Guimarães Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. (Brochura de circulação restrita). Disponível em: <eletrônico<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ALMEIDA, Juliane Oliveira de. **Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê - Bahia**. Cachoeira: UFRB, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

AMARAL, R. W. do. [et. al.]. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In: JEOLÁS, L. S. [et. al.]. *Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas*. Londrina: Eduel, 2007.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA- SEI. **Sistema de informações municipais**. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp> . Acesso em: 04 jul. 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 29-30.

BONI, Valdete; BOSETT, Cleber José. Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural?. In: *Memoria del Foro Bionalberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013. Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013*.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. CASA CIVIL. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 set. de 2016.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Panorama municipal. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/municipal>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS -IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS -IBGE. Censo agropecuário 2006. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS -IBGE. Histórico do município. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS-IBGE. Informações completas Valença-Bahia. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS -IBGE. Produção agrícola municipal lavoura permanente 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS -IBGE. Produção agrícola municipal lavoura temporárias 2013. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **In:** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **In:** Revista Ruris v. 2, n. 1, mar. 2008.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **In:** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; JÚNIOR, Jalmir Pinheiro Souza; FERRER, Moises Tenorio. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. **In:** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 47., 2009. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.

CASAGRANDE, Daiana Panciera; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC. **In:** Rev. Interações, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 261-271, jul./dez. 2012.

CASTRO, Elisa. Guaraná de. Et Al. **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. – Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um autor político. **In:** Revista latinoamericana de ciências sociais niñez juventude 7(1). Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.com/index.php/Revistalatinamericana/article/view/223>>. (p.179-208), 2009.

COELHO, Marilene. A Imediaticidade na prática profissional do assistente social. **In:** FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos.** Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.23-46.

DAMÁSIO, Mário César Rocha. **Caracterização dos jovens agricultores familiares da federação dos trabalhadores na agricultura no estado da bahia – FETAG/BA.** Cacheira: UFRB, 2014. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. **In:** NUNES, E. O. (Org.) *A Aventura Sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). **In:** SPOSITO, Marília. Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1/ Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. **In:** SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Organizadores.). *A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov.* São Paulo: Brasiliense. 1981. p. 59-80.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas Mesmas. **In:** ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade,** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

FARIA, Ivan. **Projetos de vida e juventude: um diálogo entre escola e trabalho e o “mundo”:** (uma experiência no Vale do Iguape). Dissertação (mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** – Brasília: MDA, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil. **In:** NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação.* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas.** – 6 ed. – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDIM, José Roberto. O consentimento informado e a sua utilização em pesquisa. **In:** VICTORA, Ceres Gomes [et al]. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.* Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. P 82-89.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. **In:** CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

KÓSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. [Tradução de Célia Neves e Alderrico Toríbio]. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 9-20.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Gilberto Velho: um precursor da antropologia das emoções no Brasil. **In:** anais do V Reunião Equatorial de Antropologia; XIV Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste, Maceió-Alagoas, 2015. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1018930_10_06_2015_03-26-07_9011.PDF>. Acesso em 10 abr. 2018.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no brasil: entre ficar e partir. **In:** Rev. Tempo da Ciência, vol. 20 n. 39, 2013.

LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes. Juventudes no/do campo: questões para um debate LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (organizadores). **In: Juventudes do campo**. -1. ed. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 17-27.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatísticas para ciências humanas**. [tradução Alfredo Alves de Farias; revisão técnica Ana Maria Lima de Farias]. – São Paulo: Pretince Hall, 2004.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. **In:** Rev. gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.20, n. esp., p.130-142, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. (tradução Reginaldo Sant'Anna). – 25 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2008).

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: http://ateus.net/ebooks/geral/marx_o_18_brumario_de_luis_bonaparte.pdf. Acesso em: 13 fev. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 2.a. ed. Lisboa: Colectivo das Edições «Avante!», 1997.

MOLINA, Mônica Castagna. Prefácio. **In:** LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (organizadores). **Juventudes do campo**. -1. ed. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 13-16.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. **In:** FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. – São Paulo: Cortez, 1987. p.63-93.

OLIVEIRA, Fernanda Zanette de. Projetos profissionais de jovens universitárias e a reprodução da agricultura familiar: uma análise de gênero. Criciúma, SC: UNESC, 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

PARANÁ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. População Finita - TCE-PR. Disponível em: <<https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2011/10/xlsx/00237933.xlsx>>. Acesso em: 13 out. 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-2003201400060004>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IDH por município e estado. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>> acesso em 29 mar.2017.

PNUD; IPEA; FJP. Atlas do desenvolvimento humano no brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/valenca_ba>. Acesso em: 14 marc. 2017.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. Organizadores: Regina Novais e Paulo Vannuchi. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águe do Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: Circuito de Debates Acadêmico, 01. Anais... Brasília: CODE, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas**. José Augusto de Souza Peres...(et al.) (Colaboradores). São Paulo: Atlas, 1999. P. 117-137.

RICHTER, Leonice Matilde. Clássico marxista: “dialética do concreto”. In: revista educação e políticas em debate - v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: [13 Ago. 2017].

SANTOS, Débora Pereira. Didática, pesquisa e intervenção na perspectiva do paradigma multisseriado. Ilhéus, BA: UESC, 2017. Dissertação (Dissertação em Educação), Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da Educação Básica – PPGE, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; DURAND, Olga Celestina da Silva. Apresentação: Juventude, juventudes: processos e espaços educativos. In: Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 291-296, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>>.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e

FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCOTT, Joan Wallach. *El género: una categoría útil para el análisis histórico*. Washington: American Historical Review, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SERAFIM, Thaís; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política. In: *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 34, n. 87, out./dez. 2016.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (Org). *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

SOUSA, Cláudia Pereira de. **Análise socioambiental do município de Valença – Bahia**. Salvador, 2006. 140 f.: II. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, 2006.

SOUSA, Josélia Argôlo pires de. Memórias do centro missionário de evangelização e educação popular- CEMEP da paróquia do sagrado coração de Jesus do município valença-ba nos seus dez anos de evangelização e educação popular – 1987 a 1997. São Leopoldo: FACULDADES EST (programa de pós-graduação em teologia) 2015.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **As perspectivas políticas da juventude rural do município de Valença- Ba**. Cachoeira: UFRB, 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

SPOSITO, Marília. **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**, volume 1/ Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p. 253-267, 2004.

_____, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Mulheres e a sociedade agrária: representações sociais e relações de gênero. In: *SAECULUM - Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. – 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea . – 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º Caxambu/MG, 1996. Anais.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1, Brasília 2014 Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>> Acesso em: 29 Set. 2017.

WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens Agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____, Nilson. Juventudes Rurais: **Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____, Nilson. **Situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Tese em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

_____, Nilson. Situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (organizadores). **Juventudes do campo**. -1. ed. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 31-51.

WEISHEIMER, Nilson et. al.. **Estudo sobre a Situação Juvenil na Agricultura Familiar no Reconcavo da Bahia**. Pesquisa financiada pelo CNPq, Cachoeira, 2012.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.